

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA - NÍVEL DE
MESTRADO

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ: UMA NOVA ABORDAGEM

LUCIANA APARECIDA BASTOS

SÃO PAULO
JANEIRO DE 2002

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA- NÍVEL DE
MESTRADO

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ: UMA NOVA ABORDAGEM

**Dissertação apresentada à Pós-
graduação em História Econômica da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas (FFLCH) da Universidade de
São Paulo (USP-SP), para obtenção do
título de mestre em História Econômica.**

Mestranda: Luciana Aparecida Bastos
Orientador: Dr. Jorge Luís da Silva Grespan

SÃO PAULO
JANEIRO DE 2002

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

RESUMO

SUMMARY

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

1- EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA DO PARANÁ.

1.1. A OCUPAÇÃO EUROPÉIA DO TERRITÓRIO PARANAENSE.

1.2. AS PRIMEIRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTADO: O OURO E O TROPEIRISMO.

1.3. O DINAMISMO DAS NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS PARANAENSES: A ERVA MATE E A MADEIRA.

1.4. O CAFÉ.

CAPÍTULO II

2- O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARANAENSE

2.1. O COMEÇO DA INDUSTRIALIZAÇÃO.

2.2. ESBOÇO DE UM RETRATO INDUSTRIAL.

2.3. A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.

2.4. O SURTO INDUSTRIAL PARANAENSE.

CAPÍTULO III

3- O PROCESSO INDUSTRIAL RECENTE

3.1. O PARANÁ NA DÉCADA DE 1980.

**3.2. A DINÂMICA DA ECONOMIA PARANAENSE FRENTE À CRISE :
SUB-PERÍODO DE 1980-85.**

**3.3. A DINÂMICA DA ECONOMIA PARANAENSE FRENTE À CRISE:
SUB-PERÍODO DE 1985-89.**

3.4. O PARANÁ NA DÉCADA DE 1990.

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ, POR PORTO DE EMBARQUE : 1947-67, EM 1000 SACAS DE 60KG.

TABELA 02 – DISTRIBUIÇÃO DO PIB, SEGUNDO OS PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAS NO PARANÁ, 1950-1960 (EM %).

TABELA 03 – EVOLUÇÃO DO PARQUE PARANAENSE DE TRATORES E COLHEITADEIRAS.

TABELA 04 – IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES PELO PORTO DE PARANAGUÁ: 1972-1980 (EM t).

TABELA 05 – VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA NA ÁREA PLANTADA NO PARANÁ DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS : 1970-1980.

TABELA 06 – CRÉDITO E CUSTEIO CONCEDIDO AO PARANÁ: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ITENS NO TOTAL, 1970-79.

TABELA 07 – PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA ÁREA CULTIVADA NACIONAL, 1971-79.

TABELA 08 – TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL, POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA, POR MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NO PARANÁ: 1970-1980.

TABELA 09 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ATÉ 50 ha SEGUNDO A CONDIÇÃO DE SEUS RESPONSÁVEIS: 1970-1975.

TABELA 10 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES NA RENDA INTERNA DO PARANÁ: 1970-80.

TABELA 11 – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO POR CLASSES DE ATIVIDADES NO PARANÁ: 1970-1974 – 1974-1980.

TABELA 12 – CRESCIMENTO REAL POR SETORES NA RENDA INTERNA DO PARANÁ E DO BRASIL (1970-75), EM %.

TABELA 13 – VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PARANÁ, SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS, 1970-1975-1979.

TABELA 14 – PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS NO VA INDUSTRIAL DO PARANÁ, EXCETUANDO-SE A PETROBRÁS: 1975-79.

TABELA 15 – PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NOS GÊNEROS MADEIRA, PAPEL E PAPELÃO, QUÍMICA, PRODUTOS ALIMENTARES E MINERAIS NÃO-METÁLICOS NO PARANÁ: 1975-1979.

TABELA 16 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO MICRORREGIÕES: 1975-1979.

TABELA 17 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB NO PARANÁ E NO BRASIL: 1970-89 (EM %).

TABELA 18 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE INDÚSTRIA NO VALOR ADICIONADO DO GÊNERO “PRODUTOS ALIMENTARES” NO PARANÁ: 1980-85.

TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO INDUSTRIAL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS GÊNEROS NO PARANÁ; 1980-85 (EM%).

TABELA 20 – EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA PARANAENSE ENTRE 1980-85: PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DA INDÚSTRIA NO VALOR AGREGADO DOS GÊNEROS MINERAIS NÃO METÁLICOS, METALURGIA, MECÂNICA, MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES E MATERIAL DE TRANSPORTE.

TABELA 21 – EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA PARANAENSE ENTRE 1980-85: PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DA INDÚSTRIA NO VALOR AGREGADO DOS GÊNEROS MADEIRA, MOBILIÁRIO, QUÍMICA, PRODUTOS ALIMENTARES, TÊXTIL, PAPEL E PAPELÃO, BEBIDA E FUMO.

TABELA 22 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB NO BRASIL E NO PARANÁ: 1980-84 E 1985-89, EM (%).

TABELA 23 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PIB, SEGUNDO OS PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAIS NO PARANÁ, 1985-1989.

TABELA 24 – TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ, 1991-94.

TABELA 25 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES POR FATOR AGREGADO, 1990-94 (EM %).

TABELA 26 – EXPORTAÇÕES PARANAENSES AO MERCOSUL, SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS, 1995-1996.

TABELA 27 – PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS NAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES AO MERCOSUL, 1996.

TABELA 28 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR PRINCIPAIS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NO PARANÁ, 1975-1995.

TABELA 29 – DADOS GERAIS DAS MONTADORAS EM INSTALAÇÃO NO PARANÁ, A PARTIR DE 1996.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo da industrialização do Paraná sob uma nova ótica interpretativa, a qual não vê o Estado como uma eterna economia periférica e dependente de São Paulo, mas como uma região que se industrializou sobremaneira depois de 1970 e que, desde então, vem apresentando taxas de crescimento do PIB superiores às da própria média brasileira.

O Paraná por ter sido um Estado basicamente agrícola, sobretudo até a década de 1970, foi analisado sob a ótica das chamadas “Teorias da Dependência”. Tais teorias atestam que os países agrícolas vivem na periferia dos países industrializados, pelo fato de estarem subjugados pela divisão internacional do trabalho, a produzirem matérias-primas e vendê-las a tais países enquanto deles adquirem produtos manufaturados que geralmente são mais caros do que os produtos primários por conter maior valor agregado, relação esta que coopera para que a balança comercial dos países agrícolas seja sempre deficitária e que eles jamais consigam competir com os países industrializados, conhecidos também como “centrais”.

Esse mesmo fundamento teórico, saindo desse âmbito mais geral da análise que trata da relação entre países, passou também a ser utilizado para analisar a relação entre os diferentes Estados de uma mesma nação. Nessa ótica, muitos estudiosos de economia regional, passaram a enxergar os demais Estados brasileiros como sendo periféricos de São Paulo, considerado como o “centro industrial” do Brasil. Tal condição era possível devido à existência de uma divisão do trabalho em nível nacional, que subjugava a todos os Estados brasileiros ao posto de produtores de bens primários e compradores dos bens industrializados produzidos por São Paulo.

O desenvolvimento industrial do Paraná, durante muito tempo, foi analisado com base nesse fundamento teórico. De acordo com a maioria dos estudiosos da economia paranaense, a industrialização do Paraná seria praticamente impossível devido a sua própria posição assumida na divisão do trabalho em nível

nacional : a de produtor de bens agrícolas e comprador de bens industrializados de São Paulo.

Segundo eles o Estado não deveria tentar se industrializar, pois jamais conseguiria competir com São Paulo. Pelo contrário, deveria lutar para produzir bens primários de qualidade superior àqueles produzidos pelos demais Estado periféricos, adquirindo a posição de melhor produtor agrícola da nação.

Porém, foi justamente graças à agricultura do Estado que sempre alcançou altos índices de produtividade e rentabilidade (sobretudo graças à cultura cafeeira no Estado, durante as décadas de 1950 e 1960), que o Paraná pôde auferir renda suficiente para a montagem de uma infra-estrutura básica em termos de construção de estradas, portos marítimos e ferrovias na década de 1960, e propiciar a montagem de um parque industrial próprio na década de 1970.

Desde então a indústria paranaense vem crescendo sobremaneira, a princípio através da agroindústria e depois, dos novos setores industriais que surgiram para atender as demandas de máquinas , equipamentos e insumos industriais da agroindústria, setores estes cada vez menos relacionados à agricultura propriamente dita e que vieram a comprovar a existência de um processo de gradativa autonomização da agricultura paranaense frente à indústria, que passa a crescer mais do que a própria agricultura no Estado depois da década de 1970.

O setor industrial paranaense , de pouco importante que era, passou a superar a participação da própria agricultura na renda interna do Estado a partir da metade da década de 1970 e a aumentar sua participação na renda interna do país, vindo a crescer mais do que a média de crescimento da indústria nacional como um todo a partir dessa década, processo este que tem mantido a mesma tendência de continuidade e de intensificação até hoje.

PALAVRAS-CHAVE

**INDUSTRIALIZAÇÃO; MODERNIZAÇÃO; PRODUTIVIDADE;
AGRICULTURA; CRESCIMENTO.**

SUMMARY

The objective of this work is to accomplish a study of the Paraná's industrialization under a new interpretative optics, which doesn't see the State as an eternal outlying and dependent on São Paulo economy, but as an area that was industrialized excessively after 1970 and ever since, it is presenting growth taxes of the GDP superiors to the one of the own Brazilian average.

Paraná for it being a basically agricultural State, above all until the decade of 1970, it was analyzed under the optics of the calls " Theories of the Dependence ". Such theories attest that the agricultural countries live in the periphery of the industrialized countries, for the fact of they be subdued by the international division of the work, they produce it raw materials and to sell them to such countries while of them they acquire manufactured products that they are usually more expensive than the primary products for containing larger joined value, relationship this that cooperates so that to trade balance of the agricultural countries it is always deficient and that they never get to compete with the industrialized countries, also known as " central ".

That same theoretical foundation, leaving that more general extent of the analysis that treats of the relationship among countries, it also passed to be used to analyze the relationship among different States of a same nation. In that optics, many specialists of regional economy, started to see other Brazilian States as being outlying of São Paulo, considered as the " industrial center "of Brazil. Such condition was possible due to the existence of a division of the work in national level, that it subdued it all of Brazilian States to the position of producing of primary goods and buyers of the industrialized goods produced by São Paulo.

The Paraná's industrial development, for a long time, it was analyzed with base in that theoretical foundation. According to most of the specialists of the state economy, the industrialization of Paraná would be practically impossible because of own position state assumed in the division of the work in national level: the one of producing of agricultural goods and buyer of industrialized goods of São Paulo.

According to them been should not try to industrialize him, therefore it would never get to compete with São Paulo. On the contrary, it should struggle to produce primary goods of superior quality the those produced by the other State outlying, acquiring the position of agricultural producing best of the nation.

However, it was exactly thanks to the agriculture of the State that always reached high productivity index and profitability (above all thanks to the coffee culture in the State, during the decades of 1950 and 1960), that Paraná could gain enough income goes the assembly of the basic infrastructure in terms of construction of highways, marinate ports and lines strong in the decade of 1960, and to propitiate the assembly of an own industrial park in the decade of 1970.

Ever since the industry state have growing excessively, first through the agribusiness and then, of the new industrial sections that appeared to assist the demands of machines, equipments and industrial inputs of the agribusiness, sections these less and less related to the agriculture and that they can to proves the existence of a gradual separation process of the agriculture state front to the industry, that starts to grow lives than the own agriculture in the State after the decade of 1970.

The industrial section of the State, of little important that it was, it started to overcome the participation of the own agriculture in the income interns of the State starting from the half of the decade of 1970 and to increase her participation in the income it interns of the country, coming to grow lives than the average of growth of the national industry the whole starting from that decade, process that has been maintaining the same continuity tendency and of intensification until today.

WORD-KEY

INDUSTRIALIZATION; MODERNIZATION; PRODUCTIVITY;
AGRICULTURE; GROWTH.

AGRADEÇO

A Deus, àquele que é tudo em minha vida e tem me feito tanto bem!

Em primeiro lugar, concedeu-me um lugar nesta Instituição de ensino almejada por muitos devido à sua tradição e excelente qualidade do ensino, a saber: a Universidade de São Paulo.

No percurso desta caminhada, proporcionou-me, dia após dia, vida, saúde, disposição, inteligência e os recursos financeiros disponíveis para que meu pai, Sr. Caércio Bastos, pudesse manter-me estudando tão longe de casa.

Agradeço à minha família, que é extremamente unida e temente a Deus e que em todos os momentos cooperaram comigo em oração e companheirismo. São eles: meu pai – Caércio Bastos; minha mãe – Marina Cardoso Bastos; e meu irmão – Tiago Bastos.

Agradeço ainda ao prof. Dr. José Adalberto de Mourão Dantas, da Universidade Estadual de Maringá, que tanta força me deu para que cursasse o mestrado nesta Instituição, oferecendo sempre sua ajuda, caso fosse preciso, no decorrer do curso.

Agradeço a meu orientador, o prof. Dr. Jorge Luiz da Silva Grespan, uma pessoa maravilhosa, extremamente competente e sempre muito acessível, que mostrou muita paciência ao ler inúmeras vezes meus escritos até que eu encontrasse o rumo certo a ser dado em minhas análises. Nem sei como ele me agüentou!

Aos professores com quem cursei disciplinas: Dr. Wilson do Nascimento Barbosa, Dra. Maria Aparecida Aquino Costa, Dra. Raquel Glezer e Dr. Jorge Luiz da Silva Grespan, os quais me ajudaram a acumular uma série de novos conhecimentos, sempre muito prestativos e cordiais.

À minha companheira de estudos e constantes viagens: Ely Mitie Massuda, doutoranda por esta Instituição, com a qual pude dividir alguns momentos difíceis, muitos momentos felizes e alguns até divertidos.

Obrigada!

INTRODUÇÃO

A ocupação e o desenvolvimento econômico brasileiro se fizeram com descontinuidades temporais e geográficas ao longo de sua história. O açúcar no Nordeste (séculos XVI e XVII), o ouro em Minas Gerais com extensão para o Mato Grosso e Goiás (século XIX), o algodão no Maranhão (século XIX), a pecuária no Nordeste e no Sul do país desde o início da colonização, mas com ritmos e sentidos diferentes ao longo do tempo, a madeira e o mate no Paraná e no Centro-Oeste, o café no Leste brasileiro (século XIX) e a borracha na Amazônia (século XIX). Estes foram alguns dos exemplos mais marcantes de atividades econômicas que promoveram a ocupação e o desenvolvimento do país como um todo.

Há de se notar que, dentre estas atividades, somente a pecuária não se destinava ao mercado internacional. Logo, o dinamismo das mesmas dependia não só das condições locais de produção mas, antes de tudo, das condições do mercado internacional e da posição do Brasil em relação a outras regiões produtoras, o que caracterizou o espaço geográfico nacional como um verdadeiro mosaico econômico, resultado das diferentes experiências exportadoras.¹

No entanto, a partir da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, ocorreu um forte processo de concentração econômica em torno de São Paulo, inicialmente da produção agrícola (café) e, posteriormente, industrial.

Articulado à concentração geográfica da produção, estabeleceu-se um movimento migratório das regiões brasileiras de ocupação mais antiga (Nordeste e Minas Gerais) e também do exterior em direção a São Paulo. Pelos efeitos

¹ Ver FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Nacional, SP, 1995.

intersetoriais e pela expansão do mercado de consumo dada a introdução do trabalho assalariado, ampliaram-se as atividades urbanas naquele Estado.²

Tal dinâmica econômica estabeleceu as bases de uma divisão inter-regional do trabalho no Brasil, sob a liderança de São Paulo. Ademais, os outros Estados brasileiros passaram a ter suas economias fortemente influenciadas pelo comportamento da economia paulista.

Em alguns casos eram impedidos de crescer de forma mais independente, dada a concorrência dos produtos originários de São Paulo (caso do Nordeste) e, em outros, suas economias vinculavam-se à economia paulista como fornecedoras de alimentos e matérias-primas (caso do Paraná).

Entre 1820 e 1960, São Paulo recebeu 5,4 milhões de imigrantes, sendo 53% do exterior e 47% vindos de outras regiões do país. Em 1920, São Paulo já contava com 15% da população nacional, 29% do valor da produção agrícola e 31,5% do valor da produção industrial.³

Vinte anos mais tarde (1940), São Paulo já participava com 17,4% da população nacional, 35% do valor da produção agrícola e 45,3% do valor da produção industrial, configurando uma tendência nítida de concentração econômica com efeitos cumulativos.⁴

Em 1960, São Paulo já respondia por 54,5% do valor da transformação industrial⁵ e torna-se, inegavelmente, o centro dinâmico da economia brasileira, dotado de características fortemente concentradoras, cujas conseqüências mais graves foram o aprofundamento dos desequilíbrios regionais no país.

Devido a essa dianteira de São Paulo, todas as regiões brasileiras, em maior ou menor grau, apresentaram quedas relativas na transformação industrial, com destaque especial para o Rio de Janeiro, berço da industrialização brasileira, e para o

² Ver. MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Brasiliense, SP. 1982, SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Alfa-Ômega, SP.1978 e CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Difel, SP.1977, como forma de entender melhor os determinantes desse processo de concentração econômica em torno de São Paulo.

³ IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. RJ. ,1920.

⁴ IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. RJ. ,1940.

⁵ IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. RJ. , 1960.

Nordeste; o primeiro com redução de 23,9% em 1940 para 15,7% em 1970 e, o último, com redução de 10% em 1940 para 5,7% em 1970.

É, portanto, a partir dessa situação em que a concentração econômica em São Paulo atingiu níveis elevadíssimos que decidimos estudar o novo movimento verificado na década de 1970, onde se percebe um processo de desconcentração parcial das atividades econômicas de São Paulo em favor de alguns outros Estados brasileiros.

Um trabalho recente que analisamos, o qual aborda o desenvolvimento econômico regional, com enfoque especial para o caso do Nordeste⁶, mostra que a partir da década de 1970 se pode observar um certo aumento da participação de muitos Estados no valor da transformação industrial do país, como por exemplo Minas Gerais, que passou de uma participação de 6,5% do valor da transformação industrial do país em 1970, para 7,7% em 1980; Santa Catarina, cuja participação cresceu de 2,6% em 1970, para 7,3% em 1980; e Rio Grande do Sul, cuja participação cresceu de 6,3% em 1970 para 7,3% em 1980.

Mediante tais constatações, decidimos estudar o caso do Paraná.

No que tange a esse Estado, as pesquisas sobre industrialização provém fundamentalmente de duas fontes: da acadêmica e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Observamos em nossas pesquisas que enquanto os universitários priorizam ora os estudos genéricos sobre a realidade paranaense – sem deter-se especificamente na questão da industrialização-, versando apenas alguns setores industriais, como por exemplo o da erva-mate, da madeira, do papel, ou outro qualquer, os pesquisadores do IPARDES contribuem com uma série de estudos sobre o comportamento da indústria paranaense como um todo no decorrer dos anos.

No entanto, um fator comum observado na maioria dos estudos realizados por ambas as fontes é a ausência de um estudo histórico, que é estritamente necessário para que se possa compreender a formação e o desenvolvimento da indústria paranaense no tempo. Encontramos várias obras que tratam da história do Paraná mas em todas elas (pelo menos todas as que conhecemos), tratam da indústria somente até a década de 1950 ou, no máximo, até 1960.

⁶ SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico. Atlas*, 4 Ed. SP., 1999.

Nos estudos mais recentes sobre a industrialização do Paraná, encontramos, em termos de embasamento teórico, ora a obra de Pedro Calill Padis, o qual utiliza o conceito centro-periferia para analisar a economia do Estado, identificando-a como eterna dependente do pólo industrial de São Paulo e sem possibilidades de um dia desenvolver um parque industrial capaz de competir com ele, ora estudos estritamente empíricos que mostram que o Paraná se industrializou depois da década de 1970, mas que pecam por negligenciar os fatores que contribuíram para esse crescimento industrial.

Mediante tais constatações, pensamos ser possível realizar um estudo sobre a industrialização do Paraná sob uma nova ótica, a qual tentará buscar uma somatória desses estudos, ou seja, uma união do histórico com o empírico, no intuito de encontrar e destacar esses fatores que contribuíram para que o Paraná se industrializasse tão rapidamente depois da década de 1970 e se distanciasse cada vez mais da alcunha de um Estado “periférico”.

Todavia, para realizarmos essa somatória de estudos, precisaremos nos remeter novamente a um estudo sobre a formação econômica do Estado, mesmo que brevemente.

Para tanto, analisaremos obras clássicas como a de Padis, a qual mencionaremos com frequência no decorrer de nosso estudo, sempre fazendo alusões paralelas desta obra com a conhecida obra de Celso Furtado sobre “Formação econômica do Brasil”, na qual o autor se baseou para realizar seu estudo sobre o desenvolvimento da economia do Paraná, bem como dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que Padis tomou como embasamento teórico para estabelecer suas conclusões no que se refere à condição periférica do Paraná frente a São Paulo.⁷

No decorrer do estudo abordaremos constantemente os fatos que marcaram a economia brasileira durante o período analisado, uma vez que seria impossível analisar o processo de industrialização paranaense se o isolarmos do contexto nacional e mesmo internacional. Para tanto, nos arremeteremos a alguns estudos

⁷ Não podemos deixar de explicar que tais teorias não aparecerão de forma explícita em nosso estudo.

clássicos sobre economia brasileira e, novamente, à obra de Celso Furtado⁸, a qual será utilizada para refutar parcialmente algumas das conclusões de Padis no tocante ao desenvolvimento industrial do Paraná.

Utilizaremos, ainda, uma série de dados estatísticos para realizarmos comparações entre o crescimento industrial do Paraná e do Brasil durante os anos, utilizando uma série de fontes; como exemplo das fontes podemos citar o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná).

Nosso estudo, em si, será subdividido em três capítulos.

No primeiro capítulo do trabalho, estudaremos as bases históricas da indústria paranaense.

É um capítulo que trata especificamente da formação econômica do Estado desde sua ocupação pelos europeus, suas primeiras atividades econômicas (ouro e tropeirismo), seguida pela fase da erva-mate e da madeira e terminada com o ciclo do café, atividade que contribuiu para a formação do parque industrial do Estado na medida em que gerou recursos que foram utilizados para a montagem de uma infraestrutura adequada (reparelhamento dos portos de Paranaguá e Antonina, construção de estradas, ampliação da rede ferroviária e do abastecimento de energia elétrica) para o recebimento da indústria.

No segundo capítulo estudaremos o processo de industrialização em si, que se inicia com a tecnificação da agricultura do Estado, a qual possibilitou para o mesmo o surgimento de setores produtores de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura e incentivou a produção agrícola estadual de exportação.

Nesse mesmo capítulo, ainda, nos ateremos em mostrar o processo gradativo de autonomização da indústria do Paraná frente à agricultura.

Procuraremos analisar como a agroindústria, instalada numa área de agricultura dinâmica como o Paraná, atrai mão-de-obra e gera renda para criar novos setores os quais passaram a superar a própria agricultura em termos de renda interna estadual, levando o Estado a começar a estreitar a relação de dependência em relação ao pólo industrial nacional – São Paulo–, expandindo seu parque industrial,

⁸ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Nacional, SP., 1995.

diversificando sua base produtiva e se libertando gradativamente da alcunha “periférica” à qual estava submetido por muitos dos estudiosos da economia regional paranaense.

Por fim, no terceiro capítulo, analisaremos a dinâmica da indústria paranaense nas décadas de 1980 e 1990. Durante a década de 1980, apesar das crises que assolaram a economia nacional fazendo com que a indústria paranaense não alcançasse o mesmo crescimento da década de 1970, ela ainda apresentou moderado dinamismo, justamente por causa de sua estrutura, ainda marcada pela forte presença das indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis, que funcionaram como barreira aos efeitos negativos da recessão, e fizeram com que o Paraná, crescesse a taxas superiores às do Brasil como um todo. A década de 1990, por sua vez, volta a apresentar a mesma tendência expansiva industrial da década de 1970, além de um processo parcial de desconcentração industrial de São Paulo para o Paraná, deixando-o cada vez mais distante da denominação de “periférico” à qual esteve submetido durante muitas décadas.

CAPÍTULO I

1- EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA DO PARANÁ.

1.1- A ocupação europeia do território paranaense.

A ocupação do território que hoje constitui o Paraná, em sua fase inicial, foi bastante lenta e descontínua.⁹

Foi apenas no começo da segunda metade do século XVI que teve início, por parte dos espanhóis, a ocupação do território paranaense, vindo do interior para o mar.¹⁰

⁹ Ver MARTINS, Romário: *História do Paraná*, 2 ed., SP. Rumo, 1939.

¹⁰ De acordo do Magalhães filho, em seu livro: *História do Paraná* (1969), o território hoje ocupado pelo Paraná somente começou a ser explorado, em termos econômicos, a partir do século XVI.

Duas correntes colonizadoras penetraram-no, então, vindas de direções diferentes. Pelo litoral, avançou a ocupação portuguesa, com base em São Vicente, em busca do ouro de aluvião, seguindo os passos de alguns exploradores e negociantes que, desde o século anterior, haviam reconhecido a baía de Paranaguá e as terras adjacentes a ela. Pelo Oeste, avançou a ocupação espanhola, com base em Assunção, seguindo em sentido inverso, os passos da expedição chefiada por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que, em 1541, após desembarcar nas costas de Santa Catarina, galgou as serras e explorou os Vales do Negro, do Tibagi e do Iguazu, descobrindo as famosas Cataratas.

Nesta fase inicial, a ocupação espanhola foi mais rápida e profunda. Desde 1554 já haviam sido fundadas as primeiras cidades no chamado Guayrá, que corresponde à margem esquerda do rio Paraná. Os constantes conflitos com os índios e o desinteresse da Espanha por uma região de importância secundária em seu império americano, levaram a entrega do problema da pacificação dos índios aos jesuítas que, em 1609, criaram a Província Jesuítica do Paraguai.

Em poucos anos, foram fundadas 13 reduções (aldeias de índios catequizados sob a administração de padres) nas terras entre o Paraná e o Tibagi. Foi a primeira experiência de um sistema de agricultura comunal¹¹, baseada na propriedade coletiva da terra e da produção.

O governador do Paraguai, por volta de 1554, resolveu fundar várias vilas no território (hoje paranaense) com três finalidades, a saber: - subordinar cerca de 200 mil índios que habitavam a região de Guairá, deter a penetração portuguesa que se processava além da linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas, e estabelecer uma saída marítima para o Atlântico, através da baía de Paranaguá.

O sistema que os espanhóis utilizaram para forçar os índios a trabalhar na exploração do território paranaense era o de “encomiendas”¹², onde cabia aos

¹¹ Sobre a agricultura comunal no Paraná, ver: MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. Evolução histórica da economia paranaense. Revista Paranaense de Desenvolvimento., Curitiba : BADEP, n.28, p.31-52, ja./fev. 1972.

¹² Sobre o sistema de “encomiendas” ver: BRUNO, Ernani Silva: História do Brasil., São Paulo, Cultrix, 1967. No caso específico do Paraná, ver: CORTESÃO, Jaime: Os jesuítas e bandeirantes no Guayrá. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951. e

índios “encomendados” lavrar a terra, caçar e pescar para seus senhores, além de prestar serviços de construção de habitações e outros. Era, porém, na coleta da erva-mate, nos grandes ervais nativos da região, que a mão-de-obra indígena constituía a grande e única força de trabalho existente.

Porém, não foi nada fácil explorar o trabalho indígena; tais índios resistiam bravamente às tropas que tentavam captura-los. Ademais, foi exatamente devido às dificuldades em lidar com esses índios e explorar sua mão-de-obra que Hernando Arias de Sveda , explorador espanhol no Guayrá, recomendou ao rei Felipe III da Espanha que confiasse a pacificação desses indígenas aos missionários jesuítas.

Desta forma, ou seja, dado o insucesso dos espanhóis no que tange à subordinação dos indígenas, o governo espanhol passou a confiar esse trabalho aos jesuítas, os quais estabeleceram as chamadas “reduções”, que não eram senão os núcleos habitacionais, “municípios de índios”, onde, além da habitação e trabalho, os indígenas recebiam, principalmente, educação religiosa.

Viccensvives explica de forma bem clara a relação entre os índios e os padres nas “reduções”: *“Os padres dirigem e são consultados em tudo pelos alcaides e regedores índios. O missionário é nelas padre, pastor, juiz, chefe, professor, cacique, médico, gerente, contador e evangelizador. As características externas de uma missão são: a honradez administrativa, a densidade e a amplitude da vida cerimonial catedrática e religiosa, a disciplina rígida que lhe dá matiz de comunidade convencional, o regime de trabalho suave e bem organizado (6 horas diárias) e geral bem-estar econômico.”*¹³

De acordo com Pierre Chaunu, a finalidade das reduções era *“... reunir os índios nômades em grandes aldeias federadas, ensinar-lhes um novo gênero de vida, técnicas agrícolas e artesanais européias, ainda que bem ou mal adaptadas ao meio.”*¹⁴

BARTHELMESS, Arthur: Ocupação e organização do Paraná Velho: Boletim Paranaense de Geografia, Curitiba, maio de 1962, nºs 6 e 7.

¹³ VICCENSIVIVES, Jayme: História social e econômica de Espanha y América. , tomo III, p. 50.

¹⁴ CHAUNU, Pierre: L' Amérique et les Amériques – De là préhistoire à nos jours, p.130-131, Armanda Colin, Paris, 1964. Apud. BALHANA, Altiva Pilatti, MACHADO,

Conforme Mauro, *“Formaram em 1610 com a aprovação de Felipe III, uma república cristã, onde nenhum espanhol podia entrar sem a permissão de um religioso. Os indígenas ali aprendiam ofícios e artes. Pagavam um imposto ao rei da Espanha, eram cuidados pelos jesuítas; tornavam-se bons cristãos, trabalhadores e pacíficos.”*¹⁵

Em suma : *“Haviam sido reduzidos não à servidão que lhes explorava somente o trabalho, mas a vida cristã.”*¹⁶

A Carta Régia, de 1608, acolheu então essa proposta, criando a “Província Del Guairá”, abrangendo terras do Ocidente.

Os padres jesuítas, Ortega e Fields, em 1588, já haviam percorrido a região e informado aos seus superiores da existência de cerca de 200 mil índios no Guairá e apontado a conveniência, para a missão, se sua reunião em grandes aldeamentos.

Autorizados, então, a colocar em prática o projeto de aldeamentos sob a sua jurisdição, foi efetivada a província Jesuítica do Guairá, que alcançou, em 20 anos, a instalação de 13 núcleos, a saber: - Nossa Senhora de Loreto, Santo Inácio, São Francisco Xavier, Nossa Senhora da Encarnação, São José, Sete Arcanjos de Taioba, São Paulo de Iniai, Santo Antônio, São Miguel, Jesus-Maria, São Tomé, São Pedro e Nossa Senhora da Conceição do Guaranhos.¹⁷

Os índios aldeados nas Reduções eram, em sua grande maioria, Guaranis, mas havia outros também, como os Tupis e os Carijós.

As Reduções foram organizadas na base da vida comunitária; suas atividades econômicas foram, principalmente, aquelas relacionadas à coleta de

Brasil Pinheiro e WESTPHALEN, Cecília Maria: História do Paraná., Paraná Cultural Ltda, Curitiba, 1969, p.50.

¹⁵ MAURO, Frédéric: L'expansion européenne, Presses Universitaires de France, p.115, Paris, 1964. Apud. BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN: História do Paraná., Paraná Cultural Ltda, Curitiba, 1969, p.49.

¹⁶ BALHANA, Altiva Pilatti, MAVHADO, Brasil Pinheiro e WESTPHALEN, Cecília Maria: História do Paraná., Paraná Cultural Ltda, Curitiba, 1969, p.49.

¹⁷ Ver CHMYZ, Igor:- Contribuição arqueológica e histórica ao estudo da comunidade espanhola de Ciudad Real do Guairá, p.104.In: Revista de História, n.2, Curitiba, 1963.

erva-mate que os padres exportavam, divulgando o uso da erva do Paraguai entre os espanhóis do Prata. Promoviam a plantação de mandioca, milho e outras culturas, praticando lavouras coletivas.

Ademais, as terras todas eram de uso comunal. Os homens se dedicavam à agricultura e à pecuária e as mulheres eram orientadas para as artes, com a produção de tecidos de algodão e de lã.

Também existiam os índios carpinteiros, tecelões, ferreiros, pintores, estatuários, fundidores, etc. Tudo era provido na própria Redução.

O aldeamento produzia o necessário para a subsistência dos aldeados, que exportavam os excedentes da sua produção agrícola e pecuária, além da erva-mate. O saldo favorável verificado com as exportações permitiu-lhes edificar igrejas maiores e mais ricas.

Na verdade, as próprias aldeias também eram objeto de planejamento urbano e arquitetônico: *“...casas geralmente térreas, cobertas de telha, branqueadas e com varandas pelos lados para preservarem do calor e das chuvas. Eram divididas em quadras; umas davam para a praça, de forma quadrada ou retangular, situada no centro da povoação. A igreja, as casas dos padres, a escola, as oficinas, os depósitos e o cemitério, geralmente, em um único lado, enquanto, nos demais, estavam os edifícios com as habitações para as famílias indígenas. As casas em forma simétrica eram feitas de taipa, com tetos de duas águas.”*¹⁸

Os espanhóis de Ciudad Real e Villa Rica constituíam-se em certo obstáculo às Reduções, uma vez em que eram opositores dos padres que arrebatavam-lhes os índios explorados e que concorriam na exportação da erva-mate e de outros produtos cultivados nas mesmas.

Porém, logo um perigo bem maior se apresentaria: As bandeiras paulistas.¹⁹

¹⁸ CASAL, Pe. Aires de. : *Coreografia Brasileira*, p. 159, Tomo I, fac-símile da edição de 1817, Instituto Nacional do Livro. Coleção de Obras Raras, Rj, 1945.

¹⁹ De acordo do Padi, em seu livro : *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná.*, (1981), a experiência jesuítica no Paraná teve pouca duração, uma vez que as duas correntes entraram em choque. Além da expansão colonizadora pelo Litoral, partiram, nessa época, de São Vicente e de São Paulo, “bandeiras”, cujo objetivo imediato era a

O primeiro encontro entre os jesuítas espanhóis e as bandeiras paulistas se deu em 1611, quando a bandeira de Pedro Vaz de Barroz, autorizada por Luiz de Souza, foi abatida por Antonio de Anasco que lhe saíra ao encaço, obrigando-o a abandonar a presa.²⁰

Os bandeirantes preferiam buscar suas presas nos aldeamentos, pois, além de estarem ali reunidos em grande número, estavam praticamente incorporados à cultura européia e, sobretudo, já acostumados aos hábitos de trabalho rural. Aos paulistas, interessava o braço do índio para o trato de suas lavouras.

Segundo Padis, *“É indiscutível que, por essa época, a captura do indígena era economicamente compensatória, pois ele alcançava bons preços no mercado paulista. Além disso, consideravam as bandeiras paulistas, se conseguissem capturar índios aldeados, teriam vantagens financeiras maiores, pois estes possuíam alguma instrução e certo conhecimento de algum ofício”*.²¹

Somente as Reduções de Nossa Senhora de Loreto e Santo Inácio, pela sua posição geográfica mais ao Norte, escaparam aos ataques diretos das bandeiras.²²

captura de índios para a venda no mercado de escravos do Litoral. Uma grande parte desses escravos índios era exportada para as capitanias açucareiras do Nordeste. Mesmo não sendo os índios a principal fonte de mão-de-obra escrava para a economia açucareira nordestina, tinham regular utilização em atividades marginais, cujo nível de lucratividade não permitia a aquisição de escravos africanos, que, por sua vez, possuíam um preço bem mais elevado.

Ora, os índios já pacificados e catequizados das Reduções, eram muito mais fáceis de capturar do que os ainda selvagens. Após o primeiro contato em 1628, seguiram-se várias “bandeiras”, destacando-se as chefiadas por Raposo Tavares e Manuel Preto, que atacavam os índios e os capturavam para utilizá-los como escravos. Tal fato levou a região ao completo abandono por parte dos jesuítas, em 1631.

²⁰ Ver TAUNAY, Affonso E. História das bandeiras paulistas. Ed. Do museu paulista, SP., 1946.

²¹ PADIS, Pedro Calill : Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná. HUCITEC, Curitiba, 1981, p.16.

²² MARTINS, Romário: História do Paraná., 2 ed. Rumo, SP., 1939, p.55. Segundo o autor, à época da expedição das bandeiras, dos 100 mil índios aldeados na Província como um todo, 15 mil foram mortos em pelejas e 60 mil foram escravizados.

Em suma, a ação dos bandeirantes paulistas no aniquilamento da ocupação jesuíta foi completa e definitiva; destruíram 11 das 13 reduções indígenas organizadas pelos jesuítas.

Padis ainda afirmou, ao abordar o ciclo do açúcar no Brasil e a mão-de-obra indígena oriunda do Paraná utilizada para trabalhar também nos engenhos do Nordeste, que *“...pelo menos de forma indireta, o Paraná em nada participou do ciclo da economia açucareira, senão como fornecedor de índios escravizados e que foram vendidos para trabalharem nos engenhos em Pernambuco. Isto serve para indicar que, até meados do século XVII, o Paraná esteve totalmente na periferia do sistema econômico brasileiro.”*²³

Durante o século XVII, São Paulo exportou cerca de 90.000 escravos índios capturados pelas “bandeiras”, cujo valor de venda correspondia a 1/3 das exportações anuais de açúcar do Nordeste.²⁴ Na verdade, esse foi o principal artigo de exportação da capitania nesse período.

1.2- As primeiras atividades econômicas do Estado: O ouro e o tropeirismo.

Embora não se possa precisar o ano em que começou o povoamento efetivo do litoral e do planalto paranaense, sabe-se que em ambos foi, sem dúvida, a exploração do ouro a origem das primeiras povoações: a de Paranaguá e a de Curitiba.

Tais fatos ocorreram quase no final da primeira metade do século XVII, porquanto, antes dessa época, não havia se iniciado em nenhuma parte do Brasil, o ciclo da mineração propriamente dita.²⁵

²³ PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná. HUCITEC, Curitiba, 1981, p.18.

²⁴ Idem. Ibidem., p.19.

²⁵ Idem Ibidem.. p. 17.

O ouro de aluvião foi encontrado no Paraná, a princípio, nas areias da baía de Paranaguá e no leito dos rios que nela desembocam, principalmente no Nhundiaquara; ainda que haja notícias sobre achados de ouro nessa região desde as últimas décadas do século XVI, somente em meados do século seguinte é que a produção alcançou significado econômico no Estado. Analisaremos o porquê disto durante o estudo.

A população que se dirigiu para essa área em busca do metal precioso era proveniente das regiões de Santos, São Vicente, Cananéia, São Paulo e Rio de Janeiro. Inicialmente se fixaram na ilha de Cotinga e, mais tarde, transferiram-se para o continente, formando um núcleo que se transformaria na cidade de Paranaguá. A consolidação política e jurídica desse primeiro núcleo populacional do território paranaense deu-se em meados do século XVII (1646-48). O móvel dessa ocupação foi a busca do ouro nas regiões vizinhas, o que resultou no estabelecimento de dois novos núcleos que hoje constituem as cidades de Antonina e Morretes.²⁶

É óbvio que a busca do ouro, como causa principal da penetração e ocupação do território paranaense vai além. Ainda no século XVII, os mineradores transpuseram a Serra do Mar e se dirigiram ao planalto.

De acordo com Padis “... *a comarca de Curitiba foi originalmente povoada por europeus chegados de Portugal a Paranaguá, atraídos, provavelmente, pelas minas de ouro dessa região e que, em seguida, atravessaram a Serra do Mar para estender sua procura.*”²⁷

À medida que as penetrações eram feitas e que novas minas de ouro eram descobertas, novos núcleos populacionais iam surgindo. Alguns deles transformaram-se em povoações como, por, exemplo, São José dos Pinhais e Bocaiúva do Sul, dentre outras.

²⁶ De acordo com Magalhães Filho (1969), a autoridade portuguesa, interessada na arrecadação dos tributos decorrentes da exportação aurífera, também foi atraída para a região.

²⁷ Op. Cit., p.19. As penetrações em busca do metal precioso e a atividade econômica resultante deu origem a alguns caminhos de ligação do litoral com o primeiro planalto, apesar de que, na região marinha, as lavras foram mais ricas e justificaram a instalação de uma casa de fundição.

Porém, o estabelecimento inicial que deu origem à cidade de Curitiba teve causas distintas: a vinda de umas poucas pessoas da cidade de São Paulo pelo sertão, a subida de outras, vindas de Paranaguá, assim como a fixação, mesmo que temporária, de pessoas ligadas à atividade pecuária, foram fatos que contribuíram para o estabelecimento de um núcleo populacional significativo.

Com efeito, a instalação de um grupamento humano no planalto, originando a vila de Curitiba, foi um dos resultados da mineração. Em consequência, outros fatores e condições passaram a operar, promovendo a fixação dos homens e a gênese de um conjunto de interesses mínimos gerais, dando origem à comunidade. Assim foi que a fundação e os primeiros desenvolvimentos em Curitiba foram devidos à conexão de suas áreas econômicas inicialmente distintas e independentes, a saber: a economia mineradora do Litoral e a economia pecuária dos Campos de pastagem ao Sul do Paraná, nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XVII.²⁸

A penetração para o interior deu-se mais tarde, de forma insegura e vagarosa. Assim, apesar dos “Campos de Palmas” terem sido devassados em função da busca pelo ouro por uma bandeira exploradora, no começo da terceira década do século XVIII, o estabelecimento de um núcleo populacional só se deu em função dos tropeiros que buscavam a região de Sorocaba, anos mais tarde.²⁹

Já a ocupação dos “Campos de Guarapuava” (início do terceiro quartel do século XVIII) foi fruto do temor, por parte do governo português, de uma efetiva ocupação espanhola, o que levou a tentar a consolidação da tomada do território não só pelo estabelecimento de fortificações militares como também pelo desbastamento do sertão. Desta forma, várias penetrações foram feitas através dos grandes rios como o Iguaçu, o Tibagi, o Ivaí, entre outros.³⁰

²⁸ IANNI, Octávio: *As metamorfoses do escravo*. Difusão Européia do Livro, SP., 1962.

²⁹ PADIS, Pedro Calil: *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná*. HUCITEC., Curitiba, 1981, p.21.

³⁰ Idem. *Ibidem*. p. 21. Na verdade, como completa BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN (1969), os primeiros movimentos ocupacionais registrados no Paraná (segunda metade do século XVI – fim do século XVII), se processou no sentido Leste-Oeste, devido a busca pelo ouro na região enquanto que, nos séculos XVIII e XIX, na direção

Ademais, toda essa penetração populacional com o intuito de ocupar o território só foi possível e subsistiu, devido à existência de uma atividade econômica que a sustentou e que se estabeleceu em caráter permanente, a saber, a agricultura de subsistência.

As características de tais economias podem sofrer variações; há algumas que se fixam com a finalidade de atender a subsistência do grupo estabelecido e, mesmo que estas não se tornem auto-suficientes (praticamente fechadas) seu setor exportador se torna relativamente atrofiado.

Há outras que se desenvolvem quase que exclusivamente em função de estímulos externos e, quase sempre, atingem níveis de produtividade e renda e, conseqüentemente, capacidade de importar bastante consideráveis, flutuando para cima ou para baixo de acordo com os deslocamentos da demanda externa, ou melhor, em função dela. Nestes casos, uma parte da demanda interna de bens manufaturados é atendida através de importações.³¹

Só que esse tipo de economia dá lugar ao aparecimento de outras atividades econômicas (agropastoris e também manufatureiras), cuja finalidade é satisfazer parte da demanda interna não satisfeita com as importações, muitas vezes chegando a agir como sustentáculo da própria atividade condutora da economia.

Norte-Sul e Sul-Norte, devido a decadência do ciclo do ouro, em Minas Gerais. Este segundo movimento de ocupação se deu através dos chamados "caminhos históricos", de condições bastante precárias e que permitiam apenas o trânsito das tropas de gado bovino e muar.

Aliás, diversos foram eles no Paraná. Pode-se referir, entre outros, aos caminhos de Peabiru, de Cubatão, do Itupava e do Arraial, de Sorocaba a Viamão. Merece destaque este último que, de sua penetração, subsequente tomada do território e ulterior estabelecimento de aglomerados populacionais, resultaram várias cidades do Paraná Velho.

Com efeito, ligando os centros criadores de gado, localizados no Rio Grande do Sul, ao principal mercado pecuário da época, Sorocaba, esse caminho atravessou o Paraná, criando condições para o aparecimento de várias povoações como Itararé, Jaguariaíva, Lança (Pirai do Sul), Iapó (Castro), Ponta Grossa, Lapa, Palmeira, Campo Largo, Lajes, etc.

³¹ Ver SINGER, Paul: Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. CEN., SP. 1968.

Relacionando tal análise com a ocupação territorial e o desenvolvimento de atividades econômicas no Brasil, observa-se que a mesma se configurou perfeitamente dentro dessas duas formas que acabamos de mencionar.

Ademais, podemos considerar como reflexos da demanda externa os ciclos do açúcar, da mineração e do café na economia brasileira. Paralelamente a essas atividades, desenvolveu-se a pecuária no Nordeste e no Sul por causa do ciclo da mineração e, também, a busca e captura de índios para o trabalho nos engenhos (economia açucareira). Estes são os exemplos mais típicos que encontramos.

Também temos que observar que, à medida que surgem crises (por qualquer motivo) nas atividades condutoras, as subsidiárias também regridem amplamente (caso da pecuária no período crítico entre o ciclo do açúcar e o ciclo da mineração no Brasil).

Dentro da economia brasileira, o Paraná assume uma posição bastante interessante: se por um lado a economia paranaense estava em grande parte voltada ao setor de subsistência, por outro, organizou-se um setor exportador com duas subdivisões diferentes: - a primeira dependente quase que completamente da principal atividade condutora da economia brasileira (açúcar, ouro- cada uma em seu momento), e a segunda voltada diretamente para o comércio exterior.

Nas economias que exportam produtos primários e que geralmente importam produtos manufaturados, o setor exportador normalmente é o que oferece maiores vantagens ao capital comercial. Desta forma, existe uma grande concentração de investimentos nesse setor, o que chega até a impedir a diversificação da produção interna.

Além disso, os produtos manufaturados que elas importam sofrem valorização crescente no mercado internacional, em detrimento aos produtos primários que exportam, reduzindo a capitalização dessas economias e agravando ainda mais o problema.³²

Por causa disso, é preciso um grande esforço de produção (em investimentos) para continuar obtendo a mesma a mesma quantidade de bens importados. Logo, é a elevação dos custos das mercadorias importadas que faz com que essa economia

³² Ver FURTADO, Celso: Formação econômica do Brasil. Fundo de Cultura, RJ., 1959. cap. 19 e 20.

primário-exportadora precise sempre produzir quantidades cada vez maiores de seu produto de exportação básico, condutor de sua atividade econômica.³³

“Assim, a concentração dos investimentos, a fraca potencialidade de capitalização e os estímulos externos à produção, vão conduzindo, sistematicamente, a economia, a uma situação de rigidez e dependência.”³⁴

Foi exatamente isso que aconteceu com a economia paranaense ao longo de grande parte de sua vida econômica.³⁵ Embora a procura por ouro no Paraná tenha sido a primeira causa de sua ocupação, a dimensão das descobertas e o valor das exportações não atingiram importância significativa.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, no fim do século XVII, a economia paranaense sofreu um retrocesso.

Quando o ouro se esgotou no Paraná, a ocupação permaneceu baseada numa agricultura de subsistência, principalmente do trigo, com grandes propriedades isoladas em torno das pequenas vilas, gerando uma estrutura social quase clânica, cujos patriarcas constituíram-se nos primeiros “nomes históricos” do Paraná, dentre os quais se destacam Mateus Leme e Baltazar Carrasco dos Reis.³⁶

Como já foi mencionado anteriormente, a base econômica da mineração tanto no Brasil como no Paraná, foi o escravismo. Ainda que a procura inicial e grande parte das explorações de menor importância tenha sido feita por indivíduos isolados, faiscadores ou garimpeiros, a exploração em escala obedeceu a padrões diferentes.

No Paraná, a própria obtenção de concessão de lavras exigia a posse de escravos. Aqui, o caráter escravista da exploração colonial manifestou-se claramente. As minas tinham proprietários e não Senhores, tal qual um certo Domingos Cardoso, cuja residência era adornada com tapetes de Damasco e baixelas de prata, e que

³³ Idem. *Ibidem*.

³⁴ PADIS, Pedro Calill: *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná*. HUCITEC., Curitiba, 1981, p.39.

³⁵ Ver. PRADO JUNIOR, Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense, 8 ed. SP., 1965.

³⁶ *Op. Cit.*, p.43.

possuía uma banda de música; seus escravos tocavam toda vez que ele se dirigia até Paranaguá, fazendo com que ele tivesse uma entrada triunfal na Vila.³⁷

Com a decadência da mineração, minaram-se também as bases do escravismo, reduzindo sua importância. Os sesmeiros ainda mantiveram escravos, principalmente para o transporte de mercadorias entre o Planalto e o Litoral. Mais ainda, o nível da economia de subsistência nem os exigia para as atividades produtivas, nem permitia sua aquisição. Essa pequena economia de subsistência ainda permaneceu por quase meio século, concentrada no Planalto paranaense e ligada ao Litoral por três caminhos precários, a saber: as estradas da Graciosa, Ituaçava e do Arraial, quase que inteiramente isolada.

Porém, mais tarde, a evolução da colônia veio a dar-lhe novo estímulo. Nos últimos anos do século XVII, foi descoberto ouro nas regiões de Caetés e no Vale do Rio das Velhas. Surgiram as Minas Gerais. Em poucos anos uma região quase que totalmente despovoada alcança e ultrapassa um milhão de habitantes. Em consequência disso, o Brasil se transformou no maior produtor mundial de ouro e a região aurífera passou a sobrepujar, em riqueza, a região açucareira.

Desta forma, todos os estímulos que a mineração local havia comunicado aos outros setores no Litoral paranaense, tornaram a manifestar-se, todavia, em escala muito maior. O Planalto paranaense foi uma das áreas que mais se beneficiou com isso.

Como sabemos, um dos principais problemas enfrentados pela região aurífera de Minas Gerais era o dos transportes. Seu porto natural era o do Rio de Janeiro, mas dele a separavam centenas de quilômetros de caminhos acidentados que serpenteavam por grandes Serras como a dos Órgãos e a da Mantiqueira. O único meio de transporte para as cargas exportadas e importadas era o lombo dos animais, principalmente muare.

Surgiu então, em função do ouro, uma crescente demanda por animais na região central do Brasil e, coube ao extremo sul responder a esse estímulo. Nos Pampas, entre o rio Uruguai e o Litoral Oceânico, haviam-se formado rebanhos selvagens, originados dos animais fugidos dos estabelecimentos espanhóis e

³⁷ MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de: *História do Paraná*. Rumo, SP., 1969, p.35.

portugueses, que margeavam essa imensa área, ainda vazia em termos de ocupação europeia.

Já desde antes da fundação da Laguna (1676), a marcha da colonização portuguesa, partindo de São Vicente, alcançara a região das Lagoas dos Patos e Mirim, iniciando-se a produção de couros, que eram exportados, inclusive, para a Europa. À medida que o preço dos animais começou a se elevar, devido à grande demanda gerada pela economia aurífera, passou-se a exportar animais para São Vicente, Santos e Rio de Janeiro.

Porém o grande desenvolvimento só viria a dar-se com a abertura do caminho de “Viamão”, que ligava, através dos planaltos, o estuário do Guaíba com Sorocaba, onde passaram a realizar-se feiras de animais. Chagavam a negociar 200.000 cabeças de gado por ano.³⁸

Tal caminho atravessava os campos de Vacaria, Lajes e Curitiba, que passaram a ser utilizados como invernadas para a recuperação dos animais, após as longas marchas às quais eram obrigados. Essa atividade veio, assim, a despertar a região do Planalto Paranaense. Os meios de produção, em grande parte subutilizados, orientaram-se para a nova fonte de lucro. A pecuária passou a ser a atividade produtiva predominante, enquanto que as pessoas que possuíam recursos os aplicavam na compra de animais, no Sul, a fim de revendê-los em Sorocaba.

Surgiu com isso a figura do tropeiro, que se constituía numa espécie de intermediário entre o criador do Sul e o comprador da feira. Desenvolveram-se então, as atividades ligadas ao tropeirismo, desde a criação de pousadas até a produção de alimentos, alguns dos quais eram exportados junto com as tropas.

Assim, a ocupação do território paranaense ampliou-se. Ao longo das rotas e junto aos melhores pastos, surgiram lugarejos que se transformaram depois em vilas e que hoje são cidades, dentre as quais pode-se destacar: - Lapa, Jaguariaíva, Iapó (hoje Castro), Santa Cruz (hoje Ponta Grossa) e Palmeira.

Durante toda a fase de prosperidade aurífera, a economia paranaense manteve-se em crescimento. O proprietário de terras, que era simultaneamente tropeiro, representava a classe dominante. Em suas mãos acumulava-se a renda, diversificando e refinando seus hábitos de consumo, em virtude dos quais eram

³⁸Idem. Ibidem..p.37.

aumentados as importações, pagas com o excedente gerado pelo comércio e a criação de animais.

Por outro lado, nem todo tropeiro era proprietário. Muitos deles limitavam-se a comprar os animais no Sul para revender em Sorocaba ou em qualquer outro ponto intermediário, pagando aluguel pelas terras de invernada. Mas, nem todo proprietário dedicava-se ao tropeirismo, limitando-se a alugar suas terras a tropas alheias.

Na verdade, os grandes proprietários de terras e comerciantes de gado passaram a comandar politicamente a região. Segundo Magalhães Filho, eles eram conhecidos como “tropeiros de tiro longo”, cujo capital lhes permitia sustentar o giro demorado, exigido pelo processo completo, que ia desde os campos do Sul até Sorocaba, permitindo-lhes às vezes ter mais de uma tropa em caminho. Os demais tropeiros eram conhecidos como os de “tiro curto” ou “mala nos tentos”.

Com a nova decadência da economia do ouro de Minas Gerais (último quartel do século XVIII), o mercado se restringiu. Caindo a demanda por muares, conseqüentemente, os preços baixaram e o tropeirismo decaiu. Somente com a prosperidade decorrente da expansão cafeeira no Paraná, após a Independência do Brasil, em 1822, foi que as vendas tornaram a elevar-se, dando início à segunda fase do tropeirismo.

Essa segunda fase de expansão do tropeirismo alcançou seu apogeu em meados do século XIX. O Rio Grande do Sul deixou de ser, nessa fase, a única fonte de animais.

Utilizando o caminho das Missões, rumo ao Alto Uruguai, os tropeiros passaram a comprar mulas vindas de Corrientes, na Argentina. Alguns tropeiros também passaram a investir na criação nos campos ao Sul, principalmente onde é hoje Santa Catarina.

Porém, foram as estradas de ferro que liquidaram de vez com o tropeirismo; não a construção de ferrovias no Paraná, ou a conclusão da ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, mas seu desenvolvimento no Centro-Sul do país, que reduziu sensivelmente a demanda por mulas. O número de muares negociados anualmente em Sorocaba caiu de cerca de 100.000, em 1860, para menos de 5.000,

ao final do século XIX.³⁹ Todavia, o elo que foi estabelecido entre o Centro Sul e a economia paranaense nunca mais desapareceu pois, às exportações de animais, foram-se somando as de pequenos excedentes agrícolas e de objetos de couro e madeira, os quais mantiveram aberta essa rota durante a recessão que seguiu a crise do ouro e depois ao desaparecimento do tropeirismo.

Durante todo o período que se seguiu ao esgotamento do ouro de Minas Gerais, a economia paranaense voltou à estagnação. A agricultura de subsistência voltou a ser a principal atividade, mas em bases territoriais maiores do que há um século antes. Não apenas o Litoral e o primeiro Planalto (Curitiba), mas também o segundo Planalto (Ponta Grossa), achavam-se inteiramente ocupados.

No final do século XVIII, essa economia de subsistência expandiu-se geograficamente em direção ao Oeste, levando à ocupação do terceiro Planalto (Palmas e Guarapuava).

Tal ocupação foi decorrente do próprio caráter extensivo da pecuária e de seu baixo nível de produtividade. O lento crescimento demográfico exigia rebanhos maiores e, como não havia recursos capazes de elevar a produtividade dos campos já ocupados, a ocupação teve que transbordar para os campos virgens, ainda existentes nas proximidades.

O poder político na região manteve-se, por todo esse tempo, nas mãos dos tropeiros e proprietários de invernadas e campos de criação. A prosperidade reconquistada após a Independência fortaleceu-lhes as posições, consolidando seu domínio e permitindo-lhes obter a emancipação política pela separação de São Paulo em 1853. Foi só muito lentamente que novas atividades, com maior dinamismo que estas, começaram a prevalecer, vindo a dominar a economia paranaense, a saber: - a erva-mate e a madeira.

Analiseemos, então, sua importância econômica.

³⁹ MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de.: História do Paraná. Rumo, SP., 1969, p. 38.

1.3 O dinamismo das novas atividades econômicas paranaense: A erva mate e a madeira.

Na verdade, a erva-mate já era consumida no território paranaense desde o início da colonização, nas terras onde existe em estado nativo; todavia, sua importância econômica somente se manifestou quando surgiu a possibilidade de exportar a erva cancheada para os mercados platinos e para o Chile.

A produção concentrava-se nos arraiais do Alto Iguaçu, onde a erva era *cancheada*, isto é, triturada em cilindros perfurados, sendo daí levada, primeiro em surrões de couro e posteriormente em barricas, no lombo de animais, pelos caminhos já mencionados, os quais desciam a Serra do Mar até os portos de exportação paranaense, a saber: Antonina e Paranaguá, como já dissemos anteriormente.

Foi uma fase de desenvolvimento para as áreas diretamente envolvidas com esse produto. Ressurgiu, em virtude do cultivo da erva-mate, o setor comercial, ativaram-se as atividades derivadas e de suporte, como a fabricação de barricas de madeira e a criação de animais para o transporte. Novas tecnologias foram introduzidas para beneficiar o mate, ora trazidas diretamente dos mercados consumidores ora criadas pela inventividade local (ex: criação dos moinhos de beneficiamento da erva com engenho hidráulico).

Todavia, foram as últimas décadas do século XIX que corresponderam a uma nova fase de rápido crescimento da economia exportadora paranaense. Os principais mercados da erva mate expandiram-se à medida que se processava o crescimento da economia argentina e, em maior escala, das economias uruguaia e chilena. Surgiram e se multiplicaram, então, os moinhos de beneficiamento do mate, que passou, assim, a ser exportado já industrializado (beneficiado).

Até os primeiros anos do século XIX, o Paraguai era o quase exclusivo fornecedor da erva para as Repúblicas Argentina e Uruguaia.

Porém, a partir de 1813, o presidente Francia, do Paraguai, passou a impedir as exportações do mate, objetivando atender unicamente a demanda interna. A Argentina e o Uruguai, sem fornecedor, voltam-se ao produto brasileiro. Assim, em 1816, instala-se o primeiro engenho de mate em Paranaguá. As exportações do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul vão crescendo, o que foi um estímulo

para que se aumentasse a produção do mate nessas regiões. Em 1826, o mate já correspondia a 69,8% das exportações totais do Paraná.⁴⁰

Porém, a partir de 1836, devido a alguns acontecimentos como a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a desarticulação das economias platinas devido à crise europeia (1848-1850), a Guerra Civil Argentina (1846), a queda do presidente Francia do Paraguai e a revogação do seu ato proibitivo de exportação do mate do Paraguai, o movimento ascensional do mate brasileiro cessa. Não só o mate, como mostra Celso Furtado, mas também: *“...ocorria a deterioração dos preços do açúcar, do algodão, dos couros e peles e a relativa estabilidade dos preços do fumo, ao mesmo tempo em que as quantidades exportadas de algodão diminuam.”*⁴¹

Os preços médios desses produtos reduziram-se neste período em 40% , enquanto o preço das importações permanecia estável. Dentro desse contexto, o mate conseguiu melhorar sua posição relativa no valor das exportações brasileiras, passando de 0,3% em 1831 para 1,3% em 1850.⁴²

O mate, juntamente com o café, foi um dos poucos produtos de exportação brasileiro que experimentou, durante a primeira metade do século XIX, uma situação favorável.⁴³

No Paraná, especificamente, foi a exportação do mate, através do porto de Paranaguá, nos anos de 1850-51, que propiciou sua emancipação provincial, que foi efetivada em 1853. Nesse período, 86% das exportações paranaenses eram representadas pelo mate.⁴⁴

Porém, depois da segunda metade do século XIX, a economia ervateira sofre um choque, deixando de ser tão favorável como a uns poucos anos antes.

⁴⁰ Ver PINHEIRO, Machado Brasil et alli.: Campos Gerais- Estruturas Agrárias. Curitiba, FFCL – UFP, 1968.

⁴¹ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, fundo de cultura, RJ., 195,p. 136.

⁴² BALHANA, Altiva Pilatti, MACHADO, Brasil Pinheiro, WESTPHALEN, Cecília Maria: História do Paraná. Ed. Paraná Cultural Ltda, Curitiba,1969, p. 137.

⁴³ PADIS, Pedro Calill: Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná. HUCITEC., Curitiba, 1981, p.44.

⁴⁴. Esse dado se encontra no livro de MAGALHÃES FILHO, Francisco Borja Baptista de. História do Paraná. Rumo, Sp., 1969, p.57.

Isso ocorreu devido à falsificação do produto paranaense, uma vez em que eram misturadas folhas de outros arbustos e até mesmo gravetos às folhas do mate. Esse fato começou a preocupar os comerciantes paranaenses que empreenderam uma campanha para rejeitar o produto misturado ou mal condicionado.

Tal medida provocou uma reação positiva no mercado internacional em favor do novo produto, o que o valorizou em relação ao mate paraguaio.

Além dos melhores preços, o mate paranaense sofreu um aumento de mais de 25% nas quantidades exportadas. Assim, de 1875 a 1879, três quintas partes do mate consumido na América do Sul eram provenientes do Paraná.⁴⁵

Nesse período, a Argentina, nosso principal importador, inicia a importação do mate em rama (erva em seu estado natural) para beneficiá-lo, o que significaria para o Paraná, no futuro não muito distante, o começo de uma nova decadência que se acentuaria mais e mais, já que nesse momento nosso principal importador preparava-se para ser nosso principal concorrente. Os industriais do mate paranaense não de cansavam de pressionar o governo para tomar medidas contra essa exportação da erva não preparada e também procuravam melhorar a qualidade do produto, inovando tecnologicamente os engenhos, pela substituição do engenho hidráulico pelo engenho a vapor, de forma tornar o produto mais uniforme, com melhor aparência e, sobretudo, mais barato. Eles pretendiam, com isso, superar o produto argentino e, com ele, concorrer em seu próprio país.

Em 1885, estava concluída a ligação ferroviária entre Curitiba e Paranaguá, facilitando o escoamento do produto, mas de 1892-97 registrou-se nova queda nas exportações do mate; em 1897, não se exportou nem a metade do que se exportava em 1892.⁴⁶

Tal quadro se explicou pelas crises políticas atravessadas pela economia brasileira nesse período, a saber: - a abolição da escravatura e a Proclamação da República, associadas à Guerra Civil do Uruguai (um dos principais mercados

⁴⁵ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, por ocasião da instalação da Segunda Sessão da 14ª Legislatura, no dia 16/02/1881, pelo presidente Dr. João Pedrosa, Curitiba, Typ., Perseverança, 1881, p.32.

⁴⁶ PADIS, Pedro Calill. Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná. HUCITEC, Curitiba, 1981, p.54.

paranaenses) e também por diversas crises econômicas e políticas na Europa, o que reduziu as exportações das Repúblicas do Prata e Oriental para esses países devido à redução da capacidade de importar dos mesmos .

Numa região em que grande parte da economia é dominada e comandada pela monocultura (caso paranaense em relação ao mate nesse período), a receita pública é grandemente influenciada pelos impostos que recaem sobre essa atividade. Entre 1892-97, a participação dos impostos sobre exportações de erva-mate, no total da receita do Estado, caiu de 30,2% para 14,6%, refletindo, na mesma proporção, a queda do volume geral das exportações.⁴⁷ Essa queda só não foi maior porque entre 1895-97 houve aumento nas exportações paranaenses de gado e madeira.

Entre 1897-1902, o governo paranaense baixou uma nova legislação para dar um fim às falsificações do mate do Estado, já que as mesmas estavam aumentando o seu desprestígio no mercado externo. Mediante a Lei 270, o governo impôs severas normas quanto à produção da erva, fez restrições com a finalidade de controlar o aumento da produção e determinou a destruição do mate que fosse encontrado falsificado.

Devido a essa lei, entre 1897-1902 a quantidade exportada de mate aumentou 3,2 vezes e o mesmo participou com cerca de 3% do total do valor das exportações brasileiras e 98% das exportações paranaenses.⁴⁸

Como não havia mais nenhuma espécie de protecionismo a partir de 1875 em relação ao mate paranaense,⁴⁹ de 1902-1907 a economia ervateira sofre um outro revés; o mate perde participação relativa no total das exportações paranaenses e cai de 98% do total das exportações paranaenses para 75,5%.⁵⁰

Entre 1907 e 1913, há outro movimento favorável na escala do mate, no total das exportações do Estado; ele passa de 75,5% para 88% do total das exportações,

⁴⁷ Idem. Ibidem. p. 54.

⁴⁸ Idem. Ibidem., p. 57.

⁴⁹ Assim como expressou o presidente provincial : *"...como pensam os espíritos mais esclarecidos, melhor é deixar o comércio em sua inteira liberdade."* - Relatório apresentado à Assembléia legislativa pelo presidente Dr. José Pedrosa, p.32.

⁵⁰ Op. Cit., p.58.

pois o governo paranaense tomou medidas quanto à fiscalização do escoamento do produto na região de Santa Catarina, onde o mesmo estava sendo contrabandeado.⁵¹

Entre 1913-14 há uma queda brusca da participação do mate no valor das exportações paranaenses, uma vez que a Argentina passou a cultivar o “ilex” (produto sucedâneo ao mate) em seu território, reduzindo as compras do mate paranaense. Um outro fator que contribuiu para aprofundar essa queda foi a I Guerra, gerando uma crise nacional que culminou em redução geral das exportações, inclusive do mate.

Isso resultou numa grave redução do capital de giro, levando muitos produtores e comerciantes de mate à insolvência, uma vez que os mercados consumidores mundiais do mate paranaense, devido à Guerra, reduzem as compras de produtos tidos como supérfluos.

Esta crise provocou um desemprego bastante elevado no Estado e deprimiu, conseqüentemente, os salários a níveis bastante baixos. Há referências disso nas obras de alguns historiadores do Paraná, como Nilton Carneiro (1965), que afirmou: *“... a grande maioria dos trabalhadores do mate reduzidos à desocupação, dirigiram-se para os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em busca de trabalho em outras atividades.”*⁵²

Findo o conflito, os preços do produto se recuperaram um pouco e sua exportações aumentaram, todavia sem muita relevância; fenômeno normal que se observa ao final de períodos de Guerra, quando o consumo contraído volta a se expandir. Outra explicação é que os concorrentes “Uruguai, Argentina e Chile”, observando no pós-guerra o aumento da procura européia por carnes, cereais e salitre, se concentram na produção destes e deixam o mate de lado, o que leva ao aumento do consumo do mate paranaense.

A expectativa de maiores aumentos no preço do produto em longo prazo, induz alguns industriais do mate a iniciarem novamente o cultivo do produto em 1924. Mas, em 1926, surge um outro revés, quando o governo argentino aumenta os direitos alfandegários sobre o mate beneficiado em 60%.

⁵¹ Idem. Ibidem. p.58.

⁵² CARNEIRO, Newton : Um precursor da Justiça Social., Curitiba, s. c. p., 1965.

Mas, quando em 1931, a Argentina, maior mercado consumidor do mate paranaense, decidiu proibir a importação de mate para impedir a concorrência com o *ilex argentino*, a situação ficou calamitosa.

A partir de 1933, não houve mais a exportação do mate beneficiado para a Argentina e se reduzem também vertiginosamente as exportações de mate paranaense cancheado à mesma. Nem mesmo a criação de um “Instituto do Mate”, nesse período, foi capaz de deter a queda do produto. O governo paranaense até tentou reduzir os impostos sobre o produto, mas de nada adiantou. Era o fim do ciclo do mate paranaense.

Paralelamente à atividade ervateira no Estado, embora em proporções bem menos significativas, se desenvolvia a exploração da madeira. No que tange a esta atividade, quando se instituiu a Província do Paraná (1853), eram realizadas apenas exportações de madeiras de lei do Litoral, como o cedro, a imbuia, a canela preta, o sassafrás, o carvalho, o araribá e a peroba.

Concluída a abertura da estrada da Graciosa, ligando Curitiba a Antonina, em 1873, e o ramal Morretes – Antonina (1891), começa-se a pensar na exploração do pinho paranaense.

Em 1881, o presidente da Província, José Pedrosa, disse à Assembléia Legislativa: - *“A madeira, por enquanto, apenas alimenta uma pequena indústria para o consumo da Província, havendo-se malogrado, por má direção e dificuldades de transporte, a importante empresa da Florestal Paranaense, hoje abandonada.”*⁵³

É que a primeira tentativa da exploração do pinho foi empreendida pela Companhia Florestal Paranaense, em 1872, por Antônio Pereira Rebolsas Filho, que, pela ausência de vias de comunicação com o Litoral acabou se dissolvendo.

Porém, no final do século XIX, surgiram perspectivas de evolução para tal produto, graças aos estímulos oriundos de um lado do crescimento da economia brasileira, devido ao café, e, de outro, da rápida expansão da economia argentina, motivada pela crescente demanda européia por carnes, lã, trigo e linho. Assim, ampliou-se o mercado de madeira para construções, o qual era atendido, em ambos

⁵³ Relatório do presidente da Província, João José Pedrosa à Assembléia Legislativa provincial, em 16 de fevereiro de 1881.

os países, por importações provenientes das regiões do Báltico, da Escandinávia e da América do Norte.

As florestas do Sul do Brasil estavam em localização mais vantajosa, porém as dificuldades de transporte eram obstáculo para seu aproveitamento. Algumas serrarias, portanto, se instalaram no Paraná visando a exportação, mas as velhas estradas, mesmo com os melhoramentos introduzidos na “Graciosa”, não permitiam o transporte de tábuas em termos econômicos.

Uma das primeiras serrarias implantadas pertencia aos irmãos Rebouças. Foi um desses mesmos empresários, engenheiro militar que participou na construção da estrada de ferro que liga Curitiba e Paranaguá, concluída em 1883, uma das obras de engenharia mais arrojadas de sua época. Em 1906, foi estabelecida a ligação ferroviária entre o mercado do Centro-Sul do Brasil e o Paraná com a conclusão da estrada de ferro “São Paulo - Rio Grande”. Esses dois empreendimentos permitiram que se iniciassem as exportações de madeira em escala significativa, sem que fosse, contudo, ameaçada a supremacia da economia ervateira.

As perspectivas de desenvolvimento da economia madeireira passaram inclusive a atrair capitais estrangeiros para explorarem a madeira, fato que não se fez presente na economia ervateira.

Esses capitais, principalmente ingleses e norte-americanos, concentraram-se no setor ferroviário, obtendo grandes concessões de terras às margens das linhas a serem construídas. O retorno em curto prazo do capital empregado era procurado e esperado através da exploração madeireira.

O braço mais importante dessa penetração do capital estrangeiro foi a “Brazil Railway”, empresa holding organizada em 1906, que passou a controlar a maior parte da rede ferroviária do Sul do Brasil.

Todavia, a economia madeireira não caiu sob o controle completo do capital estrangeiro. Mesmo no período de maior penetração deste, isto é, nas duas primeiras décadas do século XX, permaneceu e se desenvolveu um setor madeireiro local, industrial e exportador. Sua origem prendia-se às atividades artesanais das fases econômicas anteriores e à demanda por barricas, decorrente da prosperidade ervateira. Ao encerrar-se a primeira década deste século, este setor era composto por 100 estabelecimentos, incluindo serrarias a vapor e unidades de aparelhar madeira,

produzindo tábuas de pinho e imbuia, cascas, cabos de vassoura, toras de pinho para fósforos, aduelas para barricas e palhões para garrafas.

Em 1920, já havia 174 serrarias no Paraná, como afirmou Munhoz da Rocha, presidente da Província, em 1925: *“Multiplicam as serrarias pelas regiões dos pinhais, algumas já bem afastadas das linhas férreas”*.⁵⁴

Mas foi a partir da I Guerra (1914-18) que as exportações das madeiras paranaenses, principalmente do pinho, tomaram maior incremento, uma vez que alcançaram maiores preços no mercado internacional, devido às próprias necessidades da guerra para a fabricação de armas. Nessa época, porém, a erva-mate ainda ocupava o primeiro lugar na pauta de exportações seguida pela madeira e logo pelo café.

As próprias condições geradas pelo conflito reduziram as importações brasileiras de madeira européia e, com isso, a madeira paranaense conseguiu firmar-se definitivamente, tanto no mercado interno quanto no Platino, igualmente afetado pelo conflito.

Assim, o mate e a madeira consolidaram, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, uma burguesia razoavelmente diversificada em suas atividades. Essa classe, cuja consolidação coincide com o declínio definitivo do tropeirismo, é que passou a dominar politicamente o Paraná, até a proclamação da República paranaense (1853).

Sua base era um setor pré-industrial que, ao findar-se a primeira década do século XX, possuía ao redor de 300 estabelecimentos, empregando 5000 operários, com um capital de 21000 contos e uma produção anual de 34000 contos.⁵⁵ Predominava o beneficiamento da erva-mate, seguido pelas serrarias a vapor, a fabricação de fósforos, a carpintaria, a fiação e a tecelagem. O Paraná ocupava, então, o 5º lugar no Brasil, no que se refere à produção industrial.⁵⁶

Já o período entre as duas Guerras Mundiais foi marcado pela sedimentação da economia paranaense em torno de seus dois setores tradicionais: o ervateiro e o

⁵⁴ Mensagem do Presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, ao congresso Estadual em 1 de fevereiro de 1925, p.11, Curitiba, 1925.

⁵⁵ Id. Ibidem., p.44.

⁵⁶ PADIS, Pedro Calill: Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná. HUCITEC., Curitiba, 1981, p.60.

madeireiro. Cada um desses setores apresentou, no período, evolução diferente. O ervateiro atingiu seu apogeu, para em seguida entrar em permanente estagnação, decorrente da perda de seu mercado maior e mais dinâmico. O madeireiro consolidou os ganhos da fase anterior e iniciou uma expansão que o fez passar ao 1º lugar, tanto como atividade econômica interna, quanto como exportador.

Ademais, enquanto desabava um dos pilares da economia paranaense (o ervateiro), o outro se fortalecia (o madeireiro); a expansão madeireira compensava em termos de emprego e renda a retração do mate.

Entre o final da I Guerra Mundial e meados da década de 1930, a expansão foi lenta e deveu-se, principalmente, ao crescimento do mercado interno brasileiro, cuja conquista se consolidava devido às condições criadas pela Guerra. Ao longo desse período, os três Estados sulinos dividiram entre si, em partes aproximadamente iguais, a produção nacional de pinho cerrado. A região produtora compreendia os planaltos, concentrando-se principalmente nas proximidades das estradas de ferro. Era por via férrea que a quase totalidade da produção se escoava, quer rumo a São Paulo, o grande entreposto para o mercado do Centro-Sul, quer na direção dos portos, de onde era enviada para o Norte-Nordeste e para o exterior.

Na verdade, *“...o surto madeireiro dependeu do advento do caminhão, assim como o mate dependera da carroça. O veículo de carga motorizado apareceu como competidor sério da carroça nas estradas da região das matas de araucária; a partir de 1930 conquistou uma situação de absoluta exclusividade no transporte rodoviário da região.”*⁵⁷

A II Guerra (1934-45) também foi momento propício para as exportações de madeira. Em 1939, segundo o valor oficial das exportações, a madeira liderava a pauta paranaense, seguida pelo café e a erva-mate. Depois deste acontecimento que marcou a economia mundial, ela não mais voltaria a ser o principal produto de exportação do Paraná. A vez, agora, seria do café.⁵⁸

⁵⁷ BARTHELMESS, Arthur: Estado do Paraná: Aspectos geo-econômicos. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico paranaense, p.39 e 40, vol.VII, fasc.3-4, Curitiba, 1958.

⁵⁸ BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN: História do Paraná. Paraná Cultural Ltda, 1969, p.144.

1.4- O café .

Ainda sob a égide da indústria ervateira, já no final do século XIX e início do século XX, começa a despontar, no Paraná, o café, produto que modificaria qualitativa e quantitativamente as dimensões da economia e da sociedade paranaense⁵⁹. Seu cultivo no Estado pode ser entendido por meio de dois fatores básicos: a expansão territorial natural da produção do mesmo, vindo de São Paulo, bem como os limites legais impostos pelo governo Federal para o cultivo do café durante o período, principalmente nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, o que deu margem à entrada desse produto no Paraná, principalmente no Norte do Estado, onde mais se desenvolveu.

O surto cafeeiro do Paraná só poderia atingir o seu clímax, quando São Paulo, que possuía a tradição de suas lavouras, tivesse esgotado as próprias reservas como a província fluminense esgotara as suas e, em menor escala, o Estado de Minas Gerais.⁶⁰

A existência de terras roxas fertilíssimas disponíveis e o não gravamento do café paranaense pelo regime de cotas que, ainda na primeira década do século XX, atingia o café de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, foram condições de intensificação da cultura em território paranaense. A produção de café no Paraná passou então a se dar em grandes fazendas do Norte Velho (fazendas de café no tradicional estilo paulista), cuja produção demandava exclusivamente o Porto de Santos, mesmo pela ausência de vias de comunicação entre o Norte do Estado e o Porto de Paranaguá.

⁵⁹ É bem verdade que desde o ano de 1801 o café já era encontrado na lista dos produtos exportados pelo Paraná. Era, no entanto, café do Litoral paranaense, produzido sem maior expressão econômica. Em meados do século XIX, o café também foi plantado e colhido na colônia militar do Jataí, nos aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo e na colônia Tereza, para consumo interno.

⁶⁰ BALHANA, MACHADO E WESTPHALEN: História do Paraná, Paraná Cultural Ltda, 1969, p.13.

O café atraiu a atenção e o interesse de muitas pessoas, as quais passaram a imigrar para o Norte do Estado, advindas de diversas regiões do país, dando origem a um movimento crescente de urbanização e, mais tarde, a formação de empresas para trabalhar no processo de manufatura do produto.

Até a década de 1920, não se fez regularmente exportação de café pelo Porto de Paranaguá. Em 1916, foram por ali exportadas apenas 40 sacas de café, vindas do Norte do Estado. Em 1918, essa exportação alcançava 196 sacas, porém, em 1920 e 1922 foi registrada a exportação de apenas 04 sacas; Em 1923, 125 sacas. O ano de 1924, por sua vez, inaugurou o fluxo normal de café do Norte do Estado, rumo ao Porto de Paranaguá, com a exportação de 25.521 sacas.⁶¹

Não obstante a sua permanente linha ascensional no Estado, a produção cafeeira paranaense apresentou um desenvolvimento bastante fraco no conjunto da produção nacional, até o final da II Guerra Mundial (1945).

Somente a partir desse período a produção de café no Paraná começou a crescer de forma acelerada para, em pouco mais de uma década, de um lado, fazer do Estado o maior produtor de café do país e, de outro, transformar o mesmo no principal gerador de capacidade nacional de importar.

Segundo Padis, “... *em menos de meio século, o Paraná passa, de uma produção de cerca de 0,4 por cento para perto de 60 por cento do total do café produzido no país.*”⁶²

Analisemos este acontecimento:

No final do século XIX, o Brasil já era o principal produtor de café em nível mundial, responsável por $\frac{3}{4}$ das exportações mundiais de café.⁶³

Até o final de 1920, com os preços do café em alta no mercado internacional devido à crescente demanda pelo produto no exterior, o Brasil contava com grandes receitas de exportações, as quais eram reinvestidas em mais café.

⁶¹ Idem. *Ibidem.*, p.221. O aumento das exportações de café via Porto de Paranaguá pós 1924 é explicado por algumas melhorias realizadas na infra-estrutura ferroviária, que contribuiu para reduzir os custos do transporte do produto para os grandes cafeicultores.

⁶² PADIS, Pedro Calil: *Formação de uma economia periférica: - O caso do Paraná*, HUCITEC, Curitiba 1981, p.113.

⁶³ Ver Furtado Celso: *Formação Econômica do Brasil*. Fundo de Cultura, Rj., 1959.

Porém, dois acontecimentos internacionais contribuíram para provocar a inflexão do ciclo cafeeiro no Brasil, a saber: - A crise da economia mundial, em 1929, e a II Guerra Mundial (1930-45).

Devido a tais acontecimentos, a demanda por café no mercado internacional caiu sobremaneira e, dada a grande oferta do produto no exterior, seu preço caiu bruscamente, o que acarretou graves prejuízos para o país, uma vez que, como era praticamente “semi-monopolista” do café em nível mundial e quase toda sua receita da exportação era oriunda desse produto, sua Balança Comercial ficou deficitária.

De acordo com Celso Furtado, ao deflagrar-se a crise mundial, a situação da economia brasileira se encontrava da seguinte maneira:

A produção de café, que se encontrava em altos níveis, teria que continuar crescendo uma vez que os produtores haviam continuado a expandir as plantações até aquele momento. A produção máxima de café seria alcançada em 1933, ponto mais crítico da crise, devido ao plantio realizado em 1927 e 1928. Nessa altura, porém, já era totalmente impossível obter crédito para financiar a retenção de novos estoques, uma vez que o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão. Cabia, então, uma tomada de decisão muito séria. Mas, qual atitude tomar? Colher o café, deixa-lo apodrecer nos arbustos, retê-lo em estoques ou, destruí-lo?

Bem, no caso de se decidir por colher o café, que destino se daria ao mesmo? No segundo caso, abandonar os cafezais sem dar indenização aos produtores seria fazer cair sobre eles a perda maior e isso estava fora de cogitação, já que a economia brasileira, dominada pela oligarquia do café, já havia desenvolvido uma série de mecanismos pelos quais a classe dirigente cafeeira lograva transferir para o conjunto da sociedade o peso da carga na queda cíclica, através do mecanismo clássico de defesa dos preços do café, a saber, o câmbio.

Desta forma, optou-se por uma valorização da taxa de câmbio, reduzindo o valor da moeda nacional (mil-réis) frente à libra. Assim, com a conseqüente redução do preço interno do café, uma maior quantidade do produto poderia ser vendida no exterior, aliviando em parte o setor cafeeiro da economia, já que sem o mecanismo de defesa cambial a renda desse setor tenderia a cair bem mais do que caiu.

Porém, de acordo com Furtado *“Não obstante toda essa baixa de preços, o mercado internacional não podia absorver a totalidade da produção, pela razão muito simples de que a procura era pouco elástica em relação ao preço, uma parte apreciável da produção ficava sem nenhuma possibilidade de colocar-se no mercado. Era evidente, portanto, que se requeriam medidas suplementares.”*⁶⁴

A depreciação da moeda nacional, ao atenuar o impacto da baixa do preço internacional sobre o empresário brasileiro, o induzia a continuar colhendo café e a manter pressão sobre o mercado. Tal situação acarretava nova baixa de preços e nova depreciação da moeda, contribuindo para agravar ainda mais a crise.

Como a depreciação da moeda era menor que a baixa dos preços do café no mercado internacional, estava claro que se chegaria a um ponto em que o prejuízo acarretado aos produtores seria suficientemente grande para que estes abandonassem as plantações.

Desta forma, fazia-se indispensável evitar que os estoques invendáveis pressionassem sobre os mercados acarretando maiores baixas de preços.

Surge então nova indagação: Como financiar os estoques, sem crédito no exterior?

Bem, os recursos deveriam ser obtidos dentro do próprio país, seja retendo uma parte da exportação de café, seja expandindo o crédito. Logo, a opção foi o Governo brasileiro expandir o crédito.

Na medida em que o governo brasileiro utilizou esse recurso houve, mais uma vez, uma socialização dos prejuízos. Por outro lado, a expansão do crédito ainda agravou o desequilíbrio externo, já que contribuiu para provocar nova depreciação da moeda, o que beneficiava mais uma vez o setor exportador. Se se recolhesse parte da produção de café o mesmo teria que ser destruído, porque não teria a mínima chance de ser vendido no exterior.

Desta forma, para induzir o produtor a não colher o café, seus preços teriam que baixar muito mais, particularmente se se tem em conta que os

⁶⁴ Idem. Ibidem., p. 217.

efeitos da baixa de preços eram parcialmente anulados pela depreciação da moeda.

Como o que se tinha em vista era evitar que continuasse a baixa de preços, compreende-se que deveria ser retirado do mercado parte do café colhido para destruí-lo no intuito de se obter, dessa maneira, o equilíbrio entre a oferta e a procura em um nível mais elevado de preços.

De acordo com Furtado, “... *ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se, na realidade, mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno.*”⁶⁵

Nos anos de depressão, com as desvalorizações freqüentes do mil-réis, ficavam cada vez mais caras as mercadorias importadas, o que culminou numa redução da procura interna por produtos importados. Ademais, “... *a precária situação da economia cafeeira, que vivia em regime de destruição de praticamente um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que ainda nele se formavam.*”⁶⁶

A capacidade produtiva dos cafezais foi reduzida em cerca de metade nos 15 anos que se seguiram à crise. Restringida a reposição, parte dos capitais que haviam sido imobilizados em plantações de café foram desirvertidos.⁶⁷

É certo que boa parte desses capitais foram absorvidos pela própria agricultura de exportação, para investimento em outros setores, especialmente na cultura do algodão, cujo preço havia sido mantido durante a depressão, por causa das fábricas têxteis inglesas.

“*Contudo, o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem a crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno*”⁶⁸, já que,

⁶⁵ Idem. Ibidem., p. 219.

⁶⁶ Idem. Ibidem., p.227.

⁶⁷ Id⁶⁷ Idem. Ibidem., p. 219.

⁶⁷ Idem. Ibidem., p.227.

⁶⁸ Idem.Ibidem., p.228.

mantendo-se elevado o nível da procura e representando-se uma maior parte dessa procura dentro do país através da redução das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter ou até mesmo elevar sua taxa de rentabilidade, aumento este que se fazia concomitantemente com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo.

Assim, as atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, como ainda recebiam um maior impulso atraindo capitais que se desinvestiam no setor exportador.

É certo que o setor ligado ao mercado interno não poderia se expandir, particularmente no que concerne à indústria, sem importar equipamentos e estes, por sua vez, estavam caros por causa da depreciação da moeda nacional.

A alternativa foi aproveitar a capacidade já instalada no país na época, o mais intensamente possível. A indústria têxtil foi um típico exemplo, já que aumentou substancialmente sua produção nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva fosse expandida.⁶⁹

Tal aproveitamento intensivo da capacidade instalada possibilitaria uma rentabilidade para o capital aplicado, criando fundos dentro da própria indústria, os quais seriam utilizados na expansão subsequente.

Outra vantagem que o país pôde aproveitar nos anos de crise, foi a possibilidade de comprar mais barato equipamentos de segunda mão, provenientes de fábricas que haviam fechado as portas nos países industrializados mais atingidos pela crise. Assim, expandiu-se a produção para o mercado interno.

Ademais, o crescimento da procura por bens de capital que era reflexo da própria expansão da produção para o mercado interno, juntamente com a alta dos preços das importações desses bens devido à desvalorização da moeda nacional, criaram condições para a instalação no país de um embrião da indústria de bens de capital.

Na verdade, a Grande Depressão e a II Guerra marcaram a ruptura com o modelo primário-exportador da economia brasileira, em favor de um modelo de

⁶⁹ *Idem. Ibidem.*, p.229.

desenvolvimento voltado para o mercado interno; o país passou a investir no mercado interno, a se industrializar substituindo importações.

Segundo a Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), organismo criado pela ONU em 1948, o relacionamento comercial dos países exportadores de matérias-primas com os países desenvolvidos, caracteriza-se pela deterioração das relações de troca dos primeiros. Os preços dos produtos primários normalmente se depreciam em relação aos preços dos produtos industrializados, obrigando os países produtores desse tipo de produtos (países Latino-americanos) a exportar um volume cada vez maior dos mesmos para fazer frente às suas importações. Assim, quando fatores externos como a Grande Depressão e a II Guerra prejudicavam esse relacionamento comercial, podia ocorrer o desenvolvimento “voltado para dentro”, com o avanço da industrialização.

Em meio a crises tal qual a Grande Depressão e a II Guerra, os países desenvolvidos reduzem suas importações, sobretudo de produtos supérfluos, como era o caso do café brasileiro.

Uma economia como a brasileira, cuja receita era quase que totalmente proveniente da monocultura do café e que dependia desta receita para adquirir os demais produtos de que necessitava do exterior, ao deparar-se com uma crise e, logo, com uma redução do seu volume de exportações, se vê impossibilitada de continuar adquirindo os produtos de que necessitava, nas quantidades suficientes para atender sua demanda interna. Desta forma, sem outra alternativa, passou a ter necessariamente que produzir boa parte dos artigos que outrora importava, desenvolvendo, assim, seu mercado interno.

Observe-se agora, o que aconteceu com o Paraná dentro desse contexto, de acordo com as análises de Padis:

De acordo com o autor, como também já dantes mencionamos “...só a partir da segunda metade do quinto decênio do século XX que o café, nesse Estado começa a crescer de forma acelerada para, em pouco mais de uma década de um lado, fazer dele o maior produtor do país e, por outro lado, tornar-se o principal gerador da capacidade nacional de importar.”⁷⁰

⁷⁰ PADIS, Pedro Calill : Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná., HUCITEC, 1981, p.113.

Observe-se que, quando o ciclo do café já havia se esgotado no Brasil, é que ele se inicia no Paraná.

Percebe-se que, da mesma forma como ocorreu no Brasil, o governo bem como os cafeicultores paranaenses não mediram esforços para defender a manutenção do preço do produto no mercado internacional, sobretudo nos períodos de crise como aquela que configurou a economia mundial no final dos anos 20, a saber : A Grande Depressão, onde a demanda de produtos como o café, considerados supérfluos, caiu consideravelmente. Mesmo todos os esforços conjugados dos produtores paranaenses não foram suficientes para impedir uma queda nos preços do café.

Ademais, a queda dos preços do café no mercado internacional, devido a essa crise, trouxe certo desânimo aos fazendeiros paranaenses que, por acertada providência, “...*reduziram as plantações até que as circunstâncias aconselhassem maior atividade na cultura rubiácea*”, ⁷¹ enquanto no Brasil como um todo, utilizava-se de reduções cambiais, empréstimos externos para a compra do excedente do produto, além de outros mecanismos que ajudassem a impedir ainda mais a queda do preço do produto no mercado externo.

Nessa época, no Paraná, a cafeicultura já havia se estendido até o Norte, envolvendo os núcleos urbanos ali instalados, principalmente Jacarezinho, Cambará, Cornelho Procópio e Bandeirantes. Ainda, essa região do Estado pôde beneficiar-se de todas as medidas protecionistas adotadas pelo Governo Brasileiro, conseguindo não apenas subsistir mas se ampliar, a ponto de, durante a década de 1930, a despeito da crise e de todos os problemas dela advindos, aumentar sua produção, somado ao clima e solos propícios para tal cultura nessa região.

A eclosão da II Guerra, de início, trouxe poucos reflexos à atividade cafeeira paranaense, tanto que, em 1940, as exportações de café no Estado atingiram pouco mais de 90% do que tinham atingido no ano anterior.⁷²

Todavia, no segundo semestre de 1940, a generalização do conflito provocou uma perda de quase todos os mercados europeus, o que levou 15 dos produtores de

⁷¹ Idem. Ibidem, p. 114. Só em termos explicativos, a área do plantio de café foi reduzida ao Norte do Estado.

⁷² Idem. Ibidem., p.113.

café Latino-Americanos, dentre os quais estava o Brasil, a celebrar com os Estados Unidos (praticamente o único importador de café no momento) um acordo, o *Inter-American Coffee Agreement*, estabelecendo cotas de exportação. Poucos meses depois, de meados de 1941 até 1945, o preço do café passou a ser controlado nos Estados Unidos, pelo *Office Price Administration*.⁷³

Exatamente nesse período, ou seja, de 1940-43, certos acontecimentos contribuíram, de certa forma, em favor da cafeicultura paranaense. As geadas dos primeiros anos da década de 40 ocorridas em São Paulo e as dificuldades decorrentes da instabilidade do mercado, levaram vários produtores a abandonarem a produção de café no Estado de São Paulo e levaram o Governo a dar um fim ao controle da oferta, suspendendo a distribuição do produto em 1944 e liberando a expansão dos cafezais logo após o final da II Guerra, a saber, em 1945.⁷⁴

Desta forma, esses acontecimentos dos primeiros anos da década de 1940, favoráveis que haviam sido à cafeicultura do Paraná, determinaram um rápido aumento das plantações no Estado, de tal ordem que, dos 160 milhões de pés de café que possuía o Paraná nessa época, 118,5 milhões haviam sido plantados no final desse decênio e 99,83% destes, estavam concentrados na região Norte do Estado.⁷⁵

Tão considerável foi essa expansão que no ano de 1950, a produção paranaense já significava 14,2% do total nacional, contra apenas 5,3% de 1945.⁷⁶

Como afirmou Padis:

“É indiscutível que a atividade cafeeira ali desenvolvida trouxe enormes benefícios para a região e para o Estado. Mas, não é menos verdade que, ao mesmo tempo em que isso ocorria, o Paraná alienava, por um bom período de tempo, as suas possibilidades de industrialização.”⁷⁷

Expliquemos melhor.

Como já mencionamos, desde meados do século XIX o café já era o principal produto de exportação da economia brasileira; já nos últimos anos do mesmo século,

⁷³ Idem. Ibidem., p.113.

⁷⁴ Idem. Ibidem., p.115.

⁷⁵ Idem. Ibidem., p.127.

⁷⁶ Idem. Ibidem., p. 130.

⁷⁷ Idem. Ibidem., p.131.

apresentava sintomas de esgotamento quanto à capacidade de continuar significando a viga mestra do sistema econômico brasileiro.

Contudo, seria errôneo afirmar que os fenômenos ocorridos com o café brasileiro ao longo do período que se estendeu de 1840 a 1930, sejam fatos isolados.

Como acabamos de analisar, durante toda a segunda metade do século XIX, a economia brasileira passou por um sensível processo de crescimento, devido, principalmente, à evolução favorável dos preços do café, principal produto de exportação nacional. Todavia, também é preciso lembrar que em 1914 as exportações de produtos primários sofreram uma expansão mais rápida que a dos artigos manufaturados, apesar (ou em consequência) do próprio processo de incipiente desenvolvimento industrial, dada a necessidade de importar máquinas e equipamentos para a indústria.

E, como mostramos mediante visão da CEPAL com o fim de um conflito (nesse caso a II Guerra e A Grande Depressão), para os países exportadores de matérias-primas, o que se tem é uma inversão dessa tendência. Passa a haver uma retração das exportações de muitos produtos alimentícios e matérias-primas em detrimento das de produtos manufaturados, produzidos, principalmente, para atender a demanda do mercado interno dantes atendida por importados.⁷⁸

Ademais, durante todo o período em que ascendiam no mercado internacional os produtos primários, beneficiava-se o Brasil com a sua produção e exportação de café. Foi exatamente nesse período que os cafezais se multiplicaram em São Paulo.

Entretanto, foi somente no momento em que o café começou a perder terreno, dada a queda abrupta de seu preço no exterior, que o mesmo começou a ganhar vulto como produção paranaense, dando ao Estado a característica de Estado cafeeiro.

Como afirmou Padis:

“Se for lembrado que, depois de 1953, a situação do café brasileiro no mercado internacional começou a deteriorar-se, seja devido à queda das cotações do produto, seja devido ao aumento crescente da produção dos países

⁷⁸ Ver: SOUZA, Nali de Jesus: Desenvolvimento Econômico., 4Ed., Atlas, SP., 1999, cap.7.

concorrentes, percebe-se claramente que a cafeicultura do país passava a receber cada vez menores incentivos ao seu desenvolvimento.”⁷⁹

Nesse caso, percebe-se que estava instalado um novo processo de desenvolvimento na economia nacional, dentro do qual os vínculos de dependência do sistema econômico brasileiro em relação ao café eram cada vez menores. Padis percebeu, então, que foi exatamente nessa década dos anos de 1950 que o Paraná ganhou a dianteira na produção nacional de café, deixando para trás o outro grande produtor, São Paulo. Foi também nessa década que o desenvolvimento industrial de São Paulo se tornou vertiginoso.

Observou, também, que os resultados do crescimento dessa cultura, no que tange à economia paranaense, foram bastante significativos.

O autor constatou que “... *expansão da produção cafeeira no Paraná, sobretudo no Norte do Estado, criou condições favoráveis ao desenvolvimento de alguns tipos de indústrias ligadas ao beneficiamento do produto, como, por exemplo, as indústrias de torrefação, produção de sacas para armazenamento do mesmo, etc., o que culminou em certo aumento no que se refere à produção industrial do Estado*”⁸⁰.

Destaca, porém, que tal produção era bastante rudimentar e dependente da cultura cafeeira.

Magalhães Filho, estudioso da história do Paraná contemporâneo de Padis, embora não tivesse se atido ao estudo da industrialização do Estado, admitiu que “... *os reflexos deste crescimento industrial paranaense (ligado ao beneficiamento da cultura cafeeira) manifestaram-se na substancial melhoria dos meios de transporte, bem como ao crescimento das cidades, desenvolvimento do porto de Paranaguá e construção de rodovias ligando o Estado ao resto do país.*”⁸¹

Segundo ele, a cultura cafeeira do Estado não beneficiou apenas o crescimento industrial de São Paulo à medida que adquiria de lá os produtos

⁷⁹PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná. HUCITEC, Curitiba, 1981, p. 138.

⁸⁰ Idem. Ibidem. p. 153.

⁸¹ MAGALHÃES FILHO, Francisco Borja Baptista de. História do Paraná. Rumo 1965, p. 123.

manufaturados de que necessitava, promovendo, assim, uma transferência de renda do setor cafeeiro paranaense em favor do crescimento industrial de São Paulo.

Estudando a economia cafeeira na Paraná afirmou ter sido muito importante o desenvolvimento da cultura cafeeira na região, uma vez que, por meio deste desenvolvimento, mudanças estruturais profundas puderam ser observadas no Estado mediante a renda gerada por essa cultura, embora não tivesse excluído de sua análise a relativa dependência do setor industrial brasileiro à cultura cafeeira do Paraná.

Observemos que desde o início da introdução do café no Norte paranaense, a agricultura já não mais representava o setor dinâmico da economia nacional; esta já se encontrava inserida num papel de subordinação à indústria nascente e, uma vez ocorrido isto, seu papel econômico e político se modificou sobremaneira como veremos no decorrer deste estudo.

Outro aspecto a ser destacado refere-se ao papel atribuído ao café de “financiador” do processo de industrialização emergente no país (constantemente destacado por Padis), mediante uma política cambial nociva aos exportadores do produto e favorecedora dos interesses dos grandes industriais importadores de máquinas e equipamentos. Isto porque a renda gerada pela exportação do café paranaense era utilizada na compra de produtos manufaturados produzidos pelas indústrias paulistas para o abastecimento de seu mercado interno.

Logo, Padis tinha como certo que embora a cultura cafeeira que persistia no Paraná já não representasse mais o “carro-chefe” da economia brasileira, estava incumbida de financiar, mediante a utilização de suas divisas de exportação, o processo de industrialização da mesma, o qual teve São Paulo como ponto de partida.

Mais um aspecto não menos relevante da análise de Padis a ser destacado diz respeito aos altos lucros auferidos pelas exportações do produto. Todos os esforços realizados pelo Governo Federal no sentido de manter o preço do produto em níveis pelo menos razoáveis, muitas vezes, mediante medidas drásticas, como foi o caso da grande queima de café dos anos 30, reduziram o Paraná ao posto de produtor da

matéria - prima da qual sua economia era dependente (café) e, ao mesmo tempo, a depender dos produtos industrializados produzidos principalmente por São Paulo.⁸²

Ademais, na medida em que no Estado de São Paulo o excedente gerado pelo café era canalizado para o desenvolvimento da atividade industrial, no Paraná o mesmo excedente foi direcionado no sentido de ampliar as condições de desenvolvimento das atividades ligadas ao setor cafeeiro, dificultando o desenvolvimento de quaisquer outras atividades industriais no Estado.

Furtado mesmo afirmou que: *“O rápido crescimento da economia cafeeira – durante o meio século compreendido entre 1880 e 1930 - se por um lado criou fortes discrepâncias regionais de níveis de renda per capita, por outro, dotou o Brasil de um núcleo (São Paulo) ao qual as demais regiões tiveram que articular-se.”*⁸³

Porém, essa conclusão de Furtado não poderia ter sido levada ao extremo, a ponto de cremos que tal condição perduraria eternamente, devido à condição de produtoras de matérias – primas à qual essas regiões estavam inseridas, de acordo com a divisão do trabalho em nível nacional. Aliás, este foi o principal argumento que Padis utilizou para comprovar sua hipótese de que o Paraná e os demais Estados do Brasil estariam sempre na periferia de São Paulo, competindo entre si como produtores agrícolas pela impossibilidade de formar um parque industrial capaz de concorrer com São Paulo.

Segundo Padis, embora o Paraná fosse em 1960 o maior produtor de café do Brasil, com a metade da produção brasileira e com quase um terço da produção mundial, suas lavouras eram pouco equipadas, e constituídas de café de qualidade inferior ao de São Paulo (agora produzido em pequena quantidade). Isso ocorreu no Estado porque os bons preços no mercado internacional fizeram com que muitos fazendeiros abandonassem quaisquer outras culturas para se dedicarem ao café.

Mas, devido à qualidade inferior do produto por causa das lavouras pouco equipadas, sua colocação se tornava cada vez mais difícil no mercado internacional, acumulando-se, em consequência, os estoques nacionais disponíveis, passando o

⁸² PADIS, Pedro Calill: Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná.,HUCITEC, Curitiba, 1981,p.133.

⁸³ FURTADO, Celso: Formação Econômica do Brasil., Nacional, SP, 1995, p.237.

Brasil a detentor, mais uma vez, dos maiores excedentes acumulados de café no mundo.⁸⁴

Desta forma, os desequilíbrios agravados no mercado internacional pelo excesso de produção das safras paranaenses, sobretudo pela produção de cafés inferiores, de difícil colocação no mercado internacional, e também devido à competição do café africano no mesmo período, o governo paranaense passou a adotar uma nova política, a saber: a erradicação de cafezais cansados, improdutivos, localizados em áreas impróprias e sua substituição por pastagens, bem como a diversificação agrícola, com culturas de subsistência, sobretudo o arroz, o feijão e o milho.⁸⁵

Analisando esse contexto, o que Padis concluiu foi que em quase todo o período em que a grande produção cafeeira caracterizou o Paraná, pouco o Estado aproveitou para implantar uma infra-estrutura adequada à manutenção do ritmo de crescimento da sua economia “... *o que fez lembrar o Brasil durante todo o período dos ciclos do açúcar e da mineração, quando era muito pouco mais que uma economia periférica da Europa.*”⁸⁶

Com a erradicação do café em grande parte do território paranaense e a sua substituição por pastagens e culturas de subsistência, a grande massa população rural desprovida de seus meios de produção deixa os campos e começa a se dirigir às cidades, principalmente às cidades do Norte do Paraná, em busca de trabalho.⁸⁷

Era pois, preciso, não somente refazer a economia Estadual, como também impedir o agravamento de uma situação de tensão social, motivada pelos altos índices de desemprego nas zonas da cafeicultura deslocada. O caminho escolhido foi o da concentração de esforços na industrialização e sua distribuição. Caminho este que, segundo o autor, seria frustrado, devido à própria posição do Paraná na divisão inter-regional do trabalho em nível nacional ou seja, a de produtor de matérias – primas. Segundo ele, o Estado deveria investir maciçamente na produção de um ou

⁸⁴ Op. Cit., p.16.

⁸⁵ BALHANA, MACHADO & WESTPHALEN: História do Paraná. Paraná Cultural Ltda, Curitiba, 1969, p.224.

⁸⁶ PADIS, Pedro Calill: Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná., HUCITEC, Curitiba, 1981, p.195.

⁸⁷ Op. Cit. P.239.

poucos produtos primários e tentar conquistar a posição de melhor produtor agrícola nacional.

Na verdade o que pudemos observar na análise de Padis foi que o autor considerou apenas o lado “negativo” da cultura cafeeira no Paraná, afirmando que toda a renda obtida pelas exportações do café paranaense era utilizada para comprar produtos manufaturados de São Paulo, favorecendo assim, o crescimento do parque industrial paulista, não logrando a criação de um mercado interno Estadual e servindo como barreira a qualquer esforço industrializante que o Paraná pudesse vir um dia a tentar, subjugando o Paraná a uma eterna posição periférica em relação a São Paulo.

Porém, o que pudemos observar ao analisarmos o papel da monocultura cafeeira para a formação do parque industrial paranaense, sobretudo tomando como base os estudos históricos de Magalhães Filho no que se refere à cultura cafeeira no Estado, foi que a mesma não se constituiu numa barreira para a promoção da indústria na região, pelo contrário, foi através da renda gerada pelo setor cafeeiro que o Paraná pôde aparelhar Paranaguá e garantir os investimentos necessários em infra-estrutura ou seja, investir na construção novas estradas, linhas férreas, abastecimento de energia elétrica, etc., para a criação de um parque industrial no Estado.

Mesmo o processo de industrialização do Paraná não tendo ocorrido com a velocidade e a dinamicidade de São Paulo, não podemos negar que outras bases foram firmadas para a promoção de um processo semelhante no futuro, bases estas fundamentadas no aumento significativo da população e da renda do Estado, por causa do próprio sucesso da cultura cafeeira. Em termos populacionais, essa cultura atraiu uma significativa quantidade de mão - de - obra .

Entre 1940 e 1950, enquanto o Brasil apresentava uma taxa geométrica de crescimento da população em torno de 2,39%, o Paraná apresentou uma taxa de crescimento populacional anual de 5,51%.⁸⁸

No que tange à renda estadual, entre os anos de 1947 e 1959, houve uma multiplicação da mesma em 3,3 vezes.⁸⁹

⁸⁸Idem. Ibidem..., p.193.

⁸⁹ Idem. Ibidem., 1981, p.193.

Padis mesmo afirmou que: “... *entre 1939 a 1967, a renda estadual multiplicou-se em ritmo mais que duas vezes superior ao da nacional. Com efeito, em duas décadas passou de 3 para 6,52%*”.⁹⁰

Ademais, é certo que boa parte da demanda desse mercado consumidor mais vultoso que se formou era atendida, como vimos, por produtos importados de São Paulo e, para tanto, o governo do Paraná utilizava parte das receitas provenientes do café. Outra parte era atendida pela pequena produção local, baseada na agricultura. Mas, quando se deu o fim do ciclo do café na economia paranaense, essa situação não pôde mais ser sustentada, carecendo assim, de uma nova alternativa para a economia da região.

O Estado poderia ter investido num outro produto agrícola de exportação, ou mesmo numa gama pequena de produtos (dois ou três), cujo preço internacional fosse atrativo no momento.

Todavia, como já contava com uma certa infra-estrutura, a qual pôde ser montada graças à renda obtida pelo setor cafeeiro, e como já contava com uma população bem maior, a qual foi atraída também pelo trabalho oferecido nas lavouras de café, passa a investir no mercado interno.

Mediante tais constatações, conclui-se que até a década de 60 ocorreu um certo avanço no que se refere às bases para o desenvolvimento da indústria no Paraná em termos de aumento da população e da renda, fatores determinantes para o desenvolvimento do mercado interno estadual.

Na verdade, observa-se uma dialética no que se refere à utilização da renda gerada pela cultura cafeeira paranaense.

Essa cultura, ao mesmo tempo em que contribuiu para dificultar a implantação de um parque industrial no Paraná, uma vez que parte de sua renda era utilizada para comprar os produtos manufaturados produzidos por São Paulo, gerou mercado interno devido ao aumento da população observada no Estado durante o ciclo do café. Como, de acordo com Magalhães Filho, grande parte dessa renda gerada pela cultura cafeeira foi utilizada para melhorar a infra-estrutura estadual, foram criadas condições propícias (ao findar-se o ciclo do café no Paraná) para a

⁹⁰ Idem.Ibidem., p.189.

implantação da indústria no Paraná, substituindo as importações paulistas e passando a reinvestir toda a renda gerada dentro do próprio Estado.

Outro fator que podemos destacar, o qual também contribuiu para o investimento no mercado interno Estadual, foi uma queda nos lucros do café, devido à concorrência do café africano na década de 60 e, também, devido às falsificações do produto e a colocação de um café de má qualidade no mercado internacional resultante das geadas, o que acabou culminado na necessidade de se investir cada vez mais em atividades também relacionadas ao mercado interno, substituindo importações provenientes de São Paulo para onde parte da receita de exportação de café paranaense era transferida no auge do ciclo.

Padis mesmo afirmou que , devido a esses fatores, a partir de 1967 a renda nacional evoluiu a uma taxa anual acumulada que não foi além dos 3,7%.⁹¹

A questão do embarque do café paranaense através dos portos também se faz muito importante quando se analisa o processo de produção de café como principal produto de exportação do Brasil como um todo e do Paraná, especificamente.

O prenúncio de que o café dentro em breve se tornaria o principal produto de exportação paranaense (década de 1930), o produto que conduziria sua atividade econômica, levou o Governo paranaense a tomar medidas para forçar as exportações do produto através do Porto de Paranaguá, ao invés de Santos, uma vez que isso culminaria numa arrecadação de 8\$000 por saca exportada.

“Na pior das hipóteses, isso significaria uma duplicação da receita obtida através dos impostos cobrados pela exportação do produto.”⁹²

Porém, como isso iria redundar numa queda da receita de São Paulo e sobretudo porque iria reduzir, embora em pequena proporção, o movimento do Porto de Santos, houve pressões sobre o Departamento Nacional do Café, pois este havia ordenado que, do café produzido no Paraná, pelo menos 84.000 sacas deveriam ser exportadas pelo Porto de Santos.⁹³

⁹¹ Idem. Ibidem. p. 189.

⁹² PADIS, Pedro Calill. Formação de uma economia periférica. : O caso do Paraná. HUCITEC , Curitiba, 1981, p.127.

⁹³ Idem. Ibidem, p.130.

Os projetos do Governo paranaense não foram levados em consideração e, por isso, ele foi obrigado a reduzir os direitos aduaneiros estaduais sobre o produto exportado por Paranaguá para, de certa forma, contrabalançar os estímulos oficiais ao Porto de Santos. Além disso, um outro fator agravava o Paraná: a infra-estrutura inadequada. Era bem mais fácil e barato transportar o café para São Paulo do que para Curitiba e Paranaguá.

Tal problema ainda perdurou por duas décadas, uma vez que, até o início dos anos 60, as dificuldades de transporte para o Porto de Paranaguá, quer por estradas de ferro quer por rodovias eram tão grandes, que levaram qualquer exportador a dar preferência ao Porto de Santos.

Foi então que o Governo do Paraná, utilizando, principalmente a renda obtida no setor cafeeiro estadual começou a realizar ingentes esforços para estabelecer uma boa ligação ferroviária entre a região produtora e o Porto de Paranaguá, bem menos distante que o Porto paulista, visando estabelecer a indústria na região e substituir importações.

Essa melhoria na infra-estrutura estadual se manifestou a inversão da tendência dos exportadores, fazendo com que aumentasse, ano após ano, o volume exportado por Paranaguá.⁹⁴

Com a melhoria das vias de comunicação (construção da Rodovia do Café – 1961) e o reparlamento do Porto de Paranaguá, foram ganhando expressão as exportações de café por meio deste.

De 1951-52, Santos exportou apenas 12% do café paranaense; em pouco tempo Paranaguá passou a conquistar não somente quase a totalidade das exportações de café paranaense, como também a posição de maior Porto mundial de café.⁹⁵

No exercício de 1946/47, Paranaguá exportava apenas 44% da produção de café paranaense. No exercício seguinte, a situação se inverte: Santos passa a exportar apenas 35% do café paranaense e, Paranaguá, 65%.⁹⁶

⁹⁴ BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN: História do Paraná. Paraná Cultural Ltda, 1969, p.222.

⁹⁵ Idem Ibidem. p.222.

⁹⁶ Idem. Ibidem., p.223.

Analisemos agora as exportações do café brasileiro como um todo para o exterior, através desses dois portos, de 1947-67.

Vejamos a tabela a seguir:

TABELA 01
EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ, POR PORTO DE
EMBARQUE – 1947-67, EM 1000 SACAS DE 60KG.

ANO	TOTAL	SANTOS	(%) SAN/TOT. %	PARANG.	(%) PARNG/T	OUTROS	(%) OUTR/TOT
47/49	51548	32436	62,9	4277	8,3	14835	28,8
50/52	47014	24170	51,4	8112	17,2	14732	31,4
53/55	40176	19349	48,2	7298	18,1	13538	33,7
56/58	44018	22061	50,1	8088	18,4	13869	31,5
59/61	51513	22382	43,5	9399	18,1	19732	38,4
62/64	50839	20331	40	13808	27,2	16700	32,2
65/67	47859	19363	40,5	15783	33	12713	26,5

FONTE: IBC- Anuário Estatístico do Café, 1968.

Observe-se que, de 1947-61, um maior volume de exportação de café é escoado através do Porto de Santos. Nos anos de 1956-58, Santos escoou cerca de 50,1% do total das exportações nacionais de café.

Embora de 1947-49 e 1950-59 também tenha havido um substancial aumento no volume exportado por Paranaguá, durante toda a década de 50 a participação relativa desse Porto sobre o total de café exportado pelos portos brasileiros permaneceu praticamente a mesma, ou seja, em torno de 18% do total do escoamento nacional da produção de café.

Foi somente a partir de 1961, com a construção da “Rodovia do Café” no Paraná, como acabamos de mencionar, que o volume exportado por Paranaguá começou a crescer de forma apreciável, acarretando uma considerável melhora na sua participação relativa.

Assim, nota-se que durante toda a década de 1950, embora os cafezais paulistas e a sua produção já não estivessem em crescimento, o Porto de Santos assegurou sua hegemonia graças à crescente produção de café paranaense.

O Porto de Santos era ainda muito superior ao Porto de Paranaguá não só por causa de sua posição geográfica e relativa facilidade para levar o café a ser exportado até ele, devido ao sistema ferroviário e rodoviário mais desenvolvido (traçado geral da rede de comunicações paulistas), mas também devido ao seu equipamento.

É preciso observar também que as grandes firmas exportadoras e os serviços anexos relacionados ao café, como por exemplo a classificação e a prova do produto, estavam localizados em Santos.⁹⁷

Ademais, todas as funções administrativas e comerciais eram lideradas pelo Porto paulista.

*“A função comercial de Paranaguá, porém, está nas mãos das firmas de Santos. Ligações pelo rádio e serviços de aviões particulares, permitem, aos homens de negócios de Santos manter contato permanente com suas filiais de Paranaguá.”*⁹⁸

Tal relação entre o Porto de Paranaguá e porto de Santos contribui para exemplificar aquela relação de dependência existente por parte do Paraná em relação a São Paulo, até a década de 60. Nisso concordamos com Padis.

Porém, durante e após essa década, com a melhoria da infra-estrutura estadual no que tange à construção de estradas, melhoria no sistema de transportes (rodovias e ferrovias) e reparlamento do Porto de Paranaguá, fruto da iniciativa do governo do Estado para promover a industrialização, que só pôde ser garantida

As máquinas de beneficiamento de café utilizadas em Santos, com suas operações de limpeza, descascamento e classificação, transformavam o café em produto comercializável. A comercialização era feita em função do café classificado, conforme o seu tamanho (dimensões do café beneficiado), forma (chato ou moca), aspecto (cor e estado da superfície), bebida (gosto) e tipo (defeitos e impurezas, de 1 a 8), alcançando maiores preços e colocação, aqueles padrões observados internacionalmente como de fina qualidade. Ver: BALHANA, MACHADO & WESTPHALEN: História do Paraná. Paraná Cultural Ltda., Curitiba, 1969, p.224.

⁹⁸ Cf. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – Portos do Paraná – Curitiba, 1967. A lavoura cafeeira paranaense produzia o grão seco de café, ou seja, o café em coco, e encaminhava o 967, p.29.

sobretudo, graças às receitas de exportação do setor cafeeiro⁹⁹, tal relação de dependência passa a ficar cada vez menos visível, como estaremos observando no decorrer do estudo.

⁹⁹ Segundo Magalhães Filho, para promover a industrialização do Estado foi utilizada grande parte da renda gerada pelo setor cafeeiro do mesmo, a qual foi utilizada para comprar equipamentos e montar a infra-estrutura adequada para o estabelecimento da indústria.

CAPÍTULO II

2- O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARANAENSE

Entre as décadas de 1930 e 1960, a economia paranaense esteve basicamente fundamentada na monocultura do café e, como acabamos de ver, o café, para o Paraná, ganhou significado diferente do que teve em São Paulo.

Com o fim da II Guerra (1945) e a não recuperação do preço internacional do café brasileiro, as poupanças excedentes, neste momento desnecessárias para os reinvestimentos na economia cafeeira¹⁰⁰, dirigiram-se para os investimentos industriais dentro de São Paulo. No Paraná isso não ocorreu na mesma intensidade, uma vez que à época em que se desenvolveu a cafeicultura no Estado, a demanda de produtos industrializados já era quase que plenamente satisfeita pelo mercado paulista; logo, a produção de café se expandiu no Paraná para dar margem à criação

¹⁰⁰ É que quase toda a renda gerada no país pela exportação de café, até a década de 1930, era reinvestida na produção de mais café.

de fluxos de renda voltados para a promoção da expansão do parque industrial de São Paulo.

Segundo Padis, *“...tão veloz e surpreendente foi a expansão das atividades cafeeiras que os demais ramos de atividades não tiveram condições de acompanhar o seu ritmo, tanto que, nesse período, o setor secundário e terciário perderam significado relativo, na composição da renda estadual.”*¹⁰¹

Daí Padis ter afirmado que a monocultura cafeeira no Paraná fez com que o Estado adiasse por bastante tempo a implantação de um parque industrial, como já mencionamos no capítulo anterior.

Furtado mesmo concordou que *“ O sistema de monocultura é, por natureza, antagônico a todo processo de industrialização.”*¹⁰², porém, foi mediante a renda de exportação gerada nesse sistema que o Brasil começou a dar seus primeiros passos no que tange à implantação de um parque industrial.

Ao mesmo tempo em que esse sistema de monocultura “atrasou” o processo de formação da indústria no Brasil, ele gerou renda e mercado interno para que a mesma fosse constituída, depois da falência dele.

No Paraná o processo seguiu a mesma linha. A cultura cafeeira atraiu mão-de-obra para a região tanto para os campos, para onde a maioria das pessoas se dirigiam com o intuito de trabalhar na cultura do produto, quanto para as cidades, onde se desenvolviam atividades de manufatura do produto, como também mencionamos no capítulo anterior.

Esse aumento populacional no Estado acabou gerando um forte mercado interno que, a princípio, era atendido por produtos advindos de São Paulo.

Porém, com a melhoria da infra-estrutura estadual na década de 1960, possibilitada pela renda obtida pelo setor cafeeiro estadual, somada ao mercado interno formado durante o ciclo do café no Estado, foi possível implantar a indústria no Paraná, visando substituir importações.

Ainda durante a década de 1960, o governo do Paraná tratou criar mecanismos de apoio à industrialização do Estado, cujos mais importantes foram: a

¹⁰¹ Idem. Ibidem. , p.193.

¹⁰² FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, NACIONAL, SP, 1195, p.

CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná) e o BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná).

Até 1949, as atividades industriais paranaenses ainda podiam ser consideradas pré-industriais, de beneficiamento primário de algumas matérias-primas oriundas da agricultura e da extração florestal. A grande atividade industrial paranaense nessa década era a da transformação de produtos alimentares, com cerca de 41% do valor total da produção paranaense nesse setor, sendo que a torrefação e a moagem de café absorviam 53% dessa produção, seguidas de muito longe pelo abate de suínos, carnes, banha e toucinho.¹⁰³

Conforme o censo de 1950, com base na produção de 1949, o Paraná ocupava o 7º lugar quanto ao valor na produção industrial brasileira, porém inexpressivamente, participando com apenas 3,6% da mesma. No entanto, houve progresso quando se compara ao censo de 1940 com base na produção de 1939, crescendo o valor da produção industrial paranaense de 1940 para 1950, em cerca de 850%.¹⁰⁴

Em 1949, as indústrias de transformação significavam no seu conjunto 84% do valor da produção industrial paranaense, seguida pelas indústrias extrativa com 8,5%, e construção civil com 6,5%.¹⁰⁵

A situação da indústria paranaense em 1959, por sua vez, não era muito diferente: nesse ano as indústrias de transformação no seu conjunto, englobavam ainda 70% do valor da produção industrial paranaense e a indústria de transformação de produtos alimentícios significava ainda 36,5% do valor da transformação industrial do Paraná. Ela se mantinha como a maior atividade industrial, seguida pela madeira, com 26,1% e pela indústria de minerais não-metálicos, com 7,9% do valor da transformação industrial no Paraná.¹⁰⁶

O beneficiamento, a torrefação e a moagem de produtos alimentares, representavam 78% do valor da transformação industrial no setor de alimentos,

¹⁰³ Idem. *Ibidem.*, p.17.

¹⁰⁴ *Industrialização do Paraná.*, Asplan S/A – Assessoria em Planejamento , CODEPAR, 1983, p.13.

¹⁰⁵ Idem. *Ibidem.*, p.17.

¹⁰⁶ Ver: BALHANA, MACHADO & WESTPHALEN: *História do Paraná.* Paraná Cultural Ltda, Curitiba, 1969, p.240.

seguidos com 7,4% do abate de animais, banha e carne. Em seguida, aparece a fabricação e o refino do açúcar com 5% e as confeitarias, padarias e similares, com 4% do valor nesse setor.¹⁰⁷

O segundo setor mais importante da indústria de transformação paranaense, a saber, a madeira, também podia ser considerado como atividade primária em 1959, já que 89% do valor da transformação industrial provinha da produção de madeiras compensadas, processo que praticamente não agregava valor.¹⁰⁸

*“A indústria de madeira estava concentrada em Pato Branco, Palmas, Guarapuava, Pitanga, Campo Mourão, Maringá, Londrina, União da Vitória, Irati, Ponta Grossa e Curitiba, e conforme o censo industrial de 1960, a indústria de produtos alimentares concentrava-se principalmente em Curitiba, Londrina, Jacarezinho, Cornélio Procopio, Arapongas e Maringá.”*¹⁰⁹

O setor de transformação de minerais não-metálicos era representado, em 1959, pela produção de cimento da fábrica de Rio Branco do Sul, com 30% do valor dessa transformação; pela produção de material cerâmico de Campo Largo em 28,5%; pela produção de olarias em 20%, e pela transformação primária de pedras para construção e trabalho em mármore, granito e outros, em 9%.¹¹⁰

Os outros 30% do valor da transformação industrial paranaense nesse ano foram constituídos pela indústria química e farmacêutica (fósforos de segurança, óleos brutos e essências diversas (5%), concentrada em Curitiba, Irati e Norte do Estado; pela indústria de papel e papelão (4%), localizada em Tibagi (hoje Telêmaco Borba); indústria têxtil (3,1%) – beneficiamento primário de matérias têxteis; pelos setores metalúrgico e mecânico, com 3,8%; bebidas 2,7%; mobiliário 7%; couros, peles e similares 1,7%; e outros de menor expressão.¹¹¹

Conforme o censo de 1960, os dez principais municípios do Estado, em termos industriais, eram: - Curitiba com 23,3% da indústria, Londrina com 4,8%,

¹⁰⁷ Idem. Ibidem., p.241.

¹⁰⁸ Idem. Ibidem., p.241.

¹⁰⁹ Idem. Ibidem., p.241.

¹¹⁰ Ação e Desenvolvimento. Relatório 1966, p.7. -Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR, Curitiba, 1967.

¹¹¹ Idem. Ibidem., p.10.

Maringá 4,8%, Guarapuava 4,4%, Tibagi 3,5%, Ponta Grossa 3,4%, Arapongas 3,4%, União da Vitória 2,7% , Rio Branco 2,6% e Paranavaí 2,6%.

Na verdade, até a década de 1960, o Paraná não tinha condições de montar um parque industrial razoável, face principalmente à ausência de energia elétrica disponível e de vias de comunicação compatíveis.¹¹²

Mediante tais dados, podemos observar que o setor secundário paranaense nas décadas de 1940 e 1950 se manteve praticamente inalterado, numa época em que a economia brasileira atravessava profundas modificações no sentido de expansão da industrialização.

Desta forma e nesse sentido, o decênio dos anos 60 teve de sofrer ingentes esforços no sentido de superar as deficiências infra-estruturais do Estado e criar condições e estímulos para implantar seu parque industrial.

Assim, em 1962, o Governo paranaense concentrou as atenções para esse setor, sobretudo devido aos problemas da cafeicultura, criando novas fontes de recursos além, da renda gerada pelo café. O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) constituiu-se num novo organismo de suma importância para a diversificação da indústria no Paraná, além da Companhia Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (CODEPAR) -já mencionada- , que incentivaria as empresas privadas e os projetos de instalação ou ampliação de indústrias.

Para alcançar o objetivo de diversificar e expandir o parque industrial paranaense, foi de fundamental importância também a criação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), eletrificando o Paraná, de tal forma que, em 1966, já se vendia 245 milhões de Kwh, possibilitando maior dinamismo à indústria paranaense.¹¹³

Tais mudanças culminaram num aumento da participação dos gêneros mais dinâmicos em relação aos mais tradicionais produzidos no Estado, levando o mesmo às portas da definitiva consolidação de setor industrial, ao final da década de 60.

“Nesse período de atuação da CODEPAR, de fato, o Paraná conheceu uma sensível diversificação em sua produção industrial, com o surgimento de uma série

¹¹² BALHANA, MACHADO & WESTPHALEN: História do Paraná. Paraná Cultural Ltda, Curitiba, 1969, p.239.

¹¹³ Idem. Ibidem., p.243.

de iniciativas pioneiras, como é o caso do café solúvel, de aglomerados de madeira, de fios de algodão, de embalagens metálicas, componentes para a indústria nacional de automóveis e tratores, fertilizantes e outras. Outros ramos expandiram-se consideravelmente, como a produção de aço, as indústrias de óleos vegetais, frigoríficos e eletrodomésticos. A produção de fundidos aumentou em 200%.; a capacidade de processamento de matérias-primas nas indústrias de óleos vegetais expandiu-se em 70%, enquanto que a dos frigoríficos cresceu 100%.”¹¹⁴

Apesar de ainda permanecer a especialização no processamento de produtos agrícolas, houve uma tendência à diversificação dos gêneros industriais. Surgiram e ganharam importância novos setores como “Material Elétrico e de Comunicações”, “Química”, “Material de Transporte” e “Fumo”.

Desta forma:

A mudança do perfil da agricultura, marcado por uma cultura intensiva em capital e altamente moderna; o amadurecimento dos incentivos ocorridos na indústria, via incentivos governamentais nos anos 60; o aumento dos investimentos em capacidade produtiva, resultante do crescimento industrial brasileiro pós-68; e o processo de desconcentração das atividades econômicas, em especial as industriais, ocorridas desde São Paulo em direção à região metropolitana de Curitiba, vão fazer dos anos 70 o período de grandes modificações no perfil industrial do Estado, aumentando o setor industrial, entre 1970 e 1980, em 68% na sua participação relativa nos setores que compõem a renda interna do Paraná, marcando, assim, sua consolidação.”¹¹⁵

Todos esses índices expressivos indicam que houve uma sensível mudança não só no que tange à diversificação da produção industrial do Paraná, como também na própria estrutura econômica estadual a partir do final da década de 1960.

Analisemos então esse processo, detalhadamente e com calma.

¹¹⁴ Ação e Desenvolvimento. Relatório 1966, p.7. Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná-CODEPAR, Curitiba, 1967.

¹¹⁵ VERRI, Enio José. Desenvolvimento recente da indústria paranaense. Diss. mestrado, UEM- Maringá 1998, p.42.

2.1.O começo da industrialização

Como acabamos de ver, os anos 50 marcaram o início de dois processos muito importantes para a economia do Paraná.

Como afirma Verri: *“De um lado, ocorre o ápice e o início da crise do setor cafeeiro; e de outro, o início do despontar de um insipiente setor industrial. Este período é marcado por uma indústria rudimentar, extremamente dependente da evolução da agricultura, estabelecendo suas relações econômicas mais diretamente com o setor bancário e o comércio.”*¹¹⁶

O setor industrial paranaense, entre as décadas de 1950 e 1960, manteve uma posição ainda bastante dependente do setor agrícola, uma vez que, durante tal período, as iniciativas do Governo Estadual se davam no sentido de encontrar alternativas para a crise pela qual estava atravessando o setor cafeeiro e, também, no sentido de tentar agregar mais valor aos demais produtos fabricados internamente.

O modelo utilizado para promover a industrialização do Estado, no decorrer dos anos 50, estava fundamentado no modelo adotado pelo Governo Federal desde o início da década, o modelo de substituição de importações. Pretendia-se modificar o perfil econômico do Paraná, de uma economia exclusivamente exportadora de bens primários (voltada para fora) , para uma economia produtora de bens de consumo (voltada para dentro).¹¹⁷

As medidas concretas tomadas na primeira metade do decênio dos anos 60 para tal intuito, consubstanciaram-se em investimentos equivalentes a 45% da receita Estadual arrecadada no período.¹¹⁸ Do total dos investimentos realizados, mais de 70% foram em infra-estrutura, principalmente em rodovias e energia elétrica.

Desse total, 70% foram realizados com recursos do Estado (exportação de produtos agrícolas, sobretudo de café) e 30% através dos cofres da União.¹¹⁹ Observemos que os próprios dados fornecidos por Padis demonstram a importância da renda do setor cafeeiro para melhorar a infra-estrutura estadual.

¹¹⁶Idem. Ibidem., p.43.

¹¹⁷ PADIS, Pedro Callil: Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná. HUCITEC, Curitiba, 1981, p.137.

¹¹⁸ Op. Cit., p. 43.

¹¹⁹ Idem. Ibidem., p.43.

A segunda metade dos anos 60 foi igualmente marcada por consideráveis esforços também nesse sentido, no qual se destacaram a conclusão de muitas obras rodoviárias, o alargamento da rede de armazéns e silos do Estado e o reparlamento dos Portos de Antonina e Paranaguá.

Mas, em termos industriais, como se constituía o Paraná até o final da década de 1960?

Pelos dados contidos na tabela a seguir, pode-se observar durante as décadas de 1950 e 60, que os setores industriais de maior destaque no Paraná eram aqueles ligados à agricultura, à manufatura de produtos primários. Observe-se que, no ano de 1950, os setores tradicionais “Madeira, Mobiliário e Produtos Alimentares”, que respondiam por 58,6% do PIB industrial do Paraná, passaram a responder, no ano de 1960, por 65,9%. Ademais, houve um incremento de 7,3% da produção desses setores tradicionais nesses 10 anos.

Analisemos a tabela a seguir:

TABELA 02
DISTRIBUIÇÃO DO PIB, SEGUNDO OS PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAIS NO
PARANÁ, 1950-1960 (EM%).

Setor Industrial	1950 (%)	1960 (%)
Mínerais não met	6,7	6,9
metalurgia	1,3	2,7
Mecânica	2,2	1,1
Mat. Elétricos e com.	0,1	0,7
Material de transporte	0,4	1,1
madeira	25,1	26,3
Mobiliário	3,1	2,7
Papel e papelão	2,4	4,9
Química	30,4	4,4
Têxtil	6,4	3,2
Produtos alimentícios	30,4	36,9
Bebidas	6,4	2,7
Fumo	-	-
Outros	9,7	6,4

FONTE: IBGE- Apud: Economia e Sociedade, Curitiba, 1982.

Podemos observar que setores tradicionais como “Madeira” e “produtos Alimentares” tiveram um incremento na participação no PIB estadual de 25,1 % em 1950 para 26,3% em 1960 e, 30,4% em 1950 p/ 36,9% em 1960, respectivamente, em detrimento aos setores que agregam mais valor como: “Mecânica”, “Metalurgia”, “Material Elétrico e de Comunicações” e “Material de Transportes e de Comunicações”, com crescimento irrisório ou até mesmo apresentando uma queda na participação do PIB estadual, como foi o caso do setor “Mecânica”, de 2,2% em 1950 para 1,1% em 1960.

Todavia, nesse mesmo início dos anos 60, o Paraná apresentou um setor de serviços bastante representativo, seguido por um setor agrícola responsável por grande parte da renda do Estado mas, cujo escoamento, devido às deficiências infra-estruturais, dependiam do Porto de Santos. Foi nesse período que se iniciou, em nível estadual, uma discussão sobre os possíveis caminhos para o processo de industrialização do Estado.

De acordo com Verri:

“A reflexão sobre o desenvolvimento da indústria que se iniciou nesse período partiu basicamente de como poderia ser contido o processo de evasão de divisas, que ocorria em relação a São Paulo. Parte do excedente gerado pela cafeicultura não era reinvestido no Paraná, causando um processo de empobrecimento. Neste sentido, a melhor opção seria o incentivo à industrialização, evitando assim a continuidade da posição “periférica” do Estado em relação a São Paulo.”¹²⁰

Para tanto, como mencionamos, montou-se para o Paraná uma espécie de modelo de desenvolvimento com o intuito de resgatar a identidade paranaense (paranismo). O objetivo era atender às exigências de uma política de desenvolvimento ou, mais especificamente, de financiar a implantação de uma infraestrutura básica (rodovias, ferrovias, porto marítimo, energia elétrica), que era condição essencial para a dinamização e o escoamento da produção agrícola, bem como para o posterior estabelecimento da indústria.

Do ponto de vista financeiro, o sustentáculo desse processo foi, além da renda acumulada pelo setor cafeeiro Estadual, o Fundo de Desenvolvimento

¹²⁰Op. Cit., p.46.

Econômico (FDE), instituído em 1962, representando não apenas um instrumento de política industrial, mas, basicamente, um orçamento paralelo para gastos públicos.

Dessa forma, em fins dos anos 60, nos deparamos com existência de três pilares básicos para dar continuidade ao processo de industrialização do Estado, a saber: infra-estrutura econômica adequada, mecanismos institucionais de apoio à industrialização e uma agricultura dinâmica, ou seja, que alcançava grandes índices de produtividade, constituindo campo fértil para um surto industrial no Paraná.

No entanto, como explicar o excepcional crescimento industrial posterior (década de 70)? - O mesmo só pode ser explicado, a nosso ver, se se acrescentar um quarto pilar: - a situação extremamente favorável para a indústria nacional, especialmente entre 1968 e 1974, em conjunto com a infra-estrutura montada pelo Governo do Paraná na década de 1960, visando promover a indústria no Estado. (Discutiremos esse ponto de vista detalhadamente no decorrer do estudo).

Ademais, como já mencionamos, a década de 1960 foi marcada por esforços do Governo do Paraná, sobretudo no que concerne à supressão das deficiências infra-estruturais do Estado e à criação de condições e estímulos à implantação da indústria, que só foi possível graças à canalização de boa parte renda gerada pelo setor cafeeiro paranaense nesse sentido.

Em 1963, foi realizado um minucioso diagnóstico da situação sócio-econômica do Paraná, sendo sugeridas várias medidas ao Governo do Estado e, a partir de tal documento, foram feitos muitos estudos setoriais, buscando permitir que o poder público agisse com mais segurança.¹²¹ As medidas concretas tomadas na primeira metade da década de 60, requereram investimentos equivalentes a 45% da receita estadual arrecadada no período.

Segundo Padis:

“Do total dos investimentos feitos, mais de 70 por cento foram em infra-estrutura, dos quais três quintas partes em rodovias e uma terça parte em energia elétrica. Porém, desse total, 70 por cento foram realizados com recursos do Estado e, o restante, através dos esforços da União. Dos efetuados com recursos estaduais,

¹²¹ Ver SAGMACS- Plano de Desenvolvimento do Paraná, Curitiba, 1963.

*36 por cento foram através de recursos orçamentários e o restante com os fornecidos por órgãos públicos locais.*¹²²

Ademais, os resultados desse esforço foram visíveis, sobretudo no que tange ao aumento das vias de comunicação e à produção de energia elétrica.¹²³

Só na década de 60, o governo paranaense, através da CODEPAR, financiou cerca de 500 empresas, especialmente agroindustriais.¹²⁴

Padis afirmou que:

*“Dos financiamentos realizados às atividades industriais, deve-se ressaltar que, até 1967, uma quinta parte foi destinada à indústria de extração e elaboração de produtos de origem florestal, ou seja, à produção de conglomerados de madeira, de pasta mecânica e de papel; trinta por cento à indústria de beneficiamento e transformação de produtos da lavoura, donde se destacam as indústrias de óleos vegetais e café solúvel; e 15 por cento à indústria de produtos de origem animal, especialmente frigoríficos.”*¹²⁵

Observando esses esforços do Governo Estadual, Padis começou a indagar sobre o por quê do setor industrial paranaense não conseguir dinamizar-se, tornar-se mais significativo.

A conclusão à qual chegou consiste no fato de que, nessa época em que o Paraná tentou dar seus primeiros passos concretos a caminho da industrialização, ele o fez tentando imitar ou seguir os percorridos pelo processo de industrialização nacional, ou seja, através da substituição de importações, uma vez que, como vimos no capítulo anterior, esse processo já havia se esgotado na Brasil dos anos 60.

Em virtude disso, Padis afirmou que *“... não é preciso buscar outra razão pela qual várias indústrias de óleos vegetais e frigoríficas, no Paraná, encerram*

¹²² PADIS, Pedro Calill. Formação de uma economia periférica: - O caso do Paraná. HUCITEC, Curitiba, 1981, p.196.

¹²³ Em relação às vias de comunicação, destacou-se a duplicação de km asfaltados no Estado na primeira metade da década de 60 e, no que se refere à energia elétrica, em razão do grande potencial instalado nessa década, quadruplicou a produção. Ver COPEL – Energia elétrica o Paraná – Subsídios ao segundo programa estadual de eletrificação, 1966 e COPEL – Relatório de atividades, 1966/67/68.

¹²⁴ Op. Cit., p.197.

¹²⁵ Op. Cit. p.167.

*suas atividades pouco depois de iniciadas.*¹²⁶ e, *“diferentes foram os comportamentos das indústrias de café solúvel e de papel, instaladas no Estado que, malgrado algumas dificuldades criadas por importadores estrangeiros (no caso do solúvel) conseguiram, não só manter-se, como prosperar.”*¹²⁷

Há ainda outras duas causas que, segundo o autor, contribuíram para a queda no ritmo de crescimento da economia paranaense durante essa década.¹²⁸

A primeira delas consiste em que houve, principalmente na segunda metade dos anos 50, um aumento considerável da rede viária nacional, o que redundou numa integração cada vez maior do mercado consumidor de manufaturas. A ligação muito mais rápida entre os mais distantes pontos do país, aproximou os centros produtores dos consumidores.

É realidade que as grandes distâncias e a precariedade dos meios bem como das vias de transporte, funcionavam como elementos protetores às pequenas e médias indústrias espalhadas pelo país. Sendo assim, à medida que tais dificuldades foram sendo eliminadas, as indústrias de alguns Estados que funcionavam em precárias condições tecnológicas passaram a ter que enfrentar uma dura concorrência com as indústrias localizadas na região centro-sul do Brasil.

Desta forma, muitas delas, incapazes de superar as próprias limitações e deficiências mediante uma melhoria do padrão de qualidade de seus produtos, bem como pela redução de seus custos de produção de produção, vieram sem escolha, fatalmente a sucumbir.¹²⁹ Destacou-se o caso do Paraná, situado a uma pequena distância de São Paulo, passagem obrigatória para quem demanda os mercados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e praticamente sem nenhuma tradição industrial; seriam óbvias suas maiores dificuldades em dinamizar seu parque industrial, em crescer para dentro.

A segunda causa que contribuiu para essa queda no ritmo de crescimento da economia paranaense foi a política de erradicação do café, adotada entre 1965 e 1967, determinando a desocupação de um grande contingente de mão-de-obra, o que

¹²⁶ Idem. Ibidem. p.200.

¹²⁷ Idem. Ibidem. p.200.

¹²⁸ Idem. Ibidem., p.200.

¹²⁹ Idem. Ibidem., p.200.

contribuiu para gerar um grande número de “volantes”, de rendimento baixo e irregular, provocando, ainda que em alguma medida, uma retração da demanda por outros bens.¹³⁰

Ademais, essa contração da renda interna, em virtude do decréscimo da produção de café, culminou necessariamente na redução do poder aquisitivo global do Estado.

Padis tentou buscar então uma forma de explicar possíveis indagações de leitores de sua obra, os quais poderiam alegar que as terras liberadas pelo café erradicado foram de serventia para outras culturas. O autor afirmou que embora esse fato tenha ocorrido, como a obrigatoriedade de utilização de terras pelo café se limitava a dois anos, decorrido tal prazo boa parte dessas áreas começou a ser utilizada pela pecuária. De qualquer forma, mesmo que não se tivesse introduzido a pecuária, ocorreria uma demanda menor por mão-de-obra, uma vez que qualquer outra atividade agrícola, seja qual for, carece de menor quantidade de mão-de-obra do que a cafeicultura; de qualquer forma, haveria uma diminuição da renda gerada.

Padis procurou afirmar que , *“... ao substituírem algumas atividades mais intensamente utilizadoras de mão-de-obra por outras de utilização menor, ocorre, fatalmente, o fenômeno da concentração de renda que raramente é benéfico à economia.”*¹³¹

Desta forma, concluiu que:

*“...mesmo em parcela de dimensões discutíveis, a erradicação do café, para a economia paranaense, não foi benéfica, uma vez que contribuindo à limitação de bens industrializados, conseqüentemente, se constituiu num fator a mais de ação adversa aos esforços de industrialização.”*¹³²

Se tal afirmação é correta, como então se explica o surto industrial ocorrido no Paraná na década de 1970?

A única maneira de descobrirmos uma explicação para o surto industrial dos anos 70 no Paraná, é realizando uma análise dessa década, procurando identificar os fatores responsáveis por essa grande modificação na estrutura produtiva do Estado.

¹³⁰ Idem. Ibidem. p.201.

¹³¹ Idem. Ibidem. p.202.

2.2- Esboço de um retrato industrial

Até a década de 1970, o Paraná era analisado pelos estudiosos do desenvolvimento regional sob a ótica do trabalho clássico de Pedro Calill Padis , onde é adotado o conceito “centro-periferia” da CEPAL, para descrever a posição em que o Paraná se encontra frente ao pólo industrial brasileiro, a saber: São Paulo.¹³³ Segundo a CEPAL, os países periféricos foram condicionados a dirigir suas economias a se especializarem na produção primária, direcionando essa produção para a exportação às economias capitalistas desenvolvidas.

Assim, na divisão do trabalho em nível internacional, enquanto os países da periferia do sistema econômico mundial tinham um papel específico a cumprir, qual seja, o de fornecedor de matérias-primas e alimentos para os países do centro (desenvolvidos), estes se especializavam na produção de manufaturados, os quais, por contarem com um valor agregado muito maior em relação às matérias-primas, eram exportados a um preço bem mais elevado aos países da periferia, contribuindo para que o Balanço de Pagamentos dos mesmos fosse continuamente deficitário.

Esse fato resultou num retardamento do ingresso desses países no processo de industrialização, processo este que possibilitaria engendrar seu desenvolvimento econômico. Para aqueles países onde não havia um certo volume de atividade industrial, as perspectivas de desenvolvimento eram menores, em virtude de alguns obstáculos que precisavam ser transpostos por eles, dentre os quais se destacam: 1- a necessidade de se manter um setor exportador que propiciasse a obtenção de divisas, estritamente necessárias para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos básicos essenciais, a fim de dar prosseguimento ao processo industrial que objetivavam e, 2- a industrialização desses países estava sujeita ao mercado externo e ao capital estrangeiro, pois careciam de empréstimos para poder

¹³² Idem. *Ibidem.* p.202.

¹³³ Idem. *Ibidem.* p.202.

dar continuidade ao desenvolvimento industrial almejado e, também, para solucionar seus freqüentes problemas de balanço de pagamentos.

Todavia, dadas as características do mercado internacional dos produtos primários (ora os países importavam mais, ora menos, dependendo da conjuntura internacional) e dado o grande número de produtores extremamente dependentes das exportações concorrendo entre si na disputa dos mercados consumidores e quase sempre produzindo em quantidades superiores à demanda real, a atividade produtiva, decorrido algum tempo de rápida expansão e relativa estabilidade, entrava em declínio, chegando às vezes à liquidação total.

Esse fato determinou que a evolução desses países se desse por ciclos. Quando um país concentrava seus esforços na produção de certo bem, tendo o mesmo como principal condutor de sua atividade econômica, seu declínio acarretava um período de estagnação relativa que perdurava até o desabrochar de uma nova atividade que desse origem a um novo ciclo econômico.

Como meros exportadores de produtos primários, dentro de uma estrutura definida pela divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento desses países, denominados como “periféricos”, está vinculado aos interesses do centro dinâmico, e por isso as diferentes partes que compõem o sistema produtivo mundial não participam de maneira igualitária da acumulação de capital em nível internacional. Em outros termos, o crescimento da economia mundial se processou e se processa na desigualdade entre as nações. Portanto, o capitalismo desenvolve os centros industrializados e bloqueia o desenvolvimento da periferia do sistema.

Dentro de um contexto mais amplo, que envolve as diferenças econômicas, políticas e sociais entre as nações, alguns estudiosos passaram a utilizar esta forma de análise para explicar os problemas das desigualdades regionais dentre de uma nação; Padis foi um deles.

O autor via a economia paranaense com sendo uma economia primário-exportadora e dependente da economia paulista, que assume o papel de centro dinâmico da economia nacional, ou seja, dentro da divisão do trabalho em nível regional o Paraná assume o papel de “periferia”, produzindo matérias-primas e alimentos para o “centro dinâmico” (São Paulo) e comprando, deste, produtos possuidores de alto valor agregado.

Devido a esse papel assumido pelo Estado na divisão do trabalho em nível regional, o autor não via possibilidades para que o mesmo viesse a desenvolver um parque industrial, muito menos um setor de bens da capital. Para ele o Estado teria *“...possibilidades de crescer economicamente (apenas) se se dedicasse ao setor agropecuário, procurando ganhar uma posição privilegiada como fornecedor de alimentos (frente aos outros Estados periféricos da economia nacional) para o centro industrial do país.”*¹³⁴

Segundo Padis, como já mencionamos anteriormente, o Estado deveria investir no café como principal produto de exportação e em alguns poucos produtos primários que se pudesse produzir em alta qualidade e a custos baixos, já que, por ser periférico, seria muito difícil conseguir se industrializar e praticamente impossível competir com a indústria do pólo central.

Mas o próprio Furtado (autor de que Padis se utiliza para comprovar algumas de suas alegações), em sua obra denominada “A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina”, discorda de tal ponto de vista alegando que *“...uma região, da mesma forma que uma indústria nascente, pode estar incapacitada para competir com outras numa primeira fase de seu desenvolvimento. Entretanto, se esta região chega a firmar-se, ela terá permitido a utilização de recursos naturais e de mão-de-obra que de outra forma permaneciam ociosos ou subutilizados. A própria descentralização geográfica facilita a uma maior parte da população do país o acesso aos frutos do desenvolvimento.”*¹³⁵

Tomando como base tal afirmação de Furtado para analisarmos o desenvolvimento industrial do Paraná, concluímos que, ainda que o Estado não possuísse condições de se industrializar e muito menos de competir com a indústria de São Paulo até a década de 1960, devido principalmente à fraca infra-estrutura disponível, isso não significa que tal situação perduraria ainda por muito tempo, o

¹³⁴ PADIS, Pedro Calill. Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná. HUCITEC, Curitiba, 1981, p.204.

¹³⁵ FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina., 1973, Fundo de Cultura, RJ, p.162.

que se confirma pelo próprio surto industrial pelo qual passou a economia paranaense nos anos 70.

Analisemos, então, os antecedentes desse surto que modificou completamente a estrutura produtiva do Estado depois de 1970.

2.3- A modernização agrícola.

Desde o início da colonização do Norte do Estado, a agricultura paranaense passou a caracterizar-se por seu dinamismo e diversificação. O adjetivo “dinâmico” consiste no fato de que a mesma, durante longo período de tempo, sustentou altas taxas de crescimento do valor de sua produção.

Já no que tange à diversificação, observou-se uma economia agrícola que se afastou da monocultura, uma vez que, mesmo quando o café representava seu principal produto, juntamente com ele se cultivava o milho, o arroz, o feijão e muitas outras culturas.

Todavia, até os anos 70, tal agricultura não possuía um caráter moderno (como moderno entendemos uma agricultura tecnificada mediante a crescente utilização de equipamentos e insumos industriais).

A tecnologia empregada era rudimentar e, apesar da produção destinar-se ao mercado, este setor consumia reduzida quantidade de artigos industriais em seu processo produtivo. A década de 70, por sua vez, foi quem assistiu a essa profunda modificação das atividades agropecuárias, transformação cuja essência foi dada pelo processo de modernização. Em outros termos, a agricultura do Paraná passou a ser também tecnificada, conforme veremos no decorrer da análise.

De acordo com estudiosos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), entende-se por modernização:

“...a crescente utilização na produção agropecuária, de máquinas, equipamentos, bem como insumos industriais. Esta prática provoca verdadeira mudança na base técnica da economia agrícola estadual e implica em novas

*formas de estruturação da produção, ou seja, afeta a estrutura fundiária e a pauta dos principais produtos”.*¹³⁶

Tais ocorrências podem ser explicadas por dois fatores básicos, a saber:

A diversificação e a ampliação da indústria doméstica possibilitaram o surgimento de modernos setores produtores de máquinas e insumos para a agricultura. Assim, a implantação de fábricas de tratores e equipamentos, da petroquímica, a produção padronizada de rações e sementes, a expansão de frigoríficos, etc., vieram a impulsionar, apoiadas no crédito rural, a modernização do setor agrícola.

A modernização do setor agrícola foi possível, por um lado, devido à busca pelo crescimento econômico acelerado da economia brasileira dirigida pelo regime militar, que propunha recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento. Para tanto, foram realizados investimentos modestos, tanto no setor de bens de consumo não duráveis, quanto na agricultura. O crescimento que tais setores apresentaram durante o período deveu-se ao aumento da massa salarial, oriunda do aumento do emprego, bem como do crescimento das exportações de manufaturados tradicionais e produtos agrícolas. Nesta fase iniciou-se ainda o processo de modernização da agricultura no Brasil como um todo mediante a mecanização, fazendo com que o setor agrícola se tornasse importante fonte de demanda para a indústria. Apesar da forte expansão do crédito agrícola, a agricultura no Brasil cresceu apenas 4,5% aa. em média, durante o período do Milagre.

O setor de bens de capital apresentou um crescimento modesto até 1970, dado que este mesmo crescimento se baseou na ocupação da capacidade ociosa existente, ao invés da ampliação da capacidade instalada. Conforme foi sendo aumentada esta capacidade, a taxa de crescimento da economia passou a seguir a mesma trajetória. O aumento da demanda por bens de capital repercutiu em que este setor fosse o de maior crescimento, de 1971-73.

O setor de bens intermediários cresceu em torno de 13,5% aa. no período do “Milagre”. Na verdade, tanto neste quanto no setor de bens de capital, a expansão econômica provocou uma pressão por importações, a qual foi causada pela insuficiência de oferta interna. Tal pressão contou com o estímulo do Conselho de

¹³⁶ PARANÁ- ECONOMIA E SOCIEDADE., 1982, p.25.

Desenvolvimento Industrial (CDI), que concedeu incentivos de forma indiscriminada e foi bastante liberal nas importações.

Assim, dada a ampliação da indústria nacional na década de 1970, possibilitando o surgimento de setores produtores de máquinas, implementos e insumos para a agricultura, bem como pela expansão do crédito agrícola proporcionado pelo Governo Federal para incentivar a produção para exportação desses produtos, o Paraná passou a modernizar sua agricultura.

Desta forma, devido à boa fase da economia brasileira e à política de desenvolvimento adotada pelo governo paranaense na década anterior, que buscava construir uma infra-estrutura adequada para receber a indústria mediante investimentos em energia elétrica e a construção de um sistema rodoviário que permitisse a interação da economia paranaense ao mercado nacional, o Paraná aproveitou para implantar seu parque industrial através da industrialização da agricultura (agroindústria).

O Governo Estadual, através do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) e do fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE) criados para promover seu projeto de desenvolvimento e, principalmente, através da renda gerada pelo setor cafeeiro no Estado, já havia investido muito na implantação dessa infra-estrutura básica para o recebimento da indústria na década de 1960. Ele apenas aproveitou o ciclo expansivo da economia brasileira marcado pelo “Milagre Econômico” (1968-73) para acelerar o processo de implantação da indústria no Estado mediante a agroindústria.¹³⁷

Essa indústria que se desenvolveu no Paraná após a década de 70 não era mais aquela pequena indústria das décadas anteriores, voltada para os reduzidos mercados locais ou dedicada basicamente às atividades rudimentares do simples processamento de produtos agrícolas e, geralmente, com reduzidas escalas de produção. A nova indústria que surgiu “...*baseava-se em empresas maiores, com a*

¹³⁷ Não podemos nos esquecer de que a renda gerada pelo setor cafeeiro no Paraná foi quem garantiu a possibilidade da montagem dessa infra-estrutura básica para a implantação da indústria no Estado.

produção voltada para o mercado nacional e internacional, com tecnologia moderna e escala de produção de grandes dimensões. ¹³⁸

Analisemos melhor.

A política de industrialização adotada pelo governo Estadual impulsionou, a princípio, o estabelecimento de setores agroindustriais e estes, apoiados pelos programas de crédito e investimento rural em nível nacional, foram ganhando expressividade. A partir daí, relações de compra e venda entre agricultura e a indústria foram se integralizando no Estado. O importante é que a indústria, quando passa a comprar diretamente a produção agrícola ou pecuária, também impulsiona sua modernização, pois a exigência quanto à padronização do produto implica sempre na introdução de novas técnicas de produção.

Desta forma, abatedouros e frigoríficos, por exemplo, passam a oferecer aos produtores rações, matrizes, etc., o que propicia grandes aumentos de produtividade e crescente dependência dos produtores em relação ao setor industrial no que se refere a frizeres, lâminas para corte, etc. A agroindústria também passa a integrar-se horizontalmente, formando complexos como o de rações integrada ao abate de animais; nesses complexos a agricultura passa a representar simples elo de uma corrente mais ampla, sendo seu ritmo e processo de produção comandados pelo elo industrial da cadeia.

Ainda, o caráter diversificado da agricultura pode ser explicado também pelas suas próprias relações com a indústria. É que no processo de industrialização também crescem os mercados urbanos para produtos alimentares, já que a indústria tende a atrair mão-de-obra em busca de melhores salários para as regiões onde se instalam. O aumento do consumo de alimentos impulsiona a diversificação e a tecnificação da agricultura para produzir mais e em melhor qualidade.

Por outro lado, a agroindústria, comprando diretamente dos produtores rurais, comandará a própria diversificação. A agroindústria instalando-se numa área de agricultura dinâmica como o Paraná, impulsiona ela própria a produção das matérias-primas de que necessita, já que a agricultura tem condições de responder às suas demandas.

¹³⁸ PARANÁ, ECONOMIA E SOCIEDADE: Fundação IPARDES, Curitiba, 1982, p.15.

Desta forma, observamos que o processo de modernização da agricultura paranaense foi fruto de um processo mais amplo encabeçado pela economia nacional na década de 70. O Brasil queria aumentar sua exportação de produtos agrícolas, dados os bons preços no mercado internacional e o Paraná queria se industrializar. Logo, como a infra-estrutura para o recebimento da indústria já havia sido implantada no Estado na década de 60, fruto do projeto desenvolvimentista do Governo Estadual, apenas aproveitou-se o momento propício para investir na implantação da indústria no Estado.

Por ser dinâmica, ou seja, por sustentar sempre altas taxas de crescimento do valor da sua produção, a agricultura do Paraná visava sempre aumentar sua rentabilidade, e por isto mesmo pôde, na década de 1970, aproveitar-se dos estímulos representados pelo crédito rural e aumentar sua base técnica, buscando maiores lucros via aumentos de produtividade. Nesse sentido, a agricultura passou a comportar-se de forma semelhante à indústria, processo este que poderia ser chamado de “industrialização da agricultura.”¹³⁹

Como mencionamos antes, se o processo de modernização entende-se pela crescente utilização na produção agropecuária de insumos industriais, máquinas e equipamentos, é certo que tal prática provoca verdadeira mudança na base técnica da economia agrícola estadual e implica em novas formas de estruturação da produção ou seja, afeta a estrutura fundiária, a pauta dos principais produtos, etc., e pode ser explicada por dois fatores básicos.

Primeiro, a diversificação e a ampliação da indústria nacional possibilitam o surgimento de setores produtores de máquinas e insumos da agricultura. Assim, a implantação de fábricas de tratores e equipamentos, da petroquímica, a produção padronizada de rações e sementes, a expansão dos frigoríficos, etc., vão impulsionar, apoiadas no crédito rural, a industrialização da agricultura.

Entretanto, o surgimento desses setores foi condição necessária mas não suficiente para explicar esse processo, já que foi o caráter dinâmico que possuía a agricultura paranaense, como já mencionamos, que explicou como esta teve

¹³⁹ LAUSCHNER, Roque : Industrialização de produtos agrícolas. Executivo, Porto Alegre, 4 (18): 25-30, jul./set. 1978.

condição de passar a ser grande consumidora de máquinas e insumos industriais em seu processo de produção.

Observemos a tabela a seguir:

TABELA 03
EVOLUÇÃO DO PARQUE ¹⁴⁰PARANAENSE DE TRATORES E COLHEITADEIRAS.

Anos	Nº de Tratores *	Nº de Colheitadeiras **
1960	5.181	986
1970	18.619	2.509
1975	52.498	7.407
1980	79.377	14.730

FONTE: FIBGE, SEAG

* FIBGE

** SEAG

APUD: Economia e Sociedade, IPARDES, Curitiba, 1982.

Analisando a tabela 03, podemos ver claramente que o Paraná investiu pesadamente na produção de tratores e colheitadeiras no período pós 1960, culminado num considerável aumento da produção agrícola paranaense nessa década.

Assim como já dissemos, por “modernização” entendemos o uso crescente de equipamentos agrícolas, adubos, defensivos, etc. Ora, é exatamente porque a

¹⁴⁰ Refere-se ao parque produtor de tratores e colheitadeiras, como efeito do processo de modernização da agricultura paranaense.

agricultura visava maximizar sua rentabilidade é que tratou de reduzir seus custos de produção via aumento no progresso técnico, e a aceleração desse processo pode ser vista claramente a partir dos anos 70 pelo fato que, entre 1971-78, foram vendidos no Estado, 63.024 tratores.¹⁴¹

A rápida e crescente mecanização da produção agrícola do Paraná, que se constituiu apenas em uma das muitas fases do processo de modernização da agricultura e do aparecimento da indústria, foi também a grande responsável pelo pequeno aumento da população paranaense durante a década de 70, uma vez que, visando incrementar a produtividade do trabalho, a mecanização implicou a substituição de homens por máquinas, o que evidentemente reduziu a quantidade de mão-de-obra por unidade produzida. Com exceção das microrregiões de Curitiba, Campos de Ponta Grossa, Campos de Guarapuava e o Extremo Oeste paranaense, todas as demais regiões do Estado apresentaram taxas de crescimento populacional inferior àquela do Brasil (2,4%) na década. Mesmo nessas regiões acima citadas, o aumento na taxa de crescimento demográfico não foi resultado de aumentos da população rural e, sim, da urbana. Em Curitiba, a população rural decresceu 3,5% a.a. , em Ponta Grossa 0,17% e, em Guarapuava, 1,5%.¹⁴²

Outro fator indicador dessa modernização, foi o consumo crescente de fertilizantes para fazer frente ao aumento da produção agrícola no Estado. A utilização desses insumos, além de aumentar a produtividade por área cultivada, implicou ao mesmo tempo a redução do trabalho utilizado por unidade produtiva.

Observe-se a tabela a seguir que comprova o que foi dito:

¹⁴¹ PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE. Fundação IPARDES, Curitiba, 1982, p. 10.

TABELA 04
IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES PELO PORTO DE
PARANAGUÁ : 1972-1980 (em t).

Anos	Total dos Produtos	Índice
1972	52534	100
1973	42739	74
1974	140569	244
1975	164771	286
1976	226890	394
1977	358456	623
1978	412678	717
1979	437951	761
1980	568611	988

FONTE: FLEICHFRESSER, Vanessa. Paraná- Agricultura Moderna -
IPARDES, Curitiba 1 (3) : 21-31, out. 1979.

Obs: Dados de 1977-1980 obtidos na Administração dos Portos de
Paranaguá e Antonina- APPA.

APUD: IPARDES: Paraná – Economia e Sociedade, 1982.

Observe-se que a partir de 1973 o Paraná aumentou consideravelmente a importação de fertilizantes, de 42.739 toneladas em 1973 passou a importar 568.611 toneladas em 1980. Se o aumento no uso de fertilizantes é sinônimo de aumento de produção, vemos que a mesma se expandiu sobremaneira no Paraná pós década de 70.

O processo de modernização da agricultura também implicou o surgimento de variações no tocante à importância relativa dos diferentes produtos que compõem a produção agrícola do Paraná.

¹⁴² Senso Demográfico de 1980; FIBGE.

Observemos a tabela que segue.

TABELA 05
VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA NA ÁREA PLANTADA NO
PARANÁ DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS: 1970-1980.

Principais Produtos	Varição Absoluta 1970 - 1980 (ha)	Varição Percentual 1970 - 1980 (%)
Algodão	-11413	-24,9
Arroz	-62191	-13,4
Café	-148400	-14,2
Cana - de - açúcar	23222	63,2
Feijão	24849	3,2
Milho	281691	15
Soja	2115789	695,5
Trigo	1312402	456,3

FONTE: SEAG-DERAL- Apud. IPARDES- Análise conjuntural, 1982,
 p.26.

É impressionante a rapidez com que se processam as alterações na pauta dos produtos agrícolas do Estado.

Observemos a explosão da área cultivada com soja, que, de uma cultura sem importância, num período de 10 anos, passou a ser o principal produto agrícola do Paraná.

O aumento da produtividade da soja e também do trigo se deram porque, sendo culturas modernas, exigiam áreas maiores para implantar-se (acima de 50ha), enquanto para o milho, feijão, arroz, algodão e café ainda eram relevantes a pequena produção (áreas abaixo de 20ha). Para as culturas cujos preços dos produtos estavam em alta no momento, optou-se por cultivá-las em maior quantidade, em maiores espaços de terra, como era o caso da soja e do trigo; as demais foram

deslocadas para áreas menores.¹⁴³ Conseqüência disso foi que o número de estabelecimentos agrícolas (sítios) até 20 ha diminuiu entre 1970-75.

Levando em consideração os preços favoráveis, a soja foi introduzida exatamente porque se dispunha de tecnologia moderna para sua produção, aparecendo, assim, como simples vínculo do processo de modernização.¹⁴⁴

Ademais, fato que não podemos negligenciar é que o Governo Federal optou por uma política de expansão do crédito agrícola, como já antes fizemos menção, que além de garantir mercado à indústria produtora de máquinas e insumos para a agricultura, visava aumentar os níveis de produtividade da mesma de forma a aumentar as exportações. Devido aos bons preços da soja no mercado internacional na época, o Paraná mostrou-se bastante apto para absorver esta política e, nesse contexto, a soja apareceu como o veículo mais adequado para essa transição.

Observemos a tabela a seguir:

TABELA 06
CRÉDITO E CUSTEIO CONCEDIDO AO PARANÁ: PARTICIPAÇÃO
PERCENTUAL DOS ITENS NO TOTAL, 1970-79.

DISCRIMIN.	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
agricultura	94,28	94,6	95,11	95,12	95,6	89,23	94,21	94,67	92,72	94
algodão	13,36	10,34	8,47	7,03	9,23	4,27	7,18	5,93	5,08	6,2
amendoim	2,81	1,9	0,68	0,29	0,07	0,25	0,11	0,07	1,48	1,14
arroz	2,14	2,07	2,54	2,31	4,01	5,51	3,16	1,81	1,48	1,14
batata	-	-	-	-	2,43	1,89	2,15	1,92	2,18	1,43
café	44,37	40,78	40,8	32,54	28,58	12,2	12,45	11,43	4,84	12,81
cana-de-açúcar	0,28	0,48	0,34	0,8	0,43	0,39	0,95	0,67	0,67	0,51
feijão	2,17	1,39	0,95	2,31	0,87	0,44	0,57	1,52	1,28	1,12
milho	10,43	9,43	7,01	8,45	6,86	7,83	7,42	4,11	5,52	5,72
soja	5,14	11,54	14,8	24,56	25,87	30,91	32,45	27,81	25,14	24,28
trigo	5,01	4,95	7,48	4,48	12,62	19,51	23,14	18,32	21,38	15,74
outros	4,09	4,34	3,82	3,72	2,71	3,48	3,89	5,22	9,04	8,29
à cooperativas										
à própria	1,99	3,34	1,76	1,76	-	-	-	14,25	15,04	15,71
repasses	2,5	3,71	5,83	5,83	1,9	2,27	1,78	1,83	0,92	0,76
pecuária	5,72	5,54	5,59	5,59	4,4	10,77	5,79	5,33	7,28	6
aves	-	-	-	-	1,2	1,26	1,2	0,98	1,23	1,17
bovinos	2,54	2,47	2,18	1,88	1,09	6,9	2,14	1,59	1,89	1,83
ovinos	0,15	0,03	0,03	0,02	0	0,01	0	-	-	0
suínos	1,25	1,45	1,43	1,22	1,69	1,91	1,74	1,5	2,04	1,7
outros	1,45	1,35	1,19	1,42	0,37	0,67	0,7	0,88	1,11	0,75
à cooperativas										
à própria	0,14	0,04	0,37	0,18	-	-	-	0,41	1	0,75
repasses	0,18	0,2	0,42	0,2	0,04	0,03	0,01	-	0,01	0,01
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: BACEN/DERUR- Elaboração Fundação IPARDES, 1982.

¹⁴³Paraná: Economia e Sociedade. Fundação IPARDES, Curitiba, fev. 1982.,p.29.

mercado à indústria produtora de máquinas e insumos, além de propiciar aumentos nos níveis de produtividade da agricultura.¹⁴⁴ O mesmo ocorreu com a cultura do trigo durante a década de 70. Tais culturas garantiram

Ao observarmos essa tabela podemos notar que o café, que era o principal produto paranaense até 1960, tem sua participação reduzida de 1970-79 no que tange ao crédito de custeio concedido pelo Governo Federal de 44,37% para apenas 12,81%.

Por outro lado, a soja e o trigo que em 1970 utilizavam ,em conjunto, 10,15% do crédito de custeio, saltaram para 39,02% em 1979.

Desta forma, vemos que o crédito foi dirigido cada vez em maiores proporções para culturas modernas ou seja, que consomem mais equipamentos e insumos industriais.

O crédito de custeio apresentou grande percentagem de seu total dirigido à compra de produtos industriais. Em 1979, cerca de 40% dos gastos desse crédito eram destinados à compra de máquinas e equipamentos agrícolas, o que demonstra os benefícios trazidos por esse programa também ao setor industrial brasileiro.¹⁴⁵

Um outro fator importante a ser destacado foi que o rápido incremento da área cultivada de soja não conferiu um sentido monocultor à agricultura paranaense. O aumento da área cultivada de soja (2.115.789 ha) mostrou-se bem superior à redução da área cultivada de algodão, café e arroz (322.004 ha), indicando claramente que o incremento do cultivo da soja não se realizou em detrimento de outras lavouras. Apenas, a queda no rendimento de algumas culturas, por exemplo o feijão, indicou que progressivamente a expansão de áreas cultivadas deu-se em terras de pior qualidade e que, certas culturas menos rentáveis, foram sendo deslocadas de terras melhores para terras de qualidade inferior.

Analisemos, ainda, a tabela a seguir.

¹⁴⁵ Idem. Ibidem. p.33.

TABELA 07
PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA ÁREA CULTIVADA
NACIONAL, 1971-79.

	Milho (anos)			Feijão (anos)			Soja (anos)		
Estados	1973-1976-1979			1973-1976-1979			1973-1976-1979		
São Paulo	12,9*	11,1	9,2	6,4	6,2	9,2	4,8	6,4	6,6
Paraná	18,1	19	18	20,4	19,7	17,2	21,3	29	29,7
Rio Grande do Sul	15,9	14,1	14,8	5,8	4,5	4,2	64,6	52,8	58,3
Goiás	4,3	5,8	7,4	4,3	5,2	4,6	1,7	1,1	1,4
Mato Grosso	1,5	2	1,3	1,5	1,4	1,5	1,4	3,2	6,4

FONTE: FIBGE, 1980. APUD: Paraná: Economia e Sociedade, Curitiba, 1982, p.28.

* Os dados são percentuais do total (100%)

De acordo com tais dados, percebe-se claramente, que a expansão da soja não reduziu a importância da produção paranaense em nível nacional, mesmo quando se consideram os produtos adicionais, ou seja, o aumento da área plantada de soja não prejudicou as outras culturas desenvolvidas no Estado. Elas apenas foram deslocadas para áreas menores.

Percebe-se também, mediante os dados contidos na tabela, que, além da grande participação do Paraná na produção de milho, feijão e soja em nível nacional, existe uma distribuição mais homogênea das áreas ocupadas por esses produtos em nível estadual. Não existe, como no caso do Rio Grande do Sul, uma preponderância avassaladora de determinados produtos sobre os outros, como é o caso da soja frente ao feijão e ao milho.

Ademais, mesmo sendo a soja o carro chefe da modernização agrícola paranaense, isso não significou a estagnação de outras culturas; elas apenas se

modernizaram numa velocidade menor, o que demonstra a diversificação da agricultura do Estado.

Todavia, considerando que na década de 70 praticamente já não existiam mais terras não apropriadas legalmente no Paraná, poderia surgir a seguinte dúvida: Como foi possível a expansão da soja sem o deslocamento de outras culturas?

Isso ocorreu por causa da incorporação de áreas do interior, das propriedades que antes não eram produtivas ou que eram ocupadas com pastagens ou matas.

Ainda na década de 70, o Paraná deparou-se com uma grande concentração no que tange à estrutura fundiária.

Na década de 60, era grande o número de estabelecimentos agrícolas no Paraná. Os anos 70, por sua vez, assistiram a uma total inversão desse processo¹⁴⁶, fenômeno este que esteve associado ao próprio movimento de modernização da agricultura.

É sabido que existe uma tendência nos países capitalistas à concentração da propriedade fundiária, mas isso nos países mais avançados é, de certa forma, bloqueado pelo Estado, uma vez que há uma certa organização por parte de pequenos e médios produtores, uma união política entre eles no intuito de pressionar o governo a protegê-los contra o poder dos bancos¹⁴⁷. Desta forma, para controlar as crises sociais e políticas resultantes de tais movimentos, os governos estabelecem políticas agrícolas capazes de assegurar a sobrevivência desses proprietários, com medidas como: estabelecimentos de seguros contra as quebras de safras, garantia de renda mínima aos produtores, crédito agrícola, etc.

Já no Paraná, por sua vez, o processo de modernização impôs logo de início que os produtores manifestassem certas escalas mínimas de produção. Os pequenos e

¹⁴⁶ De acordo com o Censo Agropecuário do Paraná, 1970-75, observa-se que o número de pequenos estabelecimentos, até 20 ha, diminuiu em 76.000 unidades no Estado, entre 1970-75. Tal redução tem como contrapartida a expansão dos grandes estabelecimentos (acima de 500 há) cuja área total sofreu um aumento de 26,1% para 30,8% do total das áreas dos estabelecimentos, nesse período.

¹⁴⁷ Ver: SOUZA, Nali de Jesus: Desenvolvimento Econômico; Atlas, 4Ed/SP, 1999. cap.9.

médios produtores não contavam com recursos financeiros para a compra de máquinas e equipamentos e, ainda, precisavam cumprir tal norma.

O programa de crédito rural implantado no Brasil a partir de 1965, com o objetivo de modernizar a agropecuária brasileira e aumentar a produtividade, foi implantado no Paraná entre 1970 e 1979 como já vimos, com o mesmo intuito.¹⁴⁸

Todavia, ao exigir a terra como garantia dos empréstimos, a mesma sofreu um forte aumento de preço. Esta valorização tornou a aplicação de recursos financeiros em terras altamente vantajosa .

A exigência na prática da propriedade de terras para a obtenção de empréstimos tratou de eliminar pequenos produtores e arrendatários, os quais jamais teriam acesso ao crédito.

Ao mesmo tempo em que o programa de crédito do Governo Federal contribuiu para a redução do número de pequenas propriedades no Paraná, criou amplo mercado para o setor industrial produtor de máquinas e insumos agrícolas.

Com a modernização da agricultura, foram progressivamente sendo alteradas as relações entre a mesma, por um lado, e a indústria e o comércio, por outro. Foram pouco a pouco sendo eliminadas as cadeias dos intermediários comerciais¹⁴⁹ e a indústria foi estabelecendo relações de compra diretamente com o setor agrícola, enquanto os produtores rurais trataram de se organizar em cooperativas, como mecanismo de defesa frente à indústria e aos grandes comerciantes.¹⁵⁰

A própria organização da produção em cooperativas, visando a defesa da agricultura em suas relações com o comércio e a indústria, representando um nível mais elevado de racionalização da produção e permitindo um certo ordenamento da mesma nas áreas que influenciam, ajuda a comprovar o fato de que a agricultura paranaense se modernizou após 1970.

Concluindo esta parte da análise, o que encontramos no Paraná, após a intensificação do processo de modernização agrícola é um setor de proprietários, na grande maioria médios e grandes, que utilizavam tecnologia moderna e,

¹⁴⁸ Paraná: Economia e Sociedade., Fundação IPARDES, Curitiba, 1982, p.30.

¹⁴⁹ Exemplos de intermediários comerciais: - pequenos comerciantes, atacadistas comerciais e caminhoneiros.

¹⁵⁰ Idem. Ibidem.,p.36.

progressivamente, assumiam maior participação relativa no valor da produção total, e outro setor que se mantinha à margem desse processo, cuja participação no valor total da produção era decrescente, não só por seus baixos índices de produtividade, mas principalmente pela redução do número dos arrendatários e parceiros.

Observemos então a tabela a seguir, no intuito de analisarmos os efeitos do processo de modernização da agricultura na evolução do crescimento da população rural e urbana no Paraná.

TABELA 08

TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL, POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA, POR MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NO PARANÁ: 1970-1980.

MRH	PT 1970 -80	PUR 1970-80	PRU 1970-80
Curitiba	5,79	7,29	-3,6
Litoral Paranaense	2,02	3,02	-0,65
Alto Ribelra	0,37	2,84	0,11
Alto Rio Negro Paranaense	0,69	2,76	0,47
Campos da Lapa	1,2	2,66	-0,11
Campos de Ponta Grossa	3,31	4,58	0,17
Campos de Jaguariaíva	1,29	4,61	-0,28
São Mateus do Sul	0,83	6,21	-0,82
Colonial de Irati	0,1	3,17	0,07
Alto Ivaí	2,09	6,76	1,55
Norte Velho de W.Braz	-0,79	3,66	-2,53
Norte Velho de Jacarezinho	-2,48	2,33	-6,27
Algodoeira do Assai	-3,26	2,45	-5,98
Norte Novo de Londrina	0,3	4,71	-6,61
Norte Novo de Maringá	-0,18	5,1	-8,89
Norte Novo de Paranavaí	-1,55	3,12	-5,6
Norte Novo de Apucarana	-1,92	4,38	-4,99
Norte Novo de Umuarama	-2,87	3,9	-5,85
Campo Mourão	-2,7	5,35	-5,9
Pitanga	2,4	7,29	1,89
Extremo Oeste Paranaense	2,49	12,48	-2,33
Sudoeste Paranaense	1,57	7,62	-0,32
Campos de Guarapuava	4,53	9,78	-1,51
Médio Iguaçu	2,18	5,11	0,01
TOTAL DOS ESTADOS	0,97	5,97	-3,32
BRASIL	2,48	-	-0,61

FONTE: FIBGE. APUD: Economia Sociedade, Curitiba, 1982, p.66.

Na primeira coluna constam os dados referentes à evolução do crescimento anual da população total do Paraná, por microrregiões, de 1970-80; na segunda, os dados referentes à evolução do crescimento da população urbana do Estado e, na terceira, da população rural.

Observe-se que, com exceção das microrregiões de Curitiba, Campos de Ponta Grossa e Extremo Oeste de Campos de Guarapuava, todas as demais

microrregiões apresentaram taxas de crescimento populacional inferior àquela da média do Brasil, que foi de 2,4% na década. Nas regiões tradicionais do Norte, com exceção do Norte Novo de Londrina, cuja população apresentou pequeno crescimento absoluto, as demais microrregiões tiveram sua população reduzida, como resultado da modernização do campo. Os pequenos estabelecimentos agrícolas foram bastante atingidos pela modernização; pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, com poucos recursos, foram progressivamente eliminados da estrutura social dos campos paranaenses.

Vejamos ainda a tabela que segue:

TABELA 09
NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS DE ATÉ 50 HA
SEGUNDO A CONDIÇÃO DE SEUS RESPONSÁVEIS: 1970-1975

ANOS	arrendatários		parceiros		ocupantes		Total	
	Est.	%	Est.	%	Est.	%	Est.	%
1970	67.765	13,2	122.191	23,8	48.389	9,4	513.987	100
1975	47.389	11	79.263	18,4	42.383	9,8	431.814	100

FONTE: FIBEGE- Censo Agropecuário do Paraná –1970 e 1975

Observemos pelos dados do IBGE, como foram reduzidos os números de arrendatários e parceiros em extensões de terra de até 50 ha. Em 1970 era 13,2% o percentual de arrendatários, o qual caiu para 11% em 1975. Os parceiros foram reduzidos de 23,8% em 1970 para 18,4% em 1975. Apenas o número de ocupantes foi que apresentou um aumento pouco significativo de 0,4%. Agora, segundo o Censo Industrial do Paraná, aumentou o número de proprietários de terras no Estado em apenas 05 anos; de 53,6% em 1970 para 60,8% em 1975.¹⁵¹

Façamos uma retrospectiva dos fatos em sua seqüência para entendermos melhor as estas modificações:

Na década de 1960, o Governo do Paraná, principalmente através da renda gerada pelas exportações de café, pôde montar uma infra-estrutura adequada para a implantação da indústria (agroindústria) e utilizou-se dos estímulos oferecidos pela

¹⁵¹ Censo Agropecuário do Paraná- 1970-1975.

economia nacional (aumento do crédito rural) e internacional (bons preços dos produtos agrícolas no mercado externo), para tecnificá-la.

Com a implantação e a modernização da agroindústria do Paraná nos anos 70, ocorreu toda uma modificação na estrutura rural paranaense. Passa a imperar o grande produtor rural, que, com pleno acesso ao crédito oferecido pelo Governo Federal, uma vez que possuía grandes extensões de terra para dar como garantia do pagamento dos empréstimos, produz para vender diretamente para a indústria da qual adquire grandes quantidades de insumos e implementos agrícolas, modernizando ainda mais sua produção.

Os pequenos produtores e arrendatários, sem a mínima condição de estabelecer concorrência com estes, deixam os campos e as pequenas cidades agrícolas e passam a inchar as cidades onde as indústrias se instalaram, em busca de trabalho.

Ademais, a modernização da agricultura não provocou apenas mudanças na estrutura rural mas também nas cidades.

O novo tipo de indústria que se instalou no Estado, com a produção centrada em poucas empresas, com plantas mais produtivas, exercendo quase a totalidade do comércio e dos serviços ligados à agricultura, tratou de eliminar, através da concorrência, os antigos produtores industriais agora pequenos e frágeis, que produziam para consumo local, e os pequenos comerciantes.

Esses antigos agentes, com poucos recursos, mantinham suas atividades em pequenas cidades agrícolas. Na medida em que os serviços e a indústria passaram a concentrar-se em grandes companhias, provocaram o esvaziamento dos centros urbanos menores, enquanto algumas cidades (as que abrigavam as sedes das grandes companhias) passaram a crescer rapidamente, já que a mão-de-obra desocupada dos campos passa a buscar ocupação na indústria. Aqui já podemos notar claramente a existência de um processo de gradativa autonomização da indústria frente à agricultura.

Estudos do IPARDES constataram que: *“... a modernização da agricultura e o surto industrial do Paraná provocaram grandes transformações que se manifestaram no progressivo assalariamento dos trabalhadores.”*¹⁵²

¹⁵² Idem. Ibidem. P.67.

Nas cidades, o assalariamento era a forma dominante e, no campo, o fenômeno foi encoberto pelo fato de que a mecanização da lavoura dispensou grande número de trabalhadores, resultando em que a população diretamente ligada à agricultura tendeu a diminuir em termos absolutos.

Todavia, o emprego industrial não crescia a contento no Paraná para absorver toda essa demanda e, somado ao êxodo rural, resultado direto da modernização da agricultura, o Estado passou a se deparar com um processo de emigração de sua população para outros Estados, uma vez que não houve condições do Governo reter a população que saía do setor agrícola.

Tal processo migratório fez com que as questões sociais não se apresentassem de forma aguda no Estado, uma vez que os problemas dessa população menos favorecida migraram com elas para fora do Estado. Daí o fato da população favelada de Curitiba ser de apenas 30.000 pessoas, na década de 70, número muito baixo quando comparado às outras capitais brasileiras.¹⁵³

É certo que o Paraná cresceu industrialmente após os anos 70¹⁵⁴, como pudemos ver mediante os dados analisados, mas a distribuição dos benefícios do desenvolvimento foi desigual; a riqueza gerada beneficiou de forma desigual os distintos estratos da população. A renda interna do Estado entre 1970-80 cresceu 244%, o que sem dúvida representou altíssimas taxas de crescimento da população e da produtividade tanto da agricultura quanto da indústria. Para ilustrar tal fato, basta considerar os salários pagos pela indústria, setor que melhor remunera o trabalhador.

Nessa atividade, os maiores salários médios mensais, em 1975, eram os da Mecânica (2,39 salários mínimos da época), enquanto os mais baixos (indústria de Vestuário e Calçados) alcançavam 1,34 salário mínimo. Por outro lado, na mesma época (entre 1970 e 1975), das 19 principais indústrias do Paraná, 13 apresentaram elevação da relação lucro/salários.¹⁵⁵

¹⁵³ Dado coletado do IPARDES: Paraná- Economia e Sociedade. Paraná: Destaques econômicos. Curitiba 1982.

¹⁵⁴ Aquele desenvolvimento industrial que Padis afirmava ser difícil de acontecer mas que, se acontecesse, seria num futuro muito distante, não precisou mais que uma década para despontar.

¹⁵⁵ Idem. Ibidem., 1982.

Tais dados só vem a confirmar que apesar do Paraná ter crescido industrialmente a partir de 1970, a riqueza gerada beneficiou de forma desigual a população do Estado.

Esse foi o perfil que configurou a economia paranaense dos anos 70.

Ademais, o próprio setor agrícola, buscando um aperfeiçoamento, um aprimoramento nas técnicas de produção, aperfeiçoamento este incentivado grandemente pelos governos Federal e Estadual, desenvolveu um caráter modernizante e naturalmente criou uma dinâmica que lhe imprimiu uma tendência expansiva, não se conformando em manter suas características tradicionais e assumindo progressivamente as feições de uma agricultura modernizada, abrindo espaço para a formação de uma agroindústria e, logo, passando a desenvolver novos gêneros, ligados ou não às atividades agrícolas.

É claro que com toda essa mudança no perfil industrial do Estado, a forma de organização da produção também se modificou por completo. Analisemos, então, essa nova forma de organização da produção industrial do Paraná.

2.4-O surto industrial paranaense.

A década de 70, no Paraná, assistiu a uma grande transformação no que concerne ao crescimento industrial. Esse setor, de pouco dinâmico que era, veio a tornar-se o líder do crescimento econômico do Estado, promovendo uma alteração quantitativa em sua participação na geração da renda estadual, além de uma alteração qualitativa na natureza da economia paranaense, a qual deixou de ser uma economia essencialmente agrícola.

Observe-se a tabela a seguir:

TABELA 10

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES NA RENDA INTERNA DO PARANÁ: 1970-80.

Período	Agricultura		Indústria		Comércio		PIB	
	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil
1970 - 74	14,5	6,7	22,9	12,6	19,5	11,8	18,8	11,6
1974 - 80	2,4	4,6	17,8	7,3	14	5,2	9,9	6,6

FONTE: FUNDAÇÃO IPARDES IN: ANÁLISE CONJUNTURAL, AGO. 1982.

Peia tabela 10, podemos observar que o Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná cresceu a uma taxa média de 18% aa de 1970 a 1974, superando a taxa de crescimento médio de 11,6% aa do PIB brasileiro. De 1974-80 essa taxa de crescimento do PIB paranaense diminuiu para 9,9% aa. devido à crise que permeou a economia brasileira na década de 80 (como veremos no próximo capítulo) e também devido ao processo de emigração populacional que ocorreu no Estado; Porém, ainda assim, superou o crescimento do PIB nacional, que cresceu a uma taxa de 6,6% aa.

Observemos como os três setores (agricultura, indústria e serviços) no Paraná, superaram o Brasil em termos de crescimento durante a primeira metade da década de 1970.

O setor industrial paranaense superou o brasileiro: 22,9% do Paraná contra 12,6% do Brasil. O mesmo ocorreu com o setor de serviços (comércio): 19,5% do Paraná contra 11,8% do Brasil.

Com a agricultura não foi diferente. O setor agrícola paranaense cresceu 14,5% enquanto o brasileiro, como um todo, cresceu apenas 6,6%.

Mediante tais dados ainda podemos observar como a indústria e o comércio no Paraná, depois da década de 1970, passam a superar a agricultura em termos de participação na renda interna Estadual, em como a indústria, a partir da própria

modernização da agricultura, cresce e se autonomiza gradativamente frente ao setor agrícola.

Durante a segunda metade da década de 70, porém, podemos observar uma redução no ritmo de crescimento dos três setores no Paraná em relação ao Brasil, devido ao processo de emigração ocasionado pela insuficiente expansão do número de empregos nos setores da indústria e de serviços, necessários para absorver a grande massa populacional que deixavam os campos para se dirigirem às cidades, em busca de melhores salários. Observemos a grande queda no setor agrícola, fruto desse êxodo rural: de 14,5% de 1970-74, para 2,4% de 1974-80.

Embora a participação relativa dos setores serviços e indústria na renda interna do Paraná tenham caído durante o período de 1974-80, ainda caiu bem menos quando comparamos com a queda da participação da agricultura na renda interna estadual.

Analisemos ainda a tabela 11.

TABELA 11

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DO CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO POR CLASSES DE ATIVIDADES NO PARANÁ: 1970-1974/1974-1980.

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços	Total (%)
1970	25,17	16,62	58,21	100
1971	32,22	14,88	51,9	100
1972	30,71	18,1	51,19	100
1973	27,74	19,67	62,59	100
1974	30,04	19,41	50,55	100
1975	23,34	19,27	62,39	100
1976	19,19	22,31	58,5	100
1977	25,56	22,49	51,95	100
1978	19,44	27,26	63,31	100
1979	19,04	26,14	54,82	100
1980	18,53	28,07	63,4	100

FONTE: IPARDES in: *Análise Conjuntural*, ABR.1984

Comprovamos que, de um setor de menor importância, a indústria veio a superar a participação da própria agricultura na renda interna do Estado, a partir da metade da década de 70. Note-se que, a partir do ano de 1976, enquanto a agricultura representava 19,19% do total da renda interna do Paraná, a indústria já representava 22,31% da mesma e, a partir daí, tais números percentuais vieram a distanciar-se ainda mais, com exceção do ano de 1977, quando a agricultura veio a superar a indústria em 3,07% , no que tange à participação na renda do Estado.

Tal expansão foi verificada em todos os setores.

Observemos a tabela 12.

TABELA 12
CRESCIMENTO REAL POR SETORES NA RENDA INTERNA DO PARANÁ E DO
BRASIL (1970-75), EM %.

DISTRIBUIÇÃO	crescimento real				Participação do Pr no Br		
	1970-75	1970-75	1975-80	1975-80	1970	1975	1980
	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná			
Agricultura	92	185	43	11	12,3	18,3	11,3
Indústria	109	193	34	98	3	4,2	6,1
Serviços	75	128	54	38	5,5	7,1	6,4
TOTAL	87	153	46	36	5,5	7,4	6,9

FONTE: FGV E IPARDES, ANÁLISE CONJUNTURAL, FEV. 1982.

Observemos que a expansão da renda verificou-se nos 03 setores da economia estadual : agricultura, indústria e serviços.

Em termos de renda interna, a economia paranaense entre 1970-75 superou os índices da economia brasileira: 153% contra 87% nesses 05 anos.

A participação do Estado na renda brasileira cresce de 5,5% para 7,4% entre 1970-75. A queda para 6,9% entre 1975-80 é explicada pela própria desaceleração do ritmo de expansão da economia brasileira pós 1975 e pelo forte processo de emigração enfrentado pelo Estado, como antes já mencionamos. Esse desaquecimento pode ser observado também nos 03 setores tanto da economia estadual quanto nacional, no que tange à redução da renda interna.

A participação da agricultura paranaense na renda interna do país caiu de 18,3% em 1975 para 11,3% em 1980 ; a dos serviços caiu de 7,1% em 1975 para 6,4% em 1980. Os sintomas de crise na economia brasileira pós 1975 explica essa maior queda da renda do setor agrícola Estadual, quando comparada à queda da renda do setor de serviços.

Fato curioso foi que, a despeito do ritmo de desaceleração do crescimento da economia brasileira pós 1975, a participação da indústria estadual na renda interna do país sobe de 4,2% em 1975 para 6,2% em 1980, enfatizando mais uma vez seu aumento de importância frente à agricultura no Estado.

Observemos ainda que, em termos de crescimento real dos setores se 1975-80, o setor de serviços da economia brasileira superou o da economia paranaense; 54% contra 37% nesses 06 anos. A agricultura apresentou a mesma trajetória: 43% da brasileira contra 11% da paranaense.

A indústria paranaense, por sua vez, manteve uma elevada taxa de crescimento. Enquanto a indústria nacional cresceu 34% entre 1975-80, a paranaense cresceu 98%.

É lógico que ambas cresceram num ritmo menor, se comparadas à primeira metade da década de 1970, mas mesmo nesse período podemos notar que o ritmo de crescimento da indústria paranaense superou o ritmo de crescimento da indústria nacional (193% da paranaense contra 109% da brasileira).

Ademais, tal dinamismo da indústria paranaense não se compreende apenas pelos índices de crescimento, mas principalmente pelas transformações estruturais que ocorreram nos setores produtivos, como já mencionamos anteriormente. Isso nos mostra como a indústria foi se autonomizando gradativamente em relação à agricultura, chegando mesmo a superá-la.

Primeiramente, a agricultura paranaense se modernizou, estreitando suas relações com o setor industrial, não só como demandante de insumos modernos, máquinas e equipamentos agrícolas mas também como fornecedora de matérias primas industriais.

Em seguida, essa modernização, intermediada pelo setor financeiro, alterou as formas de organização, o perfil da produção, a estrutura fundiária e as relações de trabalho.

A indústria diversificou, apesar de permanecer ainda a especialização no processamento de produtos tradicionais (madeira, café, etc.), todavia em menor índice. Surgiram e ganharam importância novos setores como “Material Elétrico e de Comunicações”, “Química”, “Material de Transporte” e “Fumo”, o que caracterizou o gradativo processo de autonomização da indústria frente à agricultura.

Os gêneros tradicionais foram relativamente perdendo a importância para os novos gêneros industriais. O beneficiamento do café e da madeira que, em 1958, respondia por 68,9% do Produto Industrial (PI) do Estado, atingiu, em 1970, apenas 53,9%. Já em 1979, o valor da produção dos gêneros “Produtos Alimentares”, “Madeira” e “Óleos Vegetais” (do gênero Química), passaram a responder por somente 35,46% do total do Produto Industrial do Paraná.

Observemos a tabela 13.

TABELA 13
VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO
PARANÁ, SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS, 1970-1975-1979

GÊNEROS	1970 (%)	1975 (%)	1979 (%)
Extração e Transformação Minerais não Metálicos	8,51	7,55	7,34
Metalurgia	3,24	3,02	2,99
Mecânica	3,28	3,22	3
Material Elétrico e de Comunicação	0,54	1,57	2,72
Material de Transporte	1,76	0,86	0,77
Madeira	22,5	18,59	14,56
Mobiliário	3,89	2,83	2,51
Papel e Papelão	5,2	6,5	6,22
Borracha	0,78	0,37	0,19
Couros, Peles e Produtos Similares	0,84	0,52	0,32
Química	7,73	2,54	30,21
Óleos	-	4,33	3,87
Adubos e Fertilizantes	-	3,5	3,37
Produtos Farmacêuticos e Medicinais e Perfumaria, Sabões e Velas	0,75	0,18	0,16
Produtos de Matéria Plástica	1,22	1,52	1,85
Têxtil	8,46	2,64	2,18
Vestuário, Calçados e Artigos de Tecidos	0,52	0,59	0,59
Produtos Alimentares	23,67	29	17,03
Bebidas	2,98	1,93	2,3
Fumo	0,17	1,43	3,66
Editorial e Gráfica	3,14	0,75	0,64
Diversos	0,82	5,76	0,64
TOTAL	100	100	100

FONTE: FIBGE (dados montados pela fundação IPARDES, abr. 1982).

Os gêneros mais importantes, em 1970, eram “Minerais não Metálicos”, “Madeira”, “Papel e Papelão”, “Química”, “Têxtil” e “Produtos Alimentares”, os quais respondiam por 76,1% do valor da transformação industrial; já em 1975, podemos notar a queda na participação de alguns deles no que se refere ao valor da transformação industrial como “minerais não-metálicos”, que caiu de 8,5% em 1970

para 7,55% em 1975; a “madeira”, que cai de 22,5% em 1970 para 18,59% em 1975; a “química”, que cai de 7,3% para 2,54% e o “têxtil”, que caem de 8,46% para 2,64% na primeira metade da década de 70. Em 1979 continua a mesma tendência de queda, embora em proporções menores: o setor “minerais-não-metálicos” apresenta uma queda par 7,43% no valor adicionado estadual e a “madeira” para 14,56%. O “Têxtil”, diminuiu bastante sua participação, de 8,46% em 1970 para 2,18% em 1979.

A exceção foi a “Química”, que cresceu mais ainda : de 2,54% em 1975 para 30,21% em 1979.

Esse aumento da participação do setor “química” no valor Agregado da transformação industrial estadual se explica pela atuação da PETROBRÁS, gerando 18,9% do valor adicionado da indústria.¹⁵⁶ Os outros gêneros foram responsáveis por 75,4% do valor adicionado da indústria.

Essa tendência de queda no que se refere à participação dos setores tradicionais do Estado no valor adicionado da indústria paranaense, confirma, mais uma vez, que ela passou a depender cada vez menos da agricultura.

Vamos excluir então a participação da PETROBRÁS no setor químico, para tornarmos mais visíveis as alterações na estrutura produtiva estadual.

Observemos a tabela.

TABELA 14

PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS NO VA INDUSTRIAL DO PARANÁ, EXCETUANDO-SE A PETROBRÁS -1975-79.

GÊNERO	1975	1979
metalurgia	2,9	3,2
mecânica	3,8	4,8
mat. Elétrico e de com.	1,1	3
mat. De transporte	1	1,2
madeira	17,8	17,2
química	10,3	9,1
produtos alimentares	30,4	25

FONTE: SEFI- Sistema DEFC e CCE apud: PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE., p.44.

OBS: A não coincidência dos dados de 1975, em relação àqueles apresentados na tabela anterior, é devida à diferente classificação adotada pela SEFI e pelo IBGE, todavia, a tendência apresentada é a mesma.

Pelos números apresentados na tabela fica evidente a queda de importância relativa dos gêneros tradicionais na indústria paranaense (madeira, química e

¹⁵⁶ Ver: PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE. IPARDES, Curitiba, 1982, p.44.

produtos alimentares), já que a participação relativa dos três, em conjunto, cai de 58,5% em 1975 para 41,7% em 1979.

Por outro lado, gêneros de recente presença no Estado como Metalurgia, Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações e Material de Transportes, no curto espaço de tempo de 06 anos saltam de 8,8% para 12,2%, sendo que no gênero Material de Transportes ainda não aparece a produção da Volvo do Brasil S/A.

Tais dados tornam claras as transformações na estrutura produtiva no Estado.

Observemos ainda as transformações na estrutura interna dos gêneros industriais tradicionais depois de 1975.

TABELA 15
PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NOS GÊNEROS MADEIRA, PAPEL E PAPELÃO, QUÍMICA, PRODUTOS ALIMENTARES E MATERIAIS NÃO-METÁLICOS NO PR. (1975-79).

GRUPOS	1975	1979
MADEIRA	100	100
Serrarias	50,7	43,3
Resserrados	18,3	15,9
Aglomerados	8	9,1
Chapas	13,6	15,6
PAPEL E PAPELÃO	100	100
Papel	78,8	73,1
Pasta Mecânica	3,7	2,4
Fabricação de Celulose	0,9	4
Fabricação de Papelão	6,4	11,1
Cartolina e cartão		
Fabricação de embalagens e papel para embalagens	1	3,1
QUÍMICA	100	100
Combustíveis e lubrificantes	0	75,6
óleos vegetais	34,7	4,5
Óleos e essências vegetais	12,2	1,3
Adubos, fertilizantes e corretivos	35,3	13,1
PRODUTOS ALIMENTARES	100	100
Benef. De café, cereais e afins	28,2	12,4
Moagem de trigo	2,1	2
Café Solúvel	8,1	14
Frigoríficos	9,5	15,1
Açúcar	14,6	8,7
Óleos refinados	12,1	19,6
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	100	100
Cal virgem	9,3	5,6
Telhas, lajotas, tijolos, etc.	33,8	30,3
Cimento	35,8	34,1
Artigos de ciment.e fibrociment.	12	2,5

FONTE: IPARDES. Estudo para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981.

Vejam os grupos que perderam importância no ramo da “madeira”, os grupos Serrarias e Resserrados: 69% para 63,2% de 1975 para 1979; e como ganharam importância grupos como Aglomerados e Chapas, que passaram de 21,6% em 1975 para 24,7% em 1979. Disto, já podemos concluir que ganharam importância as etapas industriais que implicam em maior elaboração da matéria-prima.

No ramo da “Química”, a presença da PETROBRÁS alterou substancialmente sua composição. Assim, perdeu rapidamente sua importância relativa a produção de óleos vegetais, adubos, fertilizantes e corretivos, ou seja, subgrupos que eram essencialmente agroindustriais. Passaram a ganhar maior importância os subgrupos ligados à petroquímica (combustíveis e lubrificantes) que passaram de uma produção inexistente (0,0%) em 1975 para 75,6% em 1979.

Na pauta dos produtos alimentares, subgrupos como beneficiamento de café, cereais e afins assinalaram tendência de queda entre 1975 e 1979, enquanto ganhou importância a produção de café solúvel, óleos refinados e frigoríficos.

No que tange ao gênero “Minerais-não-metálicos”, perderam importância relativa os subgrupos de atividades mais rudimentares (olarias) e os produtos mais elaborados vão ganhando posição de destaque (artigos de cimento e fibrocimento).

Tais constatações demonstram que o aparelho produtivo estadual depois da década de 1970 não apenas se diversificou pela incorporação da produção de novos gêneros, como também foi marcado por um desenvolvimento qualitativo dos gêneros tradicionais do Estado, através do avanço no grau de elaboração das matérias-primas.

Ainda, as transformações ocorridas na estrutura industrial pós década de 70 não se limitam apenas ao aparecimento de novos grupos industriais e à modificação dos grupos tradicionais. Outra importante mudança diz respeito ao desenvolvimento de um processo de relações interindustriais no Estado.

De acordo com o IPARDES, em estudos realizados em 1974, com base no Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), referente à Região Metropolitana de Curitiba, foram detectados 42 fluxos de compras e vendas entre as indústrias.

“Em 1980, em pesquisa realizada em apenas 37 empresas da Metal Mecânica da Cidade Industrial, foram registrados 66 fluxos. Assim, apesar do trabalho de 1974 referir-se a todas as indústrias de Curitiba, o que implica, evidentemente, em um universo maior de empresas, aparecem 24 fluxos a mais em

*relação ao primeiro estudo. Estes dados atestam que, apesar de incipiente, começa a aparecer a tendência à interação do aparelho industrial.”*¹⁵⁷

Temos como exemplo dessa nova modalidade de comércio incipiente as compras de matérias-primas e componentes da Metal-Mecânica da Cidade Industrial de Curitiba, as quais ainda eram realizadas basicamente no mercado industrial paulista. De acordo com o IPARDES, (in: Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná, Curitiba, 1981, p.46,) das 37 empresas pesquisadas, 28 tinham como principal fornecedor de matérias-primas o parque industrial paulista e 20 abasteciam-se de componentes também em São Paulo.

Na verdade, a despeito do pagamento dos fretes pagos pelo transportes desses componentes de São Paulo ao Paraná, o custo de se comprar em São Paulo ainda era menor do que o custo de se produzir e comprar no próprio Paraná no início da década de 1980.

O próprio Paraná apareceu como fornecedor principal de apenas 02 empresas no tocante a matérias-primas, e de 06 no que se refere ao abastecimento de componentes, dados estes que atestam que, em relação às compras e vendas de matérias-primas e componentes industriais da Metal-Mecânica, o aparelho produtivo do Paraná, na década de 1980, ainda se relacionava basicamente com o mercado paulista.

Mesmo com relação às vendas, eram predominantes as empresas (15 delas) que dirigiam sua produção ao mercado paulista, mas nessa área depois da metade da década de 1980 começa a ganhar importância o mercado local, já que 14 empresas passaram a vender principalmente no próprio Paraná e apenas 11 destas continuavam a ter seus principais mercado em outros Estados ou no exterior.¹⁵⁸

Essa tendência ao desenvolvimento de relações no interior da estrutura industrial paranaense prova, mais uma vez, a crescente produtividade industrial do Estado, implicando numa importante transformação do padrão de crescimento industrial do Paraná.

¹⁵⁷ PARANÁ- ECONOMIA E SOCIEDADE., 1982, P.46.

¹⁵⁸ IPARDES: Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná., Curitiba, 1981, p.45.

Outra grande transformação ocorrida no setor industrial do Estado nos anos 70 foi aquela relacionada às formas de organização da produção industrial.

Até 1970, as empresas paranaenses, com poucas exceções, caracterizavam-se por suas reduzidas escalas de produção, por sua tecnologia rudimentar, bem como por abastecerem normalmente mercados locais. Existia grande número de empresas em todos os gêneros industriais e a concorrência entre elas dava-se em igualdade de condições, uma vez que não havia grandes disparidades entre suas escalas de produção, padrão tecnológico e capacidade financeira.

A década de 70, por sua vez, alterou radicalmente tal quadro, já que começou a surgir no Paraná a grande empresa moderna, com ampla escala de produção e altos índices de produtividade. É lógico que, como conseqüência, esse novo tipo de empresa passou a ter condições de concorrer tanto no mercado nacional, quanto no internacional.¹⁵⁹ . Apesar de não deixarem de existir pequenas e médias empresas, as mesmas passaram a ter reduzida participação individual no valor agregado total de cada gênero industrial pois, com tecnologia menos avançada, poucos recursos financeiros e índices de produtividade mais baixos, não tinham como concorrer com as grandes empresas locais ou de outros Estados.

Em pesquisa realizada na Cidade Industrial de Curitiba sobre este setor, em 1980, o número médio de concorrentes por empresa era de apenas 2,5.¹⁶⁰

Tal processo de concentração da produção é bastante complexo e está relacionado com a penetração no Paraná de capitais estrangeiros e/ou com origem em outros Estados do Brasil. Nas 37 primeiras indústrias da Metal-Mecânica da cidade de Curitiba, 19 eram constituídas por capitais estrangeiros e 5 por capitais originários de outros estados do país; apenas 13 empresas eram de capitais paranaenses.¹⁶¹

Ainda, as empresas estrangeiras apresentavam maiores escalas de produção, já que nelas, apesar de avançadas técnicas, o número médio de trabalhadores era de 283, ao passo que este número, nas paranaenses, era de 96.¹⁶²

¹⁵⁹ PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE. IPARDES, Curitiba, 1981, p.47.

¹⁶⁰ Fundação IPARDES: Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná, 2º fase, Curitiba, 1978, p.175.

¹⁶¹ Idem. Ibidem., p.176.

¹⁶² Idem. Ibidem., p.176.

Como exemplo podemos citar a Volvo, New Holand, Philip Morris, Bosh, Klabin, etc.

Essas transformações na estrutura industrial do Estado provocaram, ao longo dos anos 70 e 80, um acelerado processo de migração rural para os centros urbanos do Estado bem como para outros Estados, de pessoas atraídas pelas propostas de melhores salários (muitas vezes ilusórias) que essas empresas ofereciam. A participação da população urbana em relação à população total do Estado, cresceu de 36,1% em 1970, para 58,6% em 1980. Ainda, o mercado de trabalho urbano se mostrou bastante dinâmico em função do acelerado crescimento da indústria de transformação, da construção civil e do setor terciário, para os quais Padis não via a menor possibilidade de desenvolvimento.

Em contrapartida à concentração industrial em reduzido número de empresas no Paraná, podemos observar ainda a progressiva concentração espacial da mesma a partir de 1970.

Antes dessa década, era mais uniforme a distribuição do valor da produção industrial entre as diversas cidades do Estado. O típico era a existência de pequenas e médias empresas operando em mercados locais.

Todavia, tal configuração, pós 1970, sofreu uma inversão; com o surgimento das grandes empresas, a produção não somente se concentrou em poucas plantas industriais, como também passou a se estabelecer em poucas cidades.

Observemos a tabela de número 16.

TABELA 16
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA PARANAENSE,
SEGUNDO MICRORREGIÕES : 1975-1979.

Microrregião	1975 Valor adicionado (R\$ mil)	1975 % do total	1979 Valor adicionado (R\$ mil)	1979 % do total
Curitiba	3.883.123	32,3	52.082.141	52,7
Lit. paranaense	183.570	1,5	1.997.519	2
Alto Ribeira	2.354	0,4	395.854	0,4
Alto Rio Negro Pr.	193.634	0	61.768	0
Campos da Lapa	1.881.627	1,6	1.100.716	1,1
Camp. Ponta Grossa	61.370	15,6	10.289.883	10,4
Camp. De Jaguariaíva	30.418	0,5	276.283	0,2
São Mateus do Sul	120.483	0,2	139.554	0,1
Colonial de Irati	9.456	1	779.234	0,7
Alto do Ivaí	13.298	0	60.792	0
Norte v. de Venc. Braz	255.385	0,1	68.021	0
Norte n. de Jacarezinho	455.385	3,7	2.742.012	2,7
Algoeira de Assaí	105.708	0,8	690.746	0,6
Norte v. de Londrina	1.742.495	14,5	9.459.708	9,5
Norte n. de Maringá	841.563	7	3.574.526	3,6
Norte nvs. De Parvaí	254.575	2,1	578.408	0,5
Norte n de Apucarana	207.172	1,7	1.638.248	1,6
Norte nvs. de Umuarama.	195.193	1,6	1.228.183	1,2
Campo Mourão	153.114	1,2	1.067.646	1
Pitanga	29.844	0,2	75.170	0
Extr. Oeste par.	499.450	4,1	3.496.110	3,5
Sud. Paranaense	194.468	1,6	1.143.754	1,1
Camp. De Guarapuava.	438.293	3,6	3.187.544	3,2
Médio Iguaçú	450.450	3,7	2.668.906	2,7
TOTAL	12.008.607	100	98.802.804	100

FONTE: SEFI/ Sistemas DEFC. Participação no valor agregado total.

Observemos que Curitiba, Ponta Grossa e Londrina, respectivamente, correspondem juntas a 62,7% do valor agregado da indústria em 1975 e a 72,6%, em 1979. Nesse ano, só Curitiba participou com 52,7% do valor agregado industrial do Estado.

Observemos agora, cidades típicas do interior como Apucarana, Umuarama e Campo Mourão que, em 1975, participaram respectivamente com 1,7% , 1,6% e 1,2% do valor adicionado industrial do Estado, somando, juntas, 4,6% do valor adicionado industrial do Paraná em 1970 e que, em 1979, a participação das mesmas, como um todo, correspondeu a 3,8% do valor industrial paranaense.

As cidades do interior do Estado permaneceram baseando suas atividades nos gêneros tradicionais da agroindústria e o fator determinante para a localização desse

tipo de indústria no interior era a proximidade dos centros produtores de matérias-primas.

Já as indústrias não tradicionais foram progressivamente concentrando-se em Curitiba, onde avançou principalmente a Metal-Mecânica, ou seja, “Material de Transporte”, “Material Elétrico e de Comunicações”, “Mecânica” e “Metalurgia”.

Das 159 empresas existentes em Curitiba em 1980, 59 já se dedicavam à produção Metal-Mecânica.

Na verdade, poderíamos olhar a Metal-Mecânica paranaense como um embrião da indústria de bens de capital no Estado, concentrando a produção em poucas plantas e se estabelecendo em poucas cidades, dentre as quais podemos destacar Curitiba, Ponta Grossa e Londrina, gerando grandes concentrações demográficas nas cidades em que se instalavam, da mesma forma como ocorreu no Brasil.

Nos deparamos aqui com uma nova vertente da industrialização paranaense dada pelas indústrias da Metal-Mecânica que diretamente não se relacionam com a agricultura.

Todas as análises sobre a economia paranaense até a década de 1970 a apontavam como periférica, primeiro do exterior e depois de São Paulo, uma vez que se constituía num Estado tipicamente agrícola, cuja renda gerada pela exportação de seus produtos era, a princípio, transferida para o exterior mediante a compra de produtos manufaturados e, depois, para São Paulo, pólo industrial nacional, contribuindo, através de seu grande montante de importações, para financiar o próprio processo de industrialização do mesmo, como já analisamos no capítulo anterior.

Ora, se ser um Estado periférico é não lograr um setor industrial, ou ainda, é se submeter à produção primária e a ser uma economia totalmente subsidiária do centro dinâmico, o que podemos observar após a década de 1970 é uma verdadeira mudança dessa tendência. É um Estado que se aproveita da boa fase da economia brasileira pós 1970 e da infra-estrutura montada na década de 1960, para desenvolver um mercado interno e estabelecer a indústria, que, de um setor de importância bem menor se comparado com a agricultura, passa a superar a própria participação da mesma depois da década de 70.

CAPÍTULO III

3- O processo industrial recente.

3.1-O Paraná na década de 1980.

Como observamos no capítulo II, no curso dos anos 70 a economia paranaense ingressou numa etapa de expressiva expansão aproveitando o quadro bastante favorável da economia nacional, quando se elevou a taxa de inversão, somada a algumas vantagens internas como: a) - a disponibilidade de infra-estrutura adequada (rodovias, ferrovias, portos marítimos, energia elétrica, rede de

armazenagem pública etc.); b) - a existência de mecanismos institucionais de estímulo à atividade produtiva, a saber: o Banco de Desenvolvimento do Paraná BADEP e o Fundo de Desenvolvimento Estadual FDE e; c) - a existência de uma agricultura dinâmica capaz de responder rapidamente às políticas de incentivo, solidificando cada vez mais a associação agricultura-indústria e abrindo espaço para o surgimento de novos setores, devido à tendência de diversificação dos gêneros industriais.

Todavia, no início da década de 80, o quadro conjuntural da economia nacional é totalmente modificado; o país passa a ter que conviver com uma grande recessão. Na verdade, todo o contexto da economia nacional dos anos 80 foi marcado por períodos de declínio da atividade econômica; num quadro mais geral, poderíamos dizer que foi marcado pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento e do padrão de financiamento que prevaleceram até os anos 70.

A tentativa frustrada de uma reedição do “Milagre Econômico” pelo governo Figueiredo, o II Choque do petróleo (1979) e a Moratória Mexicana (1981), levaram a economia brasileira a uma forte recessão; o país passou a conviver com a ausência de um equacionamento para as dificuldades que impediam a retomada auto-sustentada do crescimento.¹⁶³

Para completar o quadro crítico dessa década, os problemas decorrentes da dívida externa se avolumaram, coexistindo com as crises das finanças públicas e limitando seriamente a capacidade de investimento público, completando-se pelo imobilismo e a falta de orientação às inversões produtivas do setor privado, o qual pôde contar apenas com os ganhos especulativos do setor financeiro.

No que se refere à indústria brasileira, essa década foi marcada por dois períodos distintos: 1- Uma profunda crise entre 1981-83, consequência de uma política econômica recessiva adotada pelo governo Federal que provocou uma significativa redução no ritmo de atividade econômica e um arrocho nos salários sem precedentes, afetando de forma de forma mais intensa as indústrias de bens de

¹⁶³ Para uma análise mais detalhada da economia brasileira na década de 1980, ver: LACERDA Antônio Corrêa, BOCHI João Ildebrando, REGO José Marcio, BORGES, Maria Angélica e MARQUES, Rosa Maria: Economia Brasileira. Saraiva, SP, 2000.

consumo duráveis e de bens de capital.¹⁶⁴ Durante este período, a produção industrial brasileira caiu 10%, com uma retração de 26,3% e 19% nos segmentos de bens de consumo duráveis e bens de capital, respectivamente.¹⁶⁵ 2- Um período de recuperação iniciado em 1984, sustentado principalmente pela exportação de bens intermediários, continuado em 1985 pelo desenvolvimento do mercado interno, promovendo novamente um aumento nas taxas de crescimento do PIB brasileiro.

A despeito da crise que marcou a economia brasileira na década e 1980, o impulso do intenso dinamismo do final dos anos 70 ainda conseguiu projetar-se na década de 80 em alguns setores industriais, contribuindo para que a economia brasileira viesse a apresentar, apesar dos fatores de crise, um razoável desempenho médio nessa década.

Na verdade, durante a década de 80, o Brasil foi um dos poucos países da América Latina a conseguir mostrar um desempenho médio positivo do seu Produto Interno Bruto, a saber, 2,9% a.a.¹⁶⁶

Em nível setorial destacaram-se:

1- Os planos e programas da Petrobrás no tocante à extração de petróleo e o do Proálcool;

2- Segmentos prioritários do BNDES, configurando um plano de avanço em setores-chave como a própria microeletrônica (vinculada à informatização da produção), alguns bens de capital (mecânica leve e máquinas agrícolas) e insumos básicos (minerais não-metálicos, siderurgia, metalurgia dos não-ferrosos) e Papel e Papelão;

3- Investimentos na ampliação da capacidade em alguns segmentos voltados à exportação, bem como ao processo de reestruturação agroindustrial;

4- A agropecuária e a agroindústria, especialmente em carnes, soja e suco de laranja, ainda bastante competitivas no plano internacional;

¹⁶⁴ Para compreensão mais detalhada dos efeitos da crise nesses setores, ver: TAVARES, Maria da Conceição e DAVID, Mauricio Dias. *A Economia Política da Crise: - Problemas e impasses da política econômica brasileira*. Vozes, RJ., 1982.

¹⁶⁵ OP. Cit. , p. 135.

¹⁶⁶ ANÁLISE CONJUNTURAL, V13, n. 7-8, p.17, jul/ago. 1991.

5- Parte da indústria de bens intermediários, priorizada pelo BNDES, ainda competitiva no mercado internacional, mesmo considerando certo atraso tecnológico; e

6- A competitividade externa apresentada pela economia nacional, constituindo, em alguns momentos (especialmente no período de 1983-86), um fator de dinamismo do produto e da renda.¹⁶⁷

Em suma, foram poucos os segmentos a demonstrarem algum impulso nos anos 80, ao passo que as crises determinaram a elevação dos níveis de ociosidade em diversos setores.

Mas, em se tratando da economia paranaense da década de 80, que acabara de dar um salto quantitativo no que se refere ao crescimento industrial, alterando toda a sua estrutura econômica: como se viu ante essa crise? Quais os efeitos da mesma sobre economia paranaense?

Vejamos:

TABELA 17

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB NO PARANÁ E NO BRASIL : 1970-89 (EM%)

unidade	1970-81	1980-84	1985-87	1987-89	1980-89
Paraná	13	3,7	7,8	7,6	5,7
Brasil	8,6	1,3	4,4	2,2	2,8

FONTE: IBGE, IPARDES: apud: Análise Conjuntural, jul/ago. 1991.

Mediante os dados contidos na tabela 17, podemos observar que, mesmo dentro desse contexto de crise, a economia paranaense apresentou um desempenho bem mais favorável que o nacional.

Recordemos que esse crescimento superior do PIB paranaense em relação ao brasileiro na década de 1970 (13% contra 8,6%), se deu pela existência de uma

¹⁶⁷ Idem. Ibidem., p.19, jul/ago. 1991.

agricultura dinâmica capaz de responder rapidamente às políticas de incentivo em nível nacional (expansão do crédito agrícola –1965), e graças às vantagens internas como a disponibilidade de infra-estrutura adequada, montada no decorrer dos anos 60 no Paraná (ferrovias, rodovias, energia elétrica, porto marítimo e rede de armazenagem pública), bem como à existência de mecanismos institucionais de estímulo à atividade produtiva no Estado (CODEPAR, BADEP e FDE).

Esse maior crescimento das taxas anuais do PIB do Paraná em relação ao PIB do Brasil pós 1980 contrariou as expectativas dos estudiosos do Paraná, os quais previam que o Estado seguisse a mesma tendência de queda na taxa de crescimento dos setores industrial, agricultura e serviços, observada no Brasil durante esse mesmo período.

O esperado para a economia paranaense dentro desse contexto era que a ela seguisse a mesma trajetória recessiva do Brasil e, ainda, com maior intensidade. Os estudiosos de economia regional, em geral, afirmavam que a crise limitaria seriamente o crescimento da indústria estadual, barraria o processo de diversificação dos setores tradicionais iniciado nos anos 70 e “agiria como um freio” ao surgimento de novos setores industriais no Estado.

“A hipótese inicial no Estado, era de que a crise, ao reduzir o nível de emprego e a massa de salários, afetaria principalmente os setores tradicionais da economia paranaense e agiria como um freio à modernização dos ramos industriais mais novos.”¹⁶⁸

No entanto, ao contrário do que fora esperado pelos estudiosos, a base produtiva do Estado ganhou um forte dinamismo, elevando sua contribuição na renda interna do país de 5,5% em 1970 para 6,4% em 1980 e para 6,9% em 1985¹⁶⁹ como mostram as estatísticas do IPARDES.

É certo que a economia estadual não cresceu às mesmas taxas da década de 70, uma vez que seria impossível ao Estado não sentir os reflexos da crise nacional. Porém, apesar de ter ocorrido na década de 1980 uma desaceleração daquela

¹⁶⁸ IPARDES: Análise Conjuntural. Adaptação Estrutural da economia brasileira e seus reflexos no Paraná. Curitiba, jun. 1986, p.03.

¹⁶⁹ IPARDES: Análise Conjuntural. Economia paranaense – Desempenho recente e cenários de curto prazo. Curitiba, abr. 1991., p. 01.

tendência de forte expansão da base econômica estadual verificada nos anos 70, fato bem típico de tempos de crise, ainda assim a economia paranaense conseguiu registrar moderado dinamismo, crescendo a taxas superiores às da economia brasileira.

Em outros termos, apesar de acompanhar as tendências de instabilidade em nível nacional, o Paraná não sentiu tanto a perversidade dos anos 80 e aproveitou essa vantagem em relação à economia brasileira, que sofreu duramente com a crise, para se firmar ainda mais como um Estado industrial, contrariando todas as expectativas pessimistas. Mas, como isso foi possível? Qual explicação podemos dar para esse acontecimento, visto até então pelos estudiosos da história e da economia regional, como impossível?

Na verdade, essas maiores taxas de crescimento do PIB do Paraná em relação ao PIB do Brasil, só foram possíveis devido a dois fatores: Em primeiro lugar, dada a sua estrutura diferenciada da nacional, ou seja, de São Paulo, ainda existindo de certa forma considerável número as atividades agroindustriais em relação aos novos setores industriais que surgiram durante a década de 70 (embora tais atividades existissem em números bem menores quando comparadas ao período pré 1970, como já vimos anteriormente); e em segundo lugar, porque já havia toda uma base industrial montada na década de 1970, que se projeta para a década de 1980, na qual que ocorre uma verdadeira reprodução ampliada dos investimentos na indústria paranaense e esta passa a superar a própria participação da agricultura na renda gerada pelo Estado.

Explicaremos mais detalhadamente essas nossas duas conclusões quanto ao Paraná ter sentido menos do que o Brasil como um todo, os efeitos da crise da economia nacional nos anos 80:

No que tange à primeira conclusão, quando mencionamos que a estrutura diferenciada do Paraná em relação a São Paulo foi um dos dois motivos que contribuíram para que o mesmo sofresse menos os efeitos da crise da economia nacional do que o Brasil, uma vez que ainda existia na região considerável número de atividades agroindustriais na década de 1970, formamos o seguinte pensamento, baseando-nos na Teoria dos Preços Agrícolas: Num período de recessão, em qualquer economia, a massa de lucros tende a cair mais rapidamente que a massa de

salários, o mesmo ocorrendo com os preços das matérias-primas, que caem bem mais rápido do que os preços dos demais produtos. Conseqüentemente, a demanda de bens de consumo, principalmente não-duráveis, devido aos preços menores, tende a cair menos que a demanda de bens de capital, fazendo com que os efeitos negativos da recessão sejam sentidos com menor intensidade nas indústrias produtoras de bens de consumo.¹⁷⁰

Por outro lado ainda, dada a maior competitividade no interior do setor agrícola, os preços das matérias-primas de origem agropecuária tendem a cair mais do que os demais. Assim, os custos primários dos produtos agroindustriais pressionam os preços para cima com maior intensidade, assegurando a realização do produto com razoáveis margens de lucro, mesmo diante de uma demanda mais débil.

Tais considerações, embora teóricas e portanto gerais ajustaram-se perfeitamente ao caso do Paraná e ajudaram a explicar o comportamento destoante de sua indústria face à indústria nacional na crise.

No caso do Paraná, foi justamente sua estrutura industrial, que ainda contava com a forte presença das indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis na década de 1970, quem funcionou como barreira aos efeitos negativos da recessão na década de 1980, fazendo com que eles não se manifestassem ali com tanta intensidade, contrariando as expectativas de que a crise, afetando os setores tradicionais do Estado, agiria como um freio à modernização.

A indústria paranaense, embora dependendo bem menos do setor agrícola na década de 1980 do que nas décadas anteriores, ainda sustentava uma agroindústria forte. Desta forma, como num típico período de crise, os preços dos produtos oferecidos pelo setor produtor de bens de consumo não-duráveis caíram mais do que os preços dos produtos do setor de bens de produção e, logo, a demanda efetiva pelos primeiros caiu menos em relação ao segundo, o que refletiu em uma queda também menor da renda e dos salários nesse setor e também no Estado como um todo.

Ademais, foi justamente essa estrutura industrial do Paraná, ainda marcada pela presença da agroindústria, que funcionou como barreira, fazendo com que os

¹⁷⁰ VER: Furtado Celso: Teoria e política do Desenvolvimento Econômico. Nacional, SP., 1967.

efeitos da recessão se manifestassem com menor intensidade no Estado do que no país como um todo.

No que se refere à segunda conclusão, formamos nosso pensamento da seguinte maneira: (Deixemos claro que para entendermos melhor a seqüência de idéias, nos remeteremos a pontos já antes mencionados no capítulo anterior).

Observamos que, quando o Paraná conseguiu montar uma infra-estrutura básica para implantar a indústria na década de 1960 ele o fez, principalmente, graças à renda gerada pelo setor cafeeiro Estadual. A indústria implantada no Estado era tipicamente manufatureira de produtos agrícolas (agroindústria). Durante a boa fase da economia brasileira, quando o governo passa a oferecer incentivos aos produtores rurais com o intuito de aumentar as exportações devido aos bons preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, o que surgiu foi uma total modificação na área rural do Estado.

Os grandes produtores, ou seja, aqueles que possuíam vastas extensões de terra tinham acesso garantido ao crédito rural do governo, pois a posse de terras servia como garantia do pagamento dos empréstimos. Porém, os pequenos produtores e os arrendatários, que não podiam oferecer a mesma garantia aos empréstimos do Governo, ficaram impossibilitados de produzir.

Mesmo que conseguissem ainda continuar produzindo, não poderiam concorrer via preço com os grandes fazendeiros que, com o dinheiro do crédito concedido pelo Governo, procuravam tecnificar a agricultura a qual veio a modernizar-se, auferindo grandes índices de produtividade e proporcionado ao grande produtor a venda de sua produção a preços mais acessíveis, quando comparado ao preço da produção do pequeno produtor.

A importância da tecnificação da agricultura foi essencial para a implantação, no Estado, das indústrias fornecedoras de insumos para a agricultura, tais como, as indústrias de fertilizantes, defensivos agrícolas, fabricação de tratores e colheitadeiras, etc.

Logo, esses pequenos produtores rurais, bem como os arrendatários, em busca de salários maiores passam a buscar trabalho nas indústrias que forneciam insumos à agricultura. Deixam gradativamente os campos e começam a inchar as cidades onde essas indústrias estavam situadas.

Era óbvio que tais indústrias por não serem muitas a princípio, não puderam absorver toda essa grande massa populacional que deixava os campos em busca de melhores salários, o que causou uma emigração desta população para outros estados.

Conforme a agricultura ia se modernizando, tanto mais o Estado atraía novos tipos de indústrias como: indústrias que fabricavam certos tipos específicos de peças para os tratores e colheitadeiras utilizados na agricultura, indústrias fabricantes de frizeres para os frigoríficos, etc.

O que pudemos observar é que a modernização da agricultura, além de proporcionar o crescimento da indústria no Paraná, contribuiu para gerar um processo de reprodução ampliada de investimentos dentro desses novos setores industriais e estes começam a crescer e se diversificar de tal forma, que a indústria acabou superando a participação da própria renda gerada pela agricultura no Estado no decorrer dos anos 70. Quanto mais a agricultura e agroindústria se tecnificavam e modernizavam, no sentido de aumentarem cada vez mais seus índices de produtividades, tanto mais surgiam novos setores industriais para produzir os implementos dos quais elas necessitavam.

Esses setores novos que surgiram para atender a demanda da agricultura e da agroindústria também foram se modernizando conforme aqueles se modernizavam, carecendo que novos setores ainda surgissem para supri-los dos equipamentos de que necessitavam, provocando uma verdadeira reprodução de investimentos.

Desta forma, mesmo que os preços dos produtos industrializados tenham caído menos do que os preços dos produtos primários no Paraná e no Brasil como um todo durante a década recessiva de 1980, a presença de setores agroindustriais no Paraná durante essa década, permitiu geração razoável de renda nesses setores, embora menores do que na década anterior, mas de suma importância para a não estagnação dos setores industriais do Estado.

A renda gerada pela venda dos produtos agroindustriais do Paraná garantiu a absorção dos produtos ofertados pelas indústrias fornecedoras de insumos e implementos para a agricultura, localizadas também no Paraná.

Os custos dos transportes, bem como os preços dos produtos importados tornavam completamente inviáveis as aquisições desses implementos de outros

Estados e/ou do exterior, o que viabilizou o comércio intra-industrial no Paraná. Logo, toda a renda gerada pelo setor agroindustrial do Paraná durante a década de 1980 foi reinvestida dentro das indústrias do próprio Estado.¹⁷¹

Para efeito de um maior detalhamento da análise da dinâmica da economia paranaense na década de 1980, com o intuito de mostrar que o Estado mesmo em tempos de crise continuou diversificando e ampliando sua base industrial, enquanto que a economia brasileira sofria mais severamente os efeitos da recessão, iremos subdividir a análise da década de 1980 em dois períodos, a saber: 1980-85 e 1985-89.

O Paraná contrariava, a cada década que se passava, seu título de “periférico” e impossibilitado de formar um parque industrial tal como afirmava Padis, que enfatizou nas conclusões de sua obra, no final da década de 60 o fato de que *“...mesmo que se desenvolvam algumas atividades do setor secundário e que a agropecuária do Estado venha a ser das mais eficientes do país, muitos anos decorrerão até que o Paraná venha a deixar de ser uma economia periférica e subsidiária do centro dinâmico do país.”*¹⁷²

3.2- A dinâmica da economia paranaense frente à crise: Sub-período de 1980-85.

Também vimos no capítulo anterior que a agricultura e a agropecuária paranaense já partiram de uma base totalmente transformada nos anos 70. Em que pesem as crises periódicas da economia e a redução do volume de crédito, o setor agroindustrial continuou na década seguinte com suas características de dinâmico e modernizador.

No que tange à agroindústria do Estado, apesar dos efeitos da crise da economia brasileira na década de 80 serem sentidos em nível Estadual,

¹⁷¹ IPARDES: Análise Conjuntural. O processo de industrialização do Paraná e suas perspectivas. Curitiba, 9 (8): ago. 1987.

¹⁷² PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná. HUCITEC., Curitiba, 1981, p.204.

principalmente pela redução do volume de crédito agrícola oferecido pelo Governo Federal que possibilitava os produtores paranaenses a adquirirem os equipamentos e os insumos necessários para a produção, continuou apresentando aquela característica dinâmica e moderna, devido a uma maior diversificação em sua pauta de produtos.

Surgiram na pauta novos produtos como a cana-de-açúcar, o milho, ovos e aves, o que redefiniu as posições dos produtos na pauta da produção agropecuária, perdendo cada vez mais aquela característica de grandes ciclos de produção regidos por um produto base, como foi o caso do café na década de 60 e da soja e trigo, na década de 70.

Vejamos a tabela:

TABELA 18
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE
INDÚSTRIA NO VALOR ADICIONADO DO GÊNERO “PRODUTOS
ALIMENTARES” NO PARANÁ: (1980-85)

GRUPOS DA INDÚSTRIA	1980	1985
Beneficiamento de café, cereais e afins	17,8	27,99
Café solúvel	17,73	10,82
Produtos de milho (exceto óleo)	1,93	4,16
Abate de animais	12,13	16,88
Açúcar	8,4	9,33
Refinação de óleos vegetais	24,39	17
Rações balanceadas	3,6	2,16
Total (grupos principais)	85,96	88,34
TOTAL GERAL	100	100

FONTE: Secretaria do Estado e da Fazenda, 1987.

Observemos que durante a década de 1980, mesmo com a crise pela qual passava a economia nacional, ainda nos deparamos, no Paraná, com a continuação da diversificação da produção.

Mesmo em época de crise, como mencionamos, o processo de diversificação iniciado nos anos 70, na indústria agropecuária, não é barrado. Observemos o crescimento da participação de produtos derivados do milho (exceto óleo) que passa de 1,93% em 1980 para 4,6% em 1985, do abate de animais (especialmente frango), que cresce de 12,13% em 1980 para 16,88% em 85, da fabricação de açúcar (8,40%

para 9,33%) e o beneficiamento de café, cereais e afins (17,78% em 1980 para 27,99% em 1985).

Juntamente com essa diversificação da produção agropecuária no Estado, consolidava-se no mesmo o processo de organização espacial, destacando-se a pequena expansão de terras incorporadas ao cultivo (devido à grande ocupação da década anterior), a intensificação da produção via incrementos de produtividade, a consolidação das grandes culturas em áreas apropriadas, bem como a consolidação dos médios e grandes produtores capitalizados responsáveis pela maior parte da produção.¹⁷³

Os grandes produtores buscavam se estabelecer em regiões apropriadas para o cultivo no que se refere a solo e clima. Suas fazendas eram geralmente, no interior do Estado, em cidades pequenas, de terra “roxa”¹⁷⁴ como Campo Mourão, Marialva e Mandaguari, enquanto a agroindústria e a indústria de bens de consumo duráveis e de bens intermediários em si, situavam-se nas maiores cidades do Estado, como por exemplo, Londrina e Curitiba. Na verdade, o crescimento dessas cidades onde se situavam as indústrias se deu principalmente pela imigração de grande parte população de pequenos produtores rurais e arrendatários que deixou os campos, em busca de trabalho e melhores salários nessas indústrias, como já mencionamos.

Esses grandes produtores rurais procuravam tecnificar cada vez mais a agricultura, com o intuito de aumentar sua produtividade. A agroindústria agia da mesma forma, buscando alcançar um maior índice de elaboração e diversificação da produção bruta que adquiriam dos produtores rurais, enquanto a indústria em si, fornecia produtos cada vez mais sofisticados para a agroindústria se modernizar, expandir sua produção e agregar cada vez mais valor a ela. Isso dava também a ela possibilidade de expandir diversificar seus setores, e quanto mais rápido e com maior intensidade isso acontecia, menos ela se tornava dependente da agricultura. Os novos setores industriais passavam a superar em termos de renda gerada, os setores mais antigos, ligados diretamente à agricultura.

¹⁷³ IPARDES: Análise Conjuntural. Adaptação Estrutural da economia brasileira e seus reflexos no Paraná. Curitiba, jun. 1986, p.07.

¹⁷⁴ A terra roxa é uma terra de cor avermelhada, que absorve com maior facilidade a água das chuvas e, por isso, são mais produtivas.

É certo que durante a década de 1980 esses novos setores não cresceram tanto quanto na década de 1970 por causa da crise da economia nacional, mas, graças à presença da agroindústria no Estado e do crescimento vertiginoso dos novos setores industriais na década anterior, com já mencionamos, o processo de diversificação da produção dentro dos setores industriais já existentes não foi barrado.

Vamos analisar então a distribuição do produto industrial segundo os principais gêneros industriais no Paraná, entre 1980-85, para comprovarmos o acontecimento dessas mudanças estruturais na base produtiva Estadual a partir da década de 1980.

TABELA 19
DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO INDUSTRIAL, SEGUNDO OS
PRINCIPAIS GÊNEROS NO PARANÁ: 1980-85 (EM %)

Minerais não-metálicos	7,71	7,53	7,29	4,97	4,23	5,1	5	-2,71
Metalurgia	3,21	3,11	1,84	1,76	2,22	2,21	2,18	-1,03
Mecânica	4,49	7,33	5,63	4,54	4,3	5,15	4,98	0,49
Material Elétrico e de Comunicações	3,6	3,46	4,14	3,63	3,91	4,42	4,24	0,64
Material de Transporte	2,12	3,84	2,33	2,52	3,47	4,08	3,81	1,69
Madeira	15,1	10,63	7,83	6,02	5,28	6,22	6,11	-8,89
Mobiliário	3,72	3,72	4,31	2,39	2,12	2,83	2,7	-1,02
Papel e Papelão	6,05	4,86	5,4	4,84	5,59	6,26	5,98	-0,07
Química	24,37	25,16	25,35	31,63	34,64	25,47	27,75	3,38
Têxtil	4,37	3,26	4,47	4,16	3,57	4,04	3,95	-0,42
Produtos Alimentares	16,15	16,14	18,55	23,5	21,39	24,97	23,85	7,7
Bebidas	0,99	1,22	2,49	2,09	1,93	1,89	1,92	0,93
Fumo	0,46	2,29	3,75	3,4	3,2	2,75	2,91	2,45
TOTAL - grupo dos 6 (**)	73,87	71,65	70,05	75,5	75,43	73,17	73,67	-0,2
TOTAL - grupo dos 11 (***)	90,89	89,04	87,14	89,96	90,72	90,75	90,55	-0,34
TOTAL - principais gêneros	92,34	92,55	93,38	95,45	95,85	95,39	95,38	3,04
TOTAL GERAL	100	100	100	100	100	100	100	

FONTE: IPARDES. Análise Conjuntural, mai/jun. 1993.

* Obtido através do quociente entre o valor adicionado pelo gênero de 1981 a 1985 e o valor adicionado total da indústria no mesmo período, multiplicado por 100.

** Minerais Não-Metálicos, Mecânica, Madeira, Papel e Papelão, Química e Produtos Alimentares.*** Minerais Não-Metálicos, Mecânica, Madeira, Papel e Papelão, Química, Produtos Alimentares, Metalurgia, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte, Mobiliário, Têxtil.

Enquanto os anos 70 marcaram o progressivo aumento de participação das indústrias Química (especialmente refino de petróleo) e Metal-Mecânica (setores novos), paralelamente à gradativa queda na importância dos setores Madeira e Produtos Alimentares (setores tradicionais), a primeira metade da década de 80 registrou significativa redução do segmento Metal-Mecânico, acompanhada por substancial recuperação da contribuição relativa da indústria de alimentos, como efeitos da própria crise, como já mencionamos.

A crise, embora tenha prejudicado o surgimento de novos grupos industriais no Estado durante a década de 80 e arrefecido um pouco a participação no produto industrial estadual dos novos setores industriais criados no Paraná na década de 70, não barrou o processo de diversificação da produção dentro dos setores já existentes no Estado nessa década, principalmente os agroindústrias, cujas participações no produto industrial até aumentaram.

Para uma melhor compreensão dessas alterações, o conjunto dos 11 gêneros mais importantes pode ser dividido em três grupos, a saber: os que ampliaram sua participação no Produto Industrial, os que perderam participação e os que apresentaram um leve declínio.

Os ramos que registraram incremento na contribuição relativa foram: Produtos Alimentares (7,78%); Química (3,38%); Material de Transporte (1,69%); Material Elétrico e de Comunicações (0,64%) e Mecânica (0,49%).

O dinamismo da indústria de alimentos esteve associado, em primeiro lugar, ao desempenho favorável da produção agropecuária, especificamente em 1981, 1983 e 1985 e, em segundo lugar, à continuidade do processo de diversificação da produção iniciado na década de 70.

Ainda, a demanda por produtos agrícolas que são bens de consumo essenciais para a população, não cai de forma drástica mesmo em épocas de crise e, mesmo que venha a cair, os preços desses produtos, por agregar pouco valor, não tem tanta dificuldade para cair logo na seqüência da redução da demanda, promovendo um novo equilíbrio entre oferta e demanda.

Na indústria química, por sua vez, o aumento da contribuição deveu-se à performance positiva das atividades relacionadas à fabricação de álcool e ao complexo soja.

Os gêneros Material de Transporte, Material Elétrico e de Comunicações e Mecânica, foram bastante afetados no período de 1981-83, devido à queda nos níveis de demanda interna, à forte retração dos investimentos públicos e às restrições impostas às importações de materiais e componentes. Apesar disso, registrou-se um incremento de sua posição relativa, em função de grandes investimentos realizados no final da década de 70 e início da década de 80, cuja maturação plena só ocorreu em 1985.

No outro extremo, situaram-se os gêneros que experimentaram considerável redução da participação do PIB industrial, a saber: Madeira (8,89%), Minerais Não-Metálicos (2,71%), Metalurgia (1,03%) e Mobiliário (1,02%). Tais segmentos, direta ou indiretamente atrelados à construção civil, tiveram sua participação reduzida tanto pelo esfriamento do mercado habitacional, quanto pelos reflexos da política de desaceleração dos investimentos públicos do Governo Federal. Acrescentou-se ainda, no caso do Paraná, o efeito negativo da conclusão das obras civis da barragem de Itaipu.¹⁷⁵

Para o ramo madeireiro, caberia acrescentar que parte dessa redução no peso relativo deveu-se ao contínuo desaparecimento das pequenas e médias empresas que, por serem mais débeis financeiramente e apresentarem limitações tecnológicas e gerenciais, não tiveram condições de sobreviver face à escassez (desmatamento) e/ou ao alto custo da matéria-prima.

Numa situação intermediária, pudemos encontrar os ramos de Papel e Papelão e Têxtil, revelando um pequeno declínio em sua participação no total da indústria (0,07%) e (0,42%) respectivamente, conseqüência de um quadro de altos e baixos na conjuntura nacional.

Para o ramo de Papel e Papelão, a ligeira redução líquida decorreu da recessão interna e das dificuldades de exportação devido à existência de grandes estoques desses produtos na Europa e Estados Unidos entre 1981-83.

A pequena queda na indústria têxtil pôde ser atribuída principalmente à redução da demanda por seus produtos nos tempos de crise, devido ao desemprego e ao arrocho salarial. Os gêneros Bebida e Fumo, por sua vez, apresentaram ganhos significativos, apesar de sua ainda diminuta participação relativa no Produto

¹⁷⁵ IPARDES: ANÁLISE CONJUNTURAL., Curitiba, 9 (8) : 10 ago. 1987.

Industrial. No caso de Bebidas, esse incremento resultou principalmente da abertura de uma unidade de fabricação de malte e no da indústria fumageira, da transferência de uma unidade de produção do Rio Grande do Sul, pertencente a um grupo industrial já operante no Paraná.

O que podemos observar, ao comparar a dinâmica industrial do Paraná da década de 70 com a da década de 80, é que, na primeira, nos deparamos com um crescimento quantitativo em termos de indústria, ou seja, surgiram diversos novos setores industriais, cada vez menos dependentes da agricultura e a indústria veio a superar a própria agricultura na geração da renda Estadual. Enquanto, na segunda, devido à crise pela qual estava passando a economia nacional, verificamos um crescimento qualitativo da indústria. Como crescimento qualitativo da base produtiva estadual, entendemos uma maior grau de elaboração da matéria-prima, completando novas atividades com maior agregação de valor nos setores tradicionais e ajustes técnico-produtivos-gerenciais nos setores novos, visando a melhoria de seus padrões de eficiência, produtividade e competitividade.

. Não surgiram novos setores industriais além daqueles que já existiam na década de 1970 mas, a renda gerada pela agricultura e pela agroindústria paranaense, proporcionada pela queda nos preços de seus produtos que contribuiu para manter sua demanda efetiva, permitiu a diversificação da produção dentro dos setores industriais já existentes. Por isso foi que o Paraná alcançou índices de crescimento maiores que os do Brasil nesse período.

Devido à própria crise da economia brasileira na década de 1980, aquela política de desenvolvimento adotada pelo Estado até 1970, baseada na atração e promoção da indústria, foi modificada para uma política de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, incentivadora de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias utilizáveis pelo setor produtivo, depois da década de 80, apoiadas pelo Governo Estadual.

Como afirmou Verri:

“...impedidos de continuar a expandir-se com os mesmos padrões dos anos 70, devido as causas já mencionadas, os agentes dinâmicos que mudaram a fisionomia econômica do Paraná foram forçados a concentrar-se em elevar seus padrões de competitividade.”¹⁷⁶

Ademais, aquela dinâmica iniciada nos anos 70 contribuiu para que o setor industrial paranaense, embora não conseguisse continuar mantendo seu ritmo de crescimento, não ampliando sua participação no contexto nacional em termos quantitativos, aprofundasse seu processo de diversificação e melhorasse seus níveis de competitividade e integração na economia nacional em termos qualitativos, sobretudo naqueles setores que na década de 1980 promoveram ajustes técnico-produtivos-gerenciais, visando a melhoria de seus padrões de eficiência, produtividade e competitividade.

Numa tentativa de entendermos um pouco melhor essas transformações estruturais ocorridas na indústria paranaense entre 1980-85 e comprovarmos esse crescimento qualitativo da mesma durante essa década, levantaremos, a seguir, algumas observações sobre o perfil dos principais gêneros industriais do Estado na década referida.

Observemos a tabela a seguir:

¹⁷⁶ VERRI, Enio José. Desenvolvimento recente da indústria paranaense. UEM/Maringá.,Dissertação de Mestrado, 1998, p.66.

TABELA 20

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA PARANAENSE ENTRE 1980-85: PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DA INDÚSTRIA NO VALOR AGREGADO DOS GÊNEROS Minerais não-metálicos, Metalurgia, Mecânica, Material Elétrico e de comunicações e Material de Transporte.

GRUPOS DA INDÚSTRIA E EVOLUÇÃO DE ALGUNS DE SEUS GÊNEROS	1980	1985
minerais não metálicos		
Telhas, tijolos e lajotas; vasilhames e outros artefatos de material cerâmico de barro cozido	10,4	51,16
Azulejos	21,06	17,39
Cimento	30,75	36,84
TOTAL GERAL	100	100
Metalurgia		
Estamparia, funilaria e embalagens metálicas	9,1	16,58
Artefatos de trafilados de ferro e aço e de metais não-ferrosos	5,41	4,71
Metalurgia do chumbo	17,55	11,52
Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos	25,61	39,74
TOTAL GERAL	100	100
Mecânica		
Máquinas e aparelhos; materiais p/ agricultura	32,71	49,68
Fabricação de refrigeradores, geladeiras, balcões e câmaras frigoríficas; sorveteiras	33,21	22,88
TOTAL GERAL	100	100
Material elétrico e de Comunicações		
Aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia	41,41	25,5
micro e minicomputadores	19,34	43,02
Material para instalações elétricas e montagem de lustres	8,15	4,91
Aparelhos elétricos para uso doméstico e pessoal, inclusive ferramentas elétricas manuais	9,82	6,62
TOTAL GERAL	100	100
Material de transporte		
Ônibus e caminhões completos	10,22	50,57
Carrocerias p/ veículos automotores	31,64	6,91
Recondicionamento ou recuperação der motores	6,83	2,81
Peças e acessórios para automóveis	46,53	38,22
TOTAL GERAL	100	100

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA, AGO. 1987.

Observemos que no grupo “Minerais Não-Metálicos” permanece a mesma tendência da década anterior, ou seja, de redução do peso relativo das atividades mais simples, como olarias, e o avanço das mais elaboradas como a fabricação de cimento e artefatos.

Na “Metalurgia”, observamos o aumento da posição relativa dos grupos “Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos”, “Estamparia, funilaria e embalagens metálicas”, setores que apresentavam maior grau de elaboração da matéria-prima, em detrimento principalmente da “Metalurgia do chumbo” e “Artefatos de trafilados de ferro e aço e metais não ferrosos”.¹⁷⁷

Na indústria “Mecânica” ocorreu entre 1980-85 um significativo incremento da produção do segmento “máquinas, aparelhos e equipamentos para a agricultura”, que aumentou sua participação de 32,71% em 1980 para 49,68% em 1985, decorrente principalmente da fabricação de colheitadeiras associada à expansão da agricultura no Centro-Oeste do país, no Mato Grosso do Sul e em Goiás e ao atendimento da demanda de reposição.

A queda da participação do ramo “refrigeradores, geladeiras, balcões, câmaras frigoríficas e sorveteiras” se deu por causa da redução da demanda interna no período recessivo.

A indústria de “Material elétrico e de comunicações” sofreu substancial alteração em seu perfil nesse período devido à maturação de investimentos voltados à fabricação de micro e minicomputadores; a participação desse ramo no valor agregado saltou de 19,34% em 1980 para 43,02% em 1985.

A indústria de “Material de Transportes” também sofreu profunda modificação estrutural; as atividades de “fabricação de carrocerias, peças e acessórios para veículos” perde importância em relação à “fabricação e montagem de caminhões e ônibus completos”, o que comprova o crescimento qualitativo da indústria.

Percebe-se que esses setores relacionados na tabela 20 já existiam na década de 1970, o que mostra que não houve crescimento da indústria em termos quantitativos durante a década de 1980, ou seja, não surgiram setores novos. O que houve foi um crescimento qualitativo desses setores, foi uma diversificação da produção dentro dos setores já existentes na década de 1970.

O mesmo fato podemos observar quando analisamos a tabela 21.

¹⁷⁷ A metalurgia, no Paraná, estava fortemente ligada à construção civil.

TABELA 21

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA PARANAENSE ENTRE 1980-85: PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DA INDÚSTRIA NO VALOR AGREGADO DOS GÊNEROS Madeira, Mobiliário, Química, Produtos alimentares, Têxtil, Papel e Papelão, Bebida e Fumo.

Madeira		
Serrarias	54,53	46,2
Resserrados	11,23	10,89
Chapas de madeira compensada, revestidas ou não com material plástico	17,75	21,3
TOTAL GERAL	100	100
Mobiliário		
Móveis de material plástico	1,76	2,53
Artefatos de colchoaria	5,08	7,38
Móveis de madeira, vime e junco	90,1	87,89
TOTAL GERAL	100	100
Química		
Adubos, fertilizantes e corretivos do solo	10,27	9,08
Destilação do álcool	3,31	9,54
Produtos de refino do petróleo	76,86	52,66
Óleos vegetais em bruto, inclusive subprodutos	5,27	18,66
TOTAL GERAL	100	100
Produtos alimentares		
Beneficiamento de café, cereais e afins	17,78	27,99
Abate de animais e preparação de conservas-inclusive subprodutos	12,13	16,88
Produtos de milho, inclusive óleo	1,93	4,16
Açúcar	8,4	9,33
TOTAL GERAL	100	100
Têxtil		
Fiação de algodão	14,54	22,44
Beneficiamento de fibras têxteis vegetais	59,06	47,34
Fiação de tecelagem de linho Rami	3,35	7,04
TOTAL GERAL	100	100
Papel e papelão		
Papel	7,32	75,48
Celulose	0,76	2,84
TOTAL GERAL	100	100
Bebidas		
Cervejas e chopes	72,86	50,23
malte	-	24,57
Refrigerante	21,58	19,81
TOTAL GERAL	100	100
Fumo		
Fabricação de cigarros, fumos, desfiados de fumo em pó	91,56	82,88
Preparação de fu, em folha (secagem, defumação e outros processos)	8,44	17,12
TOTAL GERAL	100	100

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA, 1987.

Pelos dados contidos na tabela 21 podemos observar a continuidade do processo de diversificação industrial no gênero “Madeira”, no sentido de um melhor aproveitamento da matéria-prima. Verifiquemos a manutenção da tendência de queda dos ramos “Resserrados” e “Serrarias” em benefício da fabricação de “Chapas de Madeira compensada”.

No setor “Mobiliário”, embora em menor proporção do que no início dos anos 80, ainda predomina, em 1985, a fabricação de móveis de madeira, vime e junco. A fabricação de móveis de madeira só não foi maior devido o aumento do desmatamento no Estado e no país como um todo, que provocaram certa escassez desta matéria-prima.

No gênero “Química” podemos constatar uma expressiva elevação na posição relativa do ramo “destilação de álcool” e do complexo soja “óleo bruto e farelo” e um recuo de “fabricação de produtos do refino de petróleo” e “fabricação de adubos, fertilizante e corretivos do solo”.

A queda no ramo do “refino de petróleo” decorreu, principalmente, devido à paralisação técnica da Refinaria de Araucária durante um mês, em 1985, por falta de recursos. A redução do peso relativo dos “adubos, fertilizantes e corretivos do solo” deveu-se à diminuição da produção de compostos NPK, por restrições do Governo Federal à importação das matérias-primas necessárias para produzi-los, não compensada pela produção de nitrogenados, iniciada com a instalação da unidade industrial da ULTRAFÉRTL no Estado, em 1981. O aumento da importância relativa do complexo soja é consequência da conjuntura de preços favoráveis e do processamento de significativa parcela da produção de outros Estados brasileiros pelo Paraná. Já o ganho relativo das atividades relacionadas à “destilação do álcool” foi reflexo do PROÁLCOOL, implantado em 1979 pelo Governo Federal.¹⁷⁸

Na indústria de alimentos também podemos observar a continuidade do processo de diversificação iniciado os anos 70, com o crescimento da participação de “fabricação de produtos derivados do milho (exceto óleo)”, “abate de animais (especialmente frango)” e fabricação de açúcar. O excepcional desempenho da

¹⁷⁸ IPARDES: ANÁLISE CONJUNTURAL, V.9, N.8, P.5, AGO. 1987.

agropecuária paranaense em 1985 também propiciou uma elevação na importância do “beneficiamento de café, cereais e produtos afins”, como já mencionamos anteriormente.

No gênero “Têxtil”, as usinas de descaroçamento de algodão continuaram perdendo importância relativa em favor de atividades mais elaboradas como “Fiação”. Porém, as atividades de “beneficiamento de fibras têxteis” ainda respondiam em 1985 por 47,3% do valor adicionado do gênero.

A acentuação da concentração do valor adicionado do gênero “Papel e Papelão”, na “fabricação de papel”, é consequência, principalmente, da implantação de uma unidade de papel de imprensa no Estado nessa década. O aumento da importância relativa da “fabricação de celulose” reflete também o avanço das atividades relacionadas a uma maior elaboração da matéria-prima.

A grande transformação no ramo “Bebidas” no período foi dada pela introdução da “fabricação de malte”, que representava 24,57% do valor adicionado do gênero em 1985 .

No ramo do “Fumo”, apesar do predomínio da “fabricação de cigarros”, observa-se um incremento na fabricação de fumo em folha, reflexo do aumento da produção dessa lavoura no Estado na década de 1980.

Diante do que foi exposto, podemos concluir que na primeira metade da década de 1980 a crise da economia brasileira não se constituiu, como pensavam os estudiosos, num freio à diversificação que ocorria nos anos 70 dentro dos setores agroindustriais e nem mesmo nos setores de implantação recente .

É certo que na primeira metade da década de 1980, no Paraná, não surgiram novos setores industriais mas, a despeito disso, alterações estruturais puderam ser verificadas na indústria estadual, ora ligadas à continuidade do processo de diversificação da agroindústria, refletindo no aumento da participação da fabricação de álcool, complexo soja, produtos derivados do milho, abate de aves, fabricação de açúcar e beneficiamento de café e outros cereais, e ora ligados à maturação plena dos investimentos realizados nos novos setores no fim da década de 1970 que não permitiram que a crise os afetasse de forma tão drástica, principalmente no que se refere às indústrias de Minerais não-metálicos e Metalurgia, as quais puderam experimentar um processo de diversificação em plena crise.

Mesmo em meio a um período recessivo, houve sensível incremento da capacidade produtiva dentro dos setores industriais de implantação mais recente no Estado, dado pelo aparecimento de novos ramos também dentro das indústrias Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações e Material de Transportes, o que contrariou as expectativas de que a crise, ao reduzir os níveis de emprego e a massa de salário em nível estadual afetaria negativamente não apenas os setores tradicionais mas, também, agiria como um freio à modernização dos ramos industriais mais novos.

Desta forma, podemos observar que o Paraná, mesmo não desenvolvendo novos setores industriais, especialmente na primeira metade da década de 1980, conseguiu fazer com que sua indústria crescesse principalmente em termos qualitativos, evidenciado por um maior grau de elaboração da matéria-prima dentro dos setores já existentes, aumentando a capacidade produtiva dos mesmos e expandindo o processo de diversificação iniciado nos anos 70.

3.3- A dinâmica da economia paranaense frente à crise: Sub-período de 1985-89.

A partir de 1984, a economia brasileira começa a dar sinais de recuperação, recuperação esta que seria sustentada por setores diretamente ligados às exportações, como é o caso do setor de bens intermediários e o de bens de consumo duráveis, já que a retomada do crescimento seria agora apoiada no aumento das exportações e no crescimento da renda agrícola, em função de uma forte alta dos preços dos produtos primários em nível internacional e interno nesse ano.

Desde o ano de 1967 (início do período do Milagre Econômico) até 1984, a dívida externa brasileira cresceu assustadoramente, uma vez que o objetivo do regime ditatorial militar era o crescimento econômico acelerado do país. No início da década de 1980 a dívida externa já era tão volumosa, que o país começa a sentir

dificuldades para conseguir novos empréstimos. Alguns dos bancos credores que ainda continuaram emprestando dinheiro ao Brasil, preocupados com o saldo da dívida, cobravam taxas de juros cada vez mais altas para garantir os empréstimos.

Em 1983, período mais crítico da dívida, quando houve um colapso geral do crédito internacional para o país, o Fundo Monetário Internacional começou a fazer pressão para que o mesmo reformulasse sua política econômica, adotando uma nova política recessiva de combate à inflação, no intuito de alcançar o equilíbrio externo em sua Balança Comercial. Tal política deveria gerar superávits na Balança Comercial em virtude do aumento das exportações.

Com a adoção dessa nova política “sugerida” pelo FMI em 1984, as exportações foram incentivadas e os juros da dívida começaram a ser pagos. O país começa a se recuperar não do ponto de vista do crescimento econômico, mas do ponto de vista das contas externas.

Essa relativa recuperação só foi possível por causa da estabilização da dívida externa líquida brasileira em termos absolutos, deixando os credores do Brasil mais tranqüilos em relação à situação de nossas contas externas.

Desta forma, enquanto o PIB nacional cresceu 5,7%, em 1984, a produção agrícola, após a primeira metade dessa década (especialmente o primeiro biênio) desfavorável, cresceu 7,9%.¹⁷⁹

Se fizermos uma comparação entre a taxa de crescimento anual no PIB brasileiro e paranaense nessa segunda metade da década de 1980, poderemos constatar que o Paraná ainda continuou crescendo mais que o Brasil mesmo depois da recuperação nacional.

Observemos a tabela a seguir:

¹⁷⁹ LACERDA Antônio Corrêa, BOCHI João Ildebrando, REGO José Marcio, BORGES, Maria Angélica e MARQUES, Rosa Maria: *Economia Brasileira*. Saraiva, SP, 2000., p.137.

TABELA 22
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB NO BRASIL E NO PARANÁ: 1980-84
E 1985-89, EM (%).

UNIDADE	1980-84	1985-89
PARANÁ	3,7%	7,8%
BRASIL	1,3%	4,4%

FONTE: IBGE, IPARDES, APUD: ANÁLISE CONJUNTURAL, Curitiba, v.13, n.4,
p.1, 1991.

Vejamos que na crítica primeira metade da década de 1980, o Paraná cresceu mais que o Brasil (3,7% contra 1,3%), devido aos fatores já mencionados anteriormente. Mas observemos também que, mesmo com a recuperação da economia nacional pós 1984, essa tendência não se modificou e o Paraná continuou crescendo mais que o Brasil como um todo. O Paraná cresceu 7,8% entre 1985-89, enquanto o Brasil cresceu bem menos : 4,4% nesse período.

Observemos ainda a distribuição percentual do PIB paranaense segundo seus principais setores industriais entre 1985-89, para comprovarmos a continuidade do processo de diversificação dentro da indústria Estadual, também nessa segunda metade da década de 80.

TABELA 23
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PIB, SEGUNDO OS PRINCIPAIS SETORES
INDUSTRIAIS NO PARANÁ, 1985-1989.

Minerais Não- met.	5	5,6
Metalurgia	2,2	2,8
Mecânica	5,4	6,4
Mat. Elétrico e de Com.	4,4	6
Material de Transporte	4	7,2
Madeira	7,2	6,1
Mobiliário	1,9	2,5
Papel e Papelão	6,1	7,3
Química	24,8	19,7
Têxtil	3,8	4,8
Produtos Aliment.	25,9	18,4
Bebidas	1,9	2
Fumo	2,7	3
Outros	4,7	8,5
TOTAL	100	100

FONTE: IPARDES, SEFA, Mai. 1990.

Mediante os dados contidos na tabela, podemos observar que a dinâmica do setor industrial paranaense da segunda metade da década de 1980, relacionou-se principalmente aos segmentos de implantação mais recente, no que tange aspecto qualitativo da evolução da indústria do Paraná.

Observe-se o forte dinamismo em gêneros como “Material Elétrico e de Comunicação” (equipamentos para tratamento de informações, transmissão, equipamentos eletrônicos e de comunicação), “Mecânica” (mecânica leve e de máquinas agrícolas), “Papel e Papelão”, e “Material de Transporte” (em função da produção da Volvo).¹⁸⁰ Observe-se como tais gêneros aumentaram sua participação no PIB estadual durante a segunda metade da década de 1980, enquanto o gênero tradicional da “Madeira” teve sua participação reduzida.

Lembremos que, conforme vários estudos realizados sobre o desenvolvimento econômico do Paraná até 1970, sobretudo no texto clássico sobre a formação e o desenvolvimento econômico do Estado, a obra de Pedro Callil Padis, esses setores industriais de implantação mais recente no Estado, a saber - Mecânica, Material de transportes, Material Elétrico e de Comunicações, Metalurgia, etc., que, na segunda metade da década de 1980 foram os que mais cresceram em termos qualitativos em nível estadual, não teriam a menor condição de se implantar, devido à própria condição “periférica” atribuída ao Estado em relação à economia paulista.

Segundo Pedro Callil Padis, como já mencionamos anteriormente, o Estado deveria, depois da década de 1970, “...*investir na produção do café como principal produto de exportação estadual e em alguns poucos produtos agropecuários que se possa produzir em alta qualidade e a custos baixos, para se impor no mercado consumidor nacional e internacional.*”¹⁸¹ Não tentar se industrializar mas buscar crescer economicamente dedicando-se “...*atenciosamente ao setor agropecuário, procurando ganhar uma posição privilegiada como fornecedor de alimentos para o centro industrial do país.*”¹⁸² Em outras palavras, conformar-se com sua condição periférica e tentar se destacar, através da produção de uns poucos bens

¹⁸⁰ IPARDES: Análise Conjuntural. Conjuntura paranaense da década de 1980., v.13, n. 7-8, p.18, jul/ago, 1991.

¹⁸¹ PADIS, Pedro Callil. Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná., HUCITEC, Curitiba, 1981, p. 203

¹⁸² Idem. Ibidem., p.203.

agropecuários, como fornecedor de alimentos para São Paulo dentro de uma espécie de concorrência com os outros Estados brasileiros também periféricos da economia paulista, os quais tentariam fazer a mesma coisa.

O que constatamos até aqui contraria categoricamente essa tese . O que houve, realmente, foi que o Paraná, mesmo sendo um Estado originalmente agrícola, foi capaz se industrializar a partir de 1970 e diversificou sua indústria durante a segunda metade da década de 70 e mesmo durante toda a década de 1980 frente à crise da economia nacional, período no qual (especialmente na segunda metade da década) apresentou taxas de crescimento do PIB maiores do que o da economia brasileira, firmada sob o centro industrial paulista.

Isso mostra que não é imutável a posição dos Estados agrícolas como eternos produtores de matérias – primas na divisão do trabalho em nível nacional mas, pelo contrário, essa região, da mesma forma que uma indústria nascente, pode vir a se firmar e permitir a utilização maciça de seus recursos produtivos (recursos naturais, mão-de-obra e capital), chegando não apenas a se industrializar mas também a competir com outras regiões industriais, assim como afirmou Furtado.¹⁸³

O Paraná não foi apenas o financiador do crescimento industrial de São Paulo, uma vez que transferia a renda do setor cafeeiro para lá, quando adquiria seus produtos manufaturados. Nos deparamos aqui com uma dialética.

Da mesma forma que o setor cafeeiro atrasou um pouco o processo de industrialização no Paraná, comprando os produtos manufaturados de São Paulo, ele mesmo gerou a renda necessária para que o Estado montasse própria década de 1960 uma infra-estrutura adequada para a implantação da indústria do Estado na década de 1970. Na verdade, a maior parte da renda gerada pelo setor cafeeiro foi utilizada nesse sentido.

Ainda, aquela sugestão de Padis para que o Estado se dedicasse atenciosamente ao setor agropecuário não deixou de ser seguida, mas não levou o Paraná a continuar sendo periférico de São Paulo, muito pelo contrário, levou o Estado a se industrializar. Na verdade, o autor, por pensar ser impossível a industrialização do Estado, em virtude de seu próprio papel de exportador de

¹⁸³ Ver: FURTADO, Celso. A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América latina. Civilização Brasileira S.ª, Rj, 1973, p.162.

produtos primários e importador de manufaturados dentro da divisão inter-regional do trabalho, não via outra alternativa a não ser em dedicar-se apenas a produção de uma monocultura (café) ou de uns poucos produtos agrícolas.

Segundo ele, ou o Estado se firmava como industrial, o que para o Paraná seria impossível, ou se firmava como uma importante região agrícola, desconsiderando, assim, o fato de que “...*indústria e agricultura jamais são auto-excludentes, mas complementares e auto-integradoras.*”¹⁸⁴ Afinal, a industrialização do Paraná só foi possível devido à tecnificação e modernização da agricultura Estadual.

Os investimentos na agricultura estadual, apoiados pela concessão do crédito rural por parte do Governo Federal, levou à tecnificação e modernização dessa própria agricultura, a qual acabou fomentando um tipo de indústria ligado diretamente a ela - a agroindústria.

A agroindústria, por sua vez, também sendo modernizada no sentido de que aumentava seus índices de produtividade via tecnificação, começou a diversificar sua produção. A diversificação da produção na agroindústria leva ao surgimento de novos setores industriais, produtores de máquinas e equipamentos utilizados na agricultura e na agroindústria e conforme esses novos setores iam se diversificando, menos o Estado dependia dos produtos de São Paulo.

Resultado disso foi que a indústria se autonomizou como já mencionamos, e passou a superar a própria agricultura na geração da renda Estadual depois da década de 1970 e o Paraná começou a apresentar taxas de crescimentos maiores do que as taxas de crescimento do Brasil com um todo.

Mesmo na década de crise de 1980, como acabamos de analisar, o Paraná continuou diversificando sua produção nos setores industriais criados em 1970 e crescendo mais do que o Brasil, graças à presença da agroindústria no Estado que não teve sua renda drasticamente reduzida pela crise, por ser produtora de bens de consumo de necessidade básica da população. Durante a análise da década de 1960, observamos que a cultura cafeeira no Estado, ao mesmo tempo que atrasou o processo de industrialização da região, uma vez que parte da renda gerada era

¹⁸⁴ SALOMÃO, Miguel. Artigo: Paraná prospera no novo ciclo econômico. *Gazeta Mercantil*, 09/08/2000.

utilizada na compra de produtos industrializados de São Paulo, por outro, gerou a renda que o Governo Estadual pôde utilizar para investir na montagem de uma infra-estrutura básica para a implantação da indústria na década de 1970.

O que podemos perceber, diante do que foi resumidamente exposto sobre a continuidade de uma tendência de diversificação da indústria paranaense ainda na década de 80, mesmo em decorrência da crise que configurou a economia brasileira nessa década, é uma clara modificação estrutural na economia paranaense, que a distancia cada vez mais dessa posição periférica frente a São Paulo.

Analisemos então, a continuidade dessa dinâmica paranaense na década de 1990.

3.4- O Paraná na década de 1990.

Nos primeiros anos da década de 1990, a despeito do panorama de instabilidade estrutural dos anos 80, o Paraná continuou apresentando uma taxa de crescimento anual maior do PIB, quando se compara com a taxa de crescimento do PIB brasileiro como um todo. Entre 1990-94, o Paraná cresceu 4,9% , enquanto, o Brasil, apenas 2,3%.¹⁸⁵

Durante esses anos, houve perda de importância relativa da agropecuária, que caiu de 14,7% em 1990, para 11,7% em 1994; o setor de serviços cresceu de 53,27% em 1990, para 56,4% em 1994 enquanto no setor industrial, porém, observou-se, porém, uma paralisação por volta dos 30% durante esses 5 anos.¹⁸⁶

Durante esse período de 5 anos, podemos observar dois momentos distintos que modificaram o comportamento do PIB estadual.

¹⁸⁵ IPARDES: ANÁLISE CONJUNTURAL, v.19, n.9-10, p.3, set/out. 1997.

¹⁸⁶ VERRI, Enio José: Desenvolvimento recente da indústria paranaense. Diss. Mestrado. UEM/Maringá, 1998, p.88.

O primeiro período vai de 1990 à metade de 1992, quando o Paraná sofre com os impactos da política recessiva do governo Collor. Isso é comprovado quando observamos os dados de crescimento industrial do Estado durante esses anos: a indústria paranaense cresceu 4,1% em 1990, acusando forte retração em seguida, ou seja, -6,7% em 1991 e -2,0% em 1992.¹⁸⁷

O segundo período iniciou-se de modo distinto do anterior (início de 1993) durante o governo Itamar Franco, vice do presidente Fernando Collor de Mello. Itamar assumiu a presidência da república após o impeachment de Collor, alcançado por manifestação popular, principalmente por parte dos estudantes brasileiros no final de 1992. Já nos dois primeiros anos do governo Itamar, 1993 e 1994, o PIB paranaense apresentou um crescimento expressivo de 10,5% e 6,5%, respectivamente.

Tal expansão foi liderada pela ampliação da renda do setor primário.

A alta dos preços dos produtos primários no mercado internacional nos anos de 1993-94 (principalmente do milho e da soja), associada principalmente às frustrações de duas safras subseqüentes nos Estados Unidos, desencadeou um processo de recuperação dos patamares de produção e produtividade do setor agrícola concentrado nessas duas culturas, o que oportunizou uma maior capitalização dos produtores dedicados a elas, os quais passaram a utilizar suas maiores receitas de vendas para adquirir mais insumos industriais (adubos, fertilizantes, etc.) e novas máquinas e implementos utilizados na produção.

O Governo paranaense também ofereceu sua contribuição ampliando as linhas de crédito do Finame Rural a serem utilizadas na aquisição dos equipamentos e insumos necessários para aumentar ainda mais a produção.

Além disso, o maior intercâmbio comercial com os países membros do Mercosul, principalmente com a Argentina, cuja manutenção do câmbio fixo nos favorecia, uma vez que nossos produtos se tornavam mais baratos e, logo, mais fáceis de serem vendidos ali, provocou sensível elevação do fluxo de exportações paranaenses, principalmente daqueles setores que na década de 1980 promoveram ajustes técnico-produtivos-gerenciais, visando a melhoria de seus padrões de eficiência, produtividade e competitividade. Foram estes a Metalurgia, Mecânica,

¹⁸⁷ Idem. Ibidem., p.90.

Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte, Química, Produtos Alimentares e Fumo, os quais registraram as maiores taxas de expansão da produção na primeira metade da década de 1990, como podemos observar na tabela a seguir.

TABELA 24

**TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL,
SEGUNDO GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ, 1991-94.**

Gêneros	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Extrativa Mineral	-19,28
Transformação	19,24
Minerais não metálicos	-6,77
Metalurgia	27,08
Mecânica	31,96
Mater. El. E de Com.	39,07
Mat. De Transp.	85,68
Madeira	3,98
Mobiliário	-1,49
Papel e Papelão	5,06
Borracha	-38,19
Couros e Peles	-10,65
Química	25,8
Perfumaria, Sabões e Velas	-5,66
Prod. De matéria plástica	-12,97
Têxtil	-42,38
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	79,32
Produtos alimentares	20,68
Bebidas	-12,53
Fumo	35,24
TOTAL	19,09

FONTE: IBGE in: Análise Conjuntural, v.17, n3-4, p.21, mar./abr.1995.

Mediante a tabela 24 podemos observar que, exceto o tradicional setor de alimentos que cresceu 20,68% entre 1991-94, por causa do aumento dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, principalmente do milho e da soja,

como já mencionamos e também o setor de Fumo, que cresceu 35,24%, visando os lucros da exportação devido aos bons preços no período, os setores que mais cresceram ao terminar o período recessivo da década de 1980 foram os aqueles não diretamente ligados à agricultura, o que comprova que a indústria, a partir da década de 1970, foi se autonomizando pouco a pouco e se tornando cada vez menos dependente da agricultura, gerando receitas cada vez maiores do que as da agricultura para o Estado.

A indústria de Transformação cresceu 19,24%; a Metalurgia 27,80%; a Mecânica 31,96%; o setor de Material Elétrico e de Comunicações 39,07%; o de Material de Transporte surpreendeu, crescendo 85,68%; o de Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos cresceu 79,32% entre 1991-94.

O crescimento desse setor esteve vinculado ao aproveitamento da grande quantidade de mão-de-obra desempregada no interior do Estado e a cidade de Cianorte, sede deste setor, até então desconhecida, veio a tornar-se um pólo industrial regional de confecção, exportando sua produção para o Brasil e para o exterior.

Observemos que os setores que mais cresceram na década de 1990, em termos quantitativos, foram aqueles que mais cresceram em termos qualitativos na década de 1980, melhorando sua capacidade técnica e de competição interna.

Os ajustes técnico-gerenciais realizados nesses setores, principalmente durante a segunda metade da década de 1980 seguindo até 1994, foram frutos do rearranjo estrutural pelo qual passou a economia brasileira a partir de 1985, tanto face à necessidade de sobrevivência imposta tanto pelo ambiente de contração econômica interna, conseqüente da restrição monetária e fiscal do Governo Collor (1990), quanto pelo maior grau de exposição à concorrência externa mediante a abertura comercial, via rebaixamento das alíquotas de importação, gestada no final da administração Sarney (1989).

Vê-se também que a maioria dos setores tradicionais apresentou taxas de crescimento negativo, como foi o caso da Borracha (-38,19%); Têxtil (-42,38%); Extrativa Mineral (-19,28%) e outros, como podemos observar pela tabela.

Na verdade, os efeitos das mudanças estruturais do setor industrial do Paraná iniciado na década de 1980 juntamente com o crescimento do setor primário

paranaense que ocorreu nos anos de 1993-94, não só permitiu um crescimento da economia paranaense em nível interno mas também proporcionou um significativo aumento das exportações do Estado na década de 1990, demonstrando uma maior competitividade de sua indústria tanto em nível nacional quanto internacional.

Observemos a tabela 25.

TABELA 25
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES POR FATOR
AGREGADO, 1990-1994 (EM%)

ANO	Produtos básicos	Manufaturados e semi-manufaturados
1990	55,42	44,58
1991	51,98	48,02
1992	50,78	49,21
1993	48,09	51,92
1994	41,64	58,36

FONTE: MICT/SECEX in: ANÁLISE CONJUNTURAL, v.19, n.3-4.

mar/abr. 1997.

Observemos como crescem as exportações de produtos manufaturados e semi-manufaturados do Paraná a partir de 1990.

A partir de 1993, mesmo com o crescimento do setor primário, resultante do aumento dos preços dos produtos primários no mercado internacional como já mencionamos, as exportações dos produtos manufaturados e semi-manufaturados superam as exportações dos produtos básicos. Enquanto os produtos básicos tem sua participação reduzida de 55,42% em 1990 para 41,64% em 1994, as exportações de produtos manufaturados e semi-manufaturados crescem de 44,58% em 1990 para 58,365 em 1994.

Ainda, segundo levantamento da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), as exportações paranaenses passaram de US\$ 2,110 bilhões em 1992 para US\$ 2,489 bilhões em 1993 e US\$ 3,507 bilhões em 1994, o que significou um crescimento de 18% de 1992 para 1993 e de 40,9% de 1993 para 1994, crescimento

este que se deu bastante acima da média nacional que foi de 7,6% de 1992 para 1993 e de 12,9% de 1993 para 1994.¹⁸⁸

Outro fato muito importante que não poderíamos deixar de mencionar no que tange ao Paraná da década de 1990, é o aumento do intercâmbio comercial do Estado com os países do Mercosul a partir de 1995, elevando sensivelmente o fluxo das exportações paranaenses para o Mercosul, melhorando o padrão de eficiência e competitividade a indústria estadual

Vejamos a tabela a seguir:

TABELA 26
EXPORTAÇÕES PARANAENSES AO MERCOSUL, SEGUNDO GÊNEROS
INDUSTRIAIS, 1995-1996.

GEN. INDUST.	1996		1995		VAR. (%) 96/95
	US\$ X	PART.(%)	US\$ X	PART.(%)	
Extr.minerais	285.549	0,08	51.336	0,02	456,24
Min, não met.	10.616.009	2,35	8.807.968	2,61	20,53
Metalúrgica	6.650.135	1,47	6.739,35	2	-1,32
Mecânica	93.548.764	20,71	63.635.04	18,85	46,97
Mat. Elétrico	28.175.224	6,24	10.887.01	3,22	158,80
Mat. De Transp.	28.404.448	6,29	15.019.77	4,45	89,11
Madeira	19.715.923	4,37	16.820.56	4,98	17,21
Mobiliário	5.097.611	1,13	4.280.924	1,27	19,08
Papel e papelão	76.856.113	17,02	62.943.86	18,64	22,10
Borracha	394.534	0,09	329.657	0,1	19,68
Couros e peles	887.505	0,2	562.060	0,17	57,90
Química	680.804.01	15,07	53.427.46	15,82	27,42
Farmacêutica	67.416	0,01	57.380	0,02	17,49
Perfu. Sabão e velas	6.779.414	1,5	7.862.127	2,33	-13,77
Prod. De Mat. Plásc.	2.647.795	0,59	2.301.831	0,68	15,03
Têxtil	5.855.199	1,3	4.290.983	1,27	36,45
Vestuário	2.556.200	0,57	1.737.025	0,51	47,16
Prod. Alimentares	32.713.625	7,24	24.994.59	7,39	31,16
Bebidas	3.509.172	0,78	2.074.447	0,61	69,16
Fumo	21.608.496	4,78	24.881.17	7,35	-12,91
Ed. E Gráfica	872.083	0,19	335.473	0,1	159,96
Diversos	2.576.927	0,57	868.871	0,26	196,58
TOTAL	417.898.54 3	92,53	807.284	92,64	33,60
X totais MERCOSUL	451.623.05 6	100	659.422	100	33,75

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MIC/SECEX.

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES: ANÁLISE CONJUNTURAL, NOV.DEZ. 1997. p.8.

Obs: X= símbolo de exportações.

¹⁸⁸ IPARDES: Análise Conjuntural. Expansão Recente da Economia Paranaense: Componentes Estruturais e Conjunturais. V.17, n.3-4, p.21, mar./abr. 1995.

Observemos que a liderança entre os gêneros industriais é compartilhada entre a Mecânica, Papel e Papelão e Química. Juntos, eles representaram mais da metade do valor das exportações paranaenses ao Mercosul, nos anos de 1995 e 1996.

Com participação secundária na pauta encontramos os seguintes gêneros: Produtos Alimentares, Material de transporte, Material elétrico, Fumo e Madeira.

Esses gêneros representaram aproximadamente 30% das vendas ao Mercosul.

Os demais gêneros tiveram pequena representatividade no que se refere às exportações do Paraná ao Mercosul (menos de 20% das vendas).

Outro fator relevante quanto aos gêneros industriais consiste na existência de grandes empresas assumindo o papel de principais representantes e, por conseguinte, determinando o desempenho desses gêneros.

Vejamos a tabela a seguir:

TABELA 27
PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS NAS
EXPORTAÇÕES PARANAENSES AO MERCOSUL, 1996

EMPRESA	US\$ FOB	PART. (%)	ACUM (%)
INDUSTRIAL	1.297.411	25,7	25,7
PARANÁ	1.194.896	23,7	49,4
QUÍMICA	1.066.111	21,3	70,7
MECÂNICA	1.114.778	22,3	93,0
MATERIAL DE TRANSPORTE	1.038.519	20,8	113,8
MATERIAL ELÉTRICO	1.155.241	23,1	136,9
FUMO	1.120.011	22,4	159,3
MADERA	1.025.015	20,5	179,8
PRODUTOS ALIMENTARES	1.112.111	22,2	202,0
OUTROS	1.112.111	22,2	224,2
TOTAL	5.047.111	100,0	

FONTE: ANÁLISE CONJUNTURAL, v.19, n.11-12, p.9. nov/dez. 1997

Observemos que do total das exportações do Paraná para o Mercosul, apenas 09 empresas responderam por 45% das vendas, o que nos mostra uma espécie de estrutura oligopolística sendo implantada no Paraná, fato a que já fizemos menção anteriormente.

Outro fator que merece destaque é que, a maior parte dessas grandes empresas, está concentrada na região metropolitana de Curitiba, revelando um perfil concentrado não apenas no número de empresas, mas também no fator localização.

Observemos ainda a próxima tabela:

TABELA 28
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR PRINCIPAIS
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NO PARANÁ, 1975-1995.

CURITIBA	32	56,4	48,5	55,6	59,8
CAMPOS DA LAPA	1,5	0,8	1,2	1,6	1,4
CAM.DE PONTA GROSSA	14,4	8,5	9	7,5	7,4
CAM. DE JAGUARIAÍVA	0,5	0,2	1	1	2,5
N.V. DE JACAREZINHO	3,1	2,7	2,9	2,3	1,2
N.N.DE LONDRINA	14,5	9,1	11,6	9,1	8,2
N.N. DE MARINGÁ	5,3	3,2	4,6	5	3
N.NV. DE PARANAÍ	2,1	0,5	1,5	0,8	0,6
N.N. DE APUCARANA	2,7	1,4	2,3	1,9	1,6
N.NV. DE UMUARAMA	2,2	1	2	1,2	1,6
CAMPO MOURÃO	2	1,8	1,7	1,7	0,8
EXTREMO-OESTE PARANAENSE	5,2	2,9	4,3	4	4,2
SUDOESTE PARANAENSE	1,9	1,1	2	1,9	1,7
CAM. DE GUARAPUAVA	3,8	2,7	2,1	2	2
MÉDIO IGUAÇU	4,1	2,6	1,9	1,7	1,7
OUTROS	4,7	5,1	3,4	2,7	2,3

FONTE: ANÁLISE CONJUNTURAL., v.19, n.9-10, p.3, set/out.1997

Verificamos que, na década de 1970 (início do surto industrial do Paraná), a indústria estadual revelava clara tendência de formação de alguns pólos no interior, mais precisamente nas áreas abrangidas por Londrina, Maringá, Ponta Grossa e

Cascavel, atreladas à dinâmica do agribusiness (complexo soja, tríticola, cafeeiro, rações, laticínios, etc.) e pelos madeireiros de Guarapuava e União da Vitória.

Naquela época, o interior representava 68% do valor agregado da indústria paranaense. Essa marca, porém, começou a ser rompida no primeiro quinquênio de 1980, quando se instalaram os novos setores industriais na capital paranaense, cada vez menos relacionados com a agricultura, os quais ofereciam melhores salários do que a agricultura e a agroindústria, delineando um quadro de crescente aglutinação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que se acentuava com o passar dos anos.

De um lado, a redução do ritmo de expansão para o interior se deu por conta do esgotamento da fronteira agrícola, da exaustão do estoque de recursos florestais e da geada de 1975, praticamente dizimando a cafeicultura; e de outro, pelo estabelecimento e a consolidação da Cidade Industrial de Curitiba, fruto de uma estratégia conjunta entre a administração municipal e Governo Estadual, visando aumentar a competitividade sistêmica regional na atração de capitais estrangeiros ou procedentes do Sudeste, vinculados aos movimentos naturais ou planejados de concentração industrial.¹⁸⁹

Porém, desde o início da década de 1990 já existem projetos agroindustriais e infra-estruturais respaldados pela perspectiva de uma maior interiorização da economia paranaense, projetos, esses, que visam inverter a tendência à concentração espacial da indústria no Estado, fruto da própria estruturação industrial do Estado, os quais são:

- 1- O anel de Integração, contemplando a duplicação, reparação e conservação de um eixo rodoviário de extensão superior a 2000 km, conectando as principais regiões do Estado (Ponta Grossa-Londrina-Maringá-Cascavel-Guarapuava-Ponta Grossa);
- 2- As duas pontes sobre o Rio Paraná, no Extremo-Oeste (Guaira) e Noroeste (Icaraima), agregando ao corredor de exportação o potencial agrícola e agroindustrial de Mato Grosso do Sul e Paraguai, proporcionando maior fluxo de produção

¹⁸⁹ IPARDES: ANÁLISE CONJUNTURAL, v.19, n.9-10, p.5, set/out.,1997

daquelas regiões em direção ao Porto de Paranaguá, como opção ao transporte via Rio Tietê (SP) até Santos.

As obras reduzem em 200km o percurso entre Mato Grosso do Sul e Paranaguá e podem transformar Guaíra num centro internacional de cargas.

3- A modalidade ferroviária é representada pela “Ferroeste” que, por enquanto, está operando na forma de arrendamento à iniciativa privada no trecho Cascavel-Guarapuava, havendo previsão de extensão até Guaíra e Foz do Iguaçu, conectando-se ao modal hidroviário argentino. O funcionamento desse empreendimento deve possibilitar o transporte de grãos, produtos e insumos agroindustriais procedentes do Nordeste da Argentina, Sudeste do Paraguai, Sul de Mato Grosso do Sul e Oeste do Paraná, rumo à Paranaguá.

4- Em paralelo ao suporte infra-estrutural, surge a possibilidade de dispersão espacial dos empreendimentos agroindustriais e de alguns projetos na área de bens de consumo não-duráveis ou intermediários como Bebidas, Madeira e Papel e Paleão, inclusive com maior propensão à criação de postos de trabalhos diretos e indiretos.

Na verdade, esse processo almejado pelo Estado de relativa desconcentração industrial de Curitiba para o interior, trabalha com uma perspectiva de constituição e ampliação dos mercados regionais integrados ao interior de São Paulo e aos países do Mercosul, buscando diversificar a produção dos gêneros industriais existentes, criar gêneros novos, aumentar o comércio intra-industrial no Estado, procurar disputar faixas de mercado multiplicadas pela ligação com São Paulo e aumentar as exportações de seus produtos para o Brasil, para o Mercosul e para o mundo como um todo.

Com o plano real, lançado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso em 1994, trazendo uma moeda estável – o real - , imaginou-se dar um prosseguimento mais rápido a esse processo.

Esse plano econômico abriu espaço para um movimento de desconcentração industrial do eixo Rio-São Paulo-Minas em direção às cidades de portes médio e grande com boa infra-estrutura, menor custo de mão-de-obra e reduzida organização e atuação sindical. Com isso, o Paraná revelou grande capacidade de atrair

indústrias, principalmente pela posição geográfica estratégica e sua boa infraestrutura.

De acordo com Salomão *“...na competição por novas indústrias, o Paraná acolheu sobretudo as vantagens da sua qualidade de vida, da localização estratégica em relação aos portos, estradas e mercados consumidores além da qualidade e do baixo custo da mão-de-obra.”*¹⁹⁰

Já em março de 1996, com a assinatura do protocolo para a implantação do primeiro complexo automotivo do Estado, o da Renault, o Paraná desponta como vencedor da concorrência com o Rio de Janeiro devido às vantagens acima mencionadas, favorecendo a implantação desse complexo automotivo na Cidade Industrial de Curitiba. A este, seguiram-se outros como os da Chrysler e Audi/Volkswagen, representando um fluxo de investimentos estimado para o período de 1998-2005, da ordem de R\$ 24.185 milhões.¹⁹¹

A produção de veículos, iniciada em 1999, já atingia 40.000 unidades em junho de 2000. Segundo as estimativas da Secretaria do Estado da Indústria e do turismo (SEIT), esta produção deverá elevar-se para 490.000 unidades em 2005. Prevendo-se a exportação de 50% dessa produção, estima-se que pauta de comércio exterior paranaense registrará, em 2005, cerca de US\$ 3,7 bilhões somente com a exportação de veículos.¹⁹²

Ainda, o regime automotivo comprometeu as montadoras com metas anuais crescentes de exportações de veículos e de nacionalização de componentes, o que significa que, ao mesmo tempo em que as exportações crescem, seu efeito sobre o crescimento do PIB estadual cria um multiplicador automático advindo do índice crescente de nacionalização dos componentes, gerando um grande aumento nas relações de comércio intra-industriais no Paraná.

De acordo com a SEIT, as exportações paranaenses de veículos e componentes deverão mais do que dobrar até 2005, alcançando uma cifra de US\$ 10 bilhões, com predomínio dos veículos na pauta de exportações. O reflexo dessa

¹⁹⁰ SALOMÃO, Miguel. Artigo: Paraná prospera no novo ciclo econômico. Gazeta Mercantil, 09/08/2000.

¹⁹¹ Estimativas da Secretaria do Estado da Indústria e do Turismo – SEIT, 1997.

¹⁹² Idcm.Ibidcm, 1997.

mudança sobre o PIB estadual será apreciável, consolidando o avanço já obtido no período de 1995 para 2000, em que o PIB paranaense evoluiu de RS 38,4 bilhões para RS 67,1 bilhões.¹⁹³

Complementarmente, essas vantagens se multiplicaram através do Programa “Paraná Mais Empregos”, que oferece à empresa incentivada a se instalar na região a dilação de prazo de recolhimento do ICMS por 48 meses e pagamento parcelado em outros 48 meses, corrigidos monetariamente e sem juros.

Observemos a tabela a seguir:

TABELA 29
DADOS GERAIS DAS MONTADORAS EM INSTALAÇÃO NO PARANÁ, A PARTIR DE 1996.

montadora	Investimentos (US\$ mi)	empregos diretos	produto	local
Renault	1000	2000	automóvel	S. José dos Pinhais
Volkswagen/Audi	750	3000	automóvel	S. José dos Pinhais
Chrysler	315	400	automóvel	Campo largo
Chrysler/BMW	500	2000	motores	Campo largo
TOTAL	2565	7400		

FONTE: PARANÁ: Destaques econômicos. Curitiba, v.19, n.1-2, jan. 1997

Observemos os grandes investimentos atraídos por tais empresas automotivas para o Estado, bem como o número de empregos diretos gerados por elas.

Com a entrada dessas montadoras no Paraná, outras empresas fabricantes de peças para automóveis começaram a se instalar no Estado, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Um exemplo dado pela tabela é a Chrysler/BMW, fabricante de motores, que se instalou na cidade de Campo Largo.

Ainda, houve uma tendência natural à dinamização de outros setores, como a construção civil e atividades correlatas, uma vez que na primeira fase de instalação das montadoras, a construção civil emprega vários profissionais como, pedreiros,

¹⁹³ Idem. Ibidem, 1997.

marceneiros e mestres-de-obras. Outros serviços, como refeições industriais para atender aos operários, também foram incentivados.

Observamos com isso, que a partir da metade da década de 1990 a indústria paranaense volta a crescer quantitativamente; começam a despontar novos setores industriais para atender direta ou indiretamente o complexo automotivo, fato que não ocorreu durante a década de 1980, devido à crise por qual passou a economia nacional.

Recordemo-nos de que nesse período, a economia paranaense só conseguiu desempenhar moderado dinamismo devido à renda gerada pelo setor agrícola, cujos preços dos produtos caíram menos do que os preços dos produtos manufaturados da indústria dada à própria estrutura da demanda dos bens de consumo, que se retraem menos que a demanda por bens duráveis em tempos de crise. A renda gerada pelo setor agrícola foi utilizada para que a agroindústria pudesse diversificar sua pauta de produtos e para investir em ajustes técnico-gerenciais, visando aumentos de produtividade, qualidade dos produtos e competitividade.

Fato muito importante que não devemos negligenciar na década de 1990 é que, mesmo com todo esse investimento para a montagem de um complexo automotivo no Estado, nos deparamos também com um desempenho bastante favorável do setor agrícola estadual, mediante a verticalização das cadeias agrícola e agroindustrial lideradas pelas cooperativas, para a modernização e implantação de um complexo Madeireiro-Papeleiro e para a ampliação das exportações, especialmente com o Mercosul.

Apesar da influência do setor industrial na economia paranaense, o setor agropecuário não deixou de crescer. A cultura da soja aumentou sua área plantada em 12% em 1999 em relação à safra anterior, representando um novo recorde de produção. O Governo do Estado adotou uma política agrícola adequada e estimulou também o replantio de café e a cultura de algodão.¹⁹⁴

Este novo perfil da economia do Estado aponta, a partir da década de 1990, para novo espaço de desenvolvimento no setor agroindustrial. A transformação do produto primário está exigindo melhor tecnologia industrial, aliada à mão-de-obra qualificada, agregando com isso maior valor na cadeia produtiva.

¹⁹⁴ Idem. Ibidem. , 1997.

O comportamento da economia paranaense também está sendo influenciado conjuntamente pela recuperação da renda do agronegócio e do segmento exportador, devido principalmente aos impactos positivos da desvalorização cambial a partir de 1995, especificamente nos complexos soja, cafeeiro, sucroalcooleiro, papelero, carnes e citricultura.

De acordo com Salomão *“...estruturalmente o Paraná deve ser beneficiado em médio prazo por dois movimentos interligados. De um lado, surgem os impactos do novo ciclo econômico planejado e implantado em 1994. De outro lado, ainda na esteira da atualização cambial, o encarecimento das compras externas devido a desvalorização do Real proporcionando a diminuição da concorrência dos importados, renovam as oportunidades para viabilização da substituição de importações, principalmente nos ramos têxtil, minerais não metálicos, alimentos, metalurgia e peças e componentes, estes últimos ligados à perspectiva de aceleração dos programas de nacionalização das cadeias de suprimento para a fabricação de veículos.”*¹⁹⁵

Vemos, desta forma que, durante a década de 1990, particularmente após sua segunda metade, o Paraná se consolidou como um novo pólo de desenvolvimento econômico, tornando-se a opção de inúmeras empresas que decidiram investir no Estado.

A combinação de fatores como a posição privilegiada do Paraná no Mercosul, a qualidade de vida, a infra-estrutura disponível e a capacitação humana, tem contribuído para ótimos resultados cujos benefícios se espalham por todas as regiões do Estado. Isso confirma o que disse Furtado, afirmando que a descentralização geográfica facilita a uma maior parte da população de um país (ou região) o acesso aos frutos do desenvolvimento.¹⁹⁶

O perfil econômico do Paraná hoje assemelha-se ao de muitos países desenvolvidos. O setor de serviços lidera a economia do Estado; é responsável por mais de 60% de um Produto Interno Bruto (PIB) paranaense. Em segundo lugar,

¹⁹⁵ SALOMÃO, Miguel. Artigo: Paraná prospera no novo ciclo econômico. *Gazeta Mercantil*, 09/08/2000.

¹⁹⁶ Ver. FURTADO, Celso. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Ed. Civilização brasileira S. A. , RJ, 1973.

encontra-se o setor industrial com a participação de 25,5%, seguido pela agropecuária, com a participação de 12,6%.¹⁹⁷

Embora não seja mais o pilar da economia paranaense, a agricultura tem importância fundamental na vida do Estado. O Paraná responde por 20% da produção nacional de grãos, principalmente milho, soja, trigo, feijão, arroz e cevada, além de café, cana-de-açúcar, algodão, batata, mandioca, mamona e laranja. Na pecuária, o destaque é para o rebanho bovino, suíno e aves.¹⁹⁸

A agropecuária paranaense está muito associada ao cooperativismo; são mais de 200 cooperativas e 214 mil associados, que respondem por 55% da economia agrícola do Estado.¹⁹⁹

Duas das maiores cooperativas do Brasil são paranaenses: a Coamo, de Campo Mourão, e a Cocamar, de Maringá - a mais diversificada da América do Sul.

As cooperativas também estão intimamente ligadas ao desenvolvimento da agroindústria, agregando valor à produção.

Destacam-se também as indústrias de laticínios, de carne de suínos e de aves, de fiação de algodão e seda, de beneficiamento de algodão, de álcool, malte, trigo, fécula de mandioca, oleaginosas e café. A participação das cooperativas alcança 100% no caso do café em coco, da cevada, do malte e do leite em pó, chegando a 86% no leite pasteurizado e 72% na soja.²⁰⁰

Além da agroindústria, o setor industrial também continuou se diversificando através das indústrias Metal-Mecânica, Eletroeletrônica, Comunicação, Papel e Celulose, Fertilizantes, Alimentícia, Cerâmica, Cimento, Cal e Calcário, Refino de petróleo e Fumo, com destaque também para a instalação de diversas novas montadoras de veículos automotivos no Estado.

Os investimentos trazidos ao Paraná pelas indústrias automobilísticas representam apenas 25% dos novos negócios que estão chegando ao Estado. Os outros 75% são representados por mais de 130 indústrias que estão se instalando por todo o Paraná.²⁰¹

¹⁹⁷ MAZZA, Luiz Geraldo. Folha de Londrina, 02/03/2001.

¹⁹⁸ Idem. Ibidem.

¹⁹⁹ Idem. Ibidem.

²⁰⁰ Idem. Ibidem.

²⁰¹ Idem. Ibidem.

Montadoras de automóveis na Região Metropolitana de Curitiba, fábricas de autopeças no Sul, indústrias de plásticos no Norte, um pólo eletroeletrônico no Sudoeste e grandes frigoríficos no Sudeste formam o contorno visível da mais nova fronteira industrial do Brasil.

Outra importante atividade em expansão no Norte do Paraná é a indústria da confecção, com mais de 1.000 empresas instaladas na região, das quais 350 em Maringá.

O Paraná, hoje, é o segundo pólo automotivo do Brasil.

A evidência mais significativa do novo perfil econômico do Paraná são os investimentos de US\$ 1 bilhão aplicados pela montadora francesa Renault, e de US\$ 750 milhões pela alemã Audi-Volkswagen, ambas instaladas em S. José dos Pinhais, na Grande Curitiba. Também a norte-americana Chrysler investiu US\$ 315 milhões na sua fábrica em Campo Largo, a 35 km de Curitiba.

Estas novas unidades fabris, somadas às fábricas da Volvo e da New Holland aqui instaladas há bastante tempo, promovem o Paraná ao posto de segundo pólo automotivo do país, atrás apenas de São Paulo.

Além das grandes montadoras, chama a atenção o fato de que mais de cinquenta indústrias fornecedoras de autopeças também migraram para o Paraná, vindas de diversas partes do país e do mundo.²⁰²

Os serviços públicos paranaenses nas áreas de educação e saúde se diferenciam por sua qualidade em relação à média nacional.

O Paraná conta com seis universidades, distribuídas pelo Estado, com um número bem maior de faculdades e com uma rede de ensino de primeiro e segundo graus cujo número de vagas supre a demanda estadual.

O número de hospitais e clínicas públicas e privadas ultrapassa os 500, ou pouco menos de 10% do total do País. Entre estes hospitais, vários destacam-se como centros de excelência. O Paraná possui também uma rede de postos de saúde, mantidos pelo Estado e municípios, que responde pelo atendimento básico da população.

Um dos grandes facilitadores do desenvolvimento econômico e social do Paraná é a ampla oferta de energia elétrica. Maior produtor do Brasil, o Estado tem

²⁰² Idem. Ibidem.

um potencial hidrelétrico de geração de 26 mil megawatts de energia e explora 18,7 mil megawatts.²⁰³

A maior usina, a Binacional Itaipu, construída pelo Brasil em parceria com o Paraguai, responde sozinha por 12,6 mil megawatts.²⁰⁴

A empresa estatal de energia do Paraná, Copel, possui 17 usinas e constrói mais uma, a de Salto Caxias, no rio Iguaçu. Com isso, amplia em 37% a sua capacidade de geração, que é de 3.347 megawatts. A demanda atual do Estado é de 2.700 megawatts.²⁰⁵

A infra-estrutura de transportes no Paraná está voltada para a logística e multi-modalidade, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias e promovendo a integração econômica, social e cultural do Mercosul. Com o redimensionamento do sistema viário paranaense, através de concessões em todas as modalidades de transporte, consolida-se no Paraná a conexão do Mercosul.

O Paraná é o único estado brasileiro servido por uma ferrovia federal (FSA) e outra estadual (Ferropar) concedidas à iniciativa privada. Os trilhos chegam às regiões produtoras, levam ao litoral, seguem em direção a São Paulo e Porto Alegre e às proximidades de Foz do Iguaçu. O Estado planeja prolongar a Ferroeste até Foz do Iguaçu e Guaira, como já mencionamos.

Abrigado em uma segura baía do Atlântico, o Porto de Paranaguá tem acesso rodo-ferroviário aos principais corredores de transporte e se moderniza com um Terminal de Veículos e Containeres e centro de Distribuição de Mercadorias. A modernização portuária paranaense começou no Porto de Antonina, já operado pela iniciativa privada.²⁰⁶

O Paraná possui 78 pistas em aeroportos distribuídas em todo o Estado. Cidades pólo do Anel de Integração terão aeroportos de primeira linha e já

²⁰³ Idem. Ibidem.

²⁰⁴ Idem. Ibidem.

²⁰⁵ Idem. Ibidem.

²⁰⁶ SALOMÃO, Miguel. Artigo: Paraná prospera no novo ciclo econômico. *Gazeta Mercantil*, 09/08/2000.

opera na Região Metropolitana de Curitiba o Aeroporto Internacional Afonso Pena, que deverá ter um futuro acesso rodo-ferroviário.²⁰⁷

Através da Telemática, as cidades paranaenses estão ligadas entre si e com o mundo utilizando diversos sistemas avançados de telecomunicações que permitem confiabilidade e rapidez na obtenção, processamento e transmissão de dados. Estão presentes no Estado algumas das maiores empresas de telecomunicações do mundo.²⁰⁸

O Paraná é um dos Estados que mais contribuem para as exportações brasileiras. Em 1996, exportou US\$ 4,2 bilhões dos US\$ 47,7 bilhões registrados pela balança comercial do país. Os produtos industrializados representaram metade da pauta de exportações do Estado, somando US\$ 2,1 bilhões.

Só com os produtos do complexo soja - farelo, óleo e grãos -, que representam 52,5% de todas as suas exportações, o Paraná obteve US\$ 2 bilhões. Na seqüência, aparecem cigarros, com 4,82%, café solúvel, com 3,92%, e bombas injetoras para motores de ignição por compressão, com 3,60%.²⁰⁹

Daí o porque de não podermos mais aceitar que o Paraná seja denominado como periférico e dependente de São Paulo, com alguns ainda o admitem.

²⁰⁷ Idem. Ibidem.

²⁰⁸ Idem. Ibidem.

CONCLUSÃO

Durante as últimas décadas do século XX, a discussão sobre a problemática do desenvolvimento e subdesenvolvimento teve como principal fonte deflagradora, o pensamento Cepalino. No bojo desta vertente, surgiram vários trabalhos de autores que formalizaram as idéias centrais desses estudos, os quais enfatizaram o atraso em que se encontrava a América Latina em relação aos países da Europa e aos Estados Unidos, em termos tecnológicos, econômicos, políticos e sociais.

Nessa perspectiva, as atenções voltaram-se a esses países, onde vários pesquisadores passaram a elaborar estudos acerca desta problemática. No Brasil, surgiram estudiosos de renome que se dedicaram a esse assunto, tais como: Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Theotônio dos Santos e vários outros.

Os estudos realizados por tais autores desdobraram-se em diversas correntes de pensamento, ultrapassando o próprio esquema cepalino inicial, mas possuidores de um mesmo elemento comum, a saber: a preocupação com a superação do subdesenvolvimento.

Assim, todo o arcabouço analítico desses estudos encontra-se assentado sobre a idéia de um desenvolvimento desigual entre as nações, uma vez que o tipo de relação existente entre centro e periferia estaria montado sob um processo de

²⁰⁹ Op. Cit.

concentração de renda em escala mundial, e que se realiza através da deterioração dos termos de troca dos países periféricos.

Tais estudos formaram o núcleo teórico principal da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Segundo ela, países periféricos foram condicionados a dirigirem suas economias a se especializarem na produção primária, direcionando essa produção para a exportação às economias capitalistas desenvolvidas enquanto, dessas economias, adquiriam produtos industrializados. Por possuírem valor agregado maior, os produtos manufaturados eram bem mais caros do que os produtos primários, contribuindo para que a balança comercial da periferia fosse continuamente deficitária.

Esse fato resultou no retardamento desses países no processo de industrialização, processo este que lhes possibilitariam engendrar seu desenvolvimento econômico.

Desta forma, esses países estariam sujeitos a uma situação de dependência, uma vez que suas relações com o centro dinâmico se inserem dentro de uma estrutura definida, ou seja, a divisão internacional do trabalho, que determina o desenvolvimento das regiões periféricas vinculado aos interesses do centro.

Esse tipo de análise, por sua vez, não se limitou apenas a tratar da relação entre as nações, mas passou também a ser instrumento de análises que centram nas relações entre regiões mais atrasadas e centros de maior dinamismo dentro de um mesmo país. Dentro de um contexto mais amplo que envolve as diferenças econômicas, políticas e sociais entre as nações, passou-se a utilizar esta forma de análise para explicar os problemas das desigualdades regionais.

Foi mais precisamente nessa perspectiva teórica que a economia paranaense passou a ser analisada no decorrer das últimas décadas, principalmente através do trabalho clássico de Pedro Callil Padis, onde é adotado o conceito centro-periferia para analisar a economia do Paraná.

Padis via a economia paranaense como sendo uma economia primário-exportadora e dependente, principalmente da economia paulista, sendo que esta última assume o papel de centro dinâmico dentro da divisão do trabalho em nível nacional, exportando os produtos industrializados ao Paraná e demais estados e os subjogando a eternos produtores de matérias-primas para o centro.

Analisando as conclusões de Padis sobre os rumos da economia paranaense, resolvemos estudá-la novamente e acabamos chegando, em alguns pontos da análise, a algumas considerações distintas da obra tradicional de Padis que acabaram por entrar em conflito com algumas das interpretações do autor sobre a eterna condição periférica do Paraná frente a São Paulo, embora sem qualquer pretensão.

Desta forma, com base na discussão que realizamos no decorrer de todo este trabalho, fizemos nossa própria interpretação da economia paranaense:

- Na década de 1960, período em que Padis encerrou sua análise, a indústria paranaense apresentou baixo dinamismo, crescendo bem menos que a indústria em nível nacional, fato que a caracterizaria, sem dúvida, como periférica de São Paulo, já que se constituía numa economia essencialmente agrícola e sem a mínima pretensão e condições de montar um parque industrial próprio.

Porém, o que notamos a partir da década de 1970, foi algo espantoso. A economia paranaense se vê em meio a um surto industrial que modificou drasticamente o comportamento da tendência seguida por ela na década de 1960. Mas, como foi possível essa mudança de forma tão rápida?

Para Padis uma região periférica como o Paraná, por ser tipicamente agrícola, deveria esforçar-se para ser a melhor produtora nacional de um ou pouco produtos agrícolas frente às demais regiões periféricas, uma vez que, devido a sua própria condição na divisão do trabalho em nível nacional, jamais teria condições de montar um parque industrial capaz de competir com o centro. A agricultura, segundo ele, impossibilitava o surgimento da indústria no Estado, pois sua renda mal podia garantir a compra dos produtos manufaturados que o centro oferecia.

Durante a análise da economia paranaense na década de 1960, ao analisarmos a cultura cafeeira no Estado, observamos que ao mesmo tempo em que tal cultura atrasou o processo de industrialização da região, uma vez que parte da renda gerada era utilizada na compra de produtos industrializados de São Paulo, foi graças principalmente a essa renda, que o Governo Estadual pôde investir na montagem de uma infra-estrutura básica para a implantação da indústria no Estado na década de 1970.

No final da década de 60, graças à renda do setor cafeeiro Estadual, o Paraná já contava com a infra-estrutura básica para receber a indústria. Existia razoável rede rodoviária, porto marítimo, ferrovias e oferta adequada de energia elétrica.

Também foi possível, graças a essa renda nessa mesma década, criar mecanismos institucionais de apoio à indústria, com a instituição da Companhia de Desenvolvimento do Paraná - CODEPAR e sua posterior transformação em Banco de Desenvolvimento do Paraná- BADEP e o Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE).

O Paraná, na década de 1960, possuía uma agricultura dinâmica ou seja, sustentando grande produtividade e rentabilidade. No final da década de 60, somado essa vantagem da existência de uma agricultura dinâmica com a existência de uma infra-estrutura econômica básica e de instrumentos institucionais de apoio à industrialização, o Paraná constitui campo fértil para um surto industrial.

Porém, somente essas três condições não seriam suficientes para explicar o grande crescimento industrial da década de 1970 no Paraná.

O fundamental, na verdade, foi que existiu, contemporaneamente, uma situação extremamente favorável para a indústria em nível nacional.

No final da década de 1960, superada a crise que abalara a economia nacional, o país ingressou numa fase de rápido crescimento industrial, sustentado, de início, basicamente pela ocupação da capacidade ociosa existente, o que, evidentemente, não produziu efeitos marcantes nos Estados onde praticamente a indústria não existia, como era o caso do Paraná nos anos 60.

Os efeitos desse novo ciclo expansivo brasileiro se manifestaram logo no Paraná.

Quando ocupada toda a capacidade ociosa em nível nacional, iniciou-se um novo processo de investimentos na indústria, implicando numa elevação da taxa do investimento. A partir de então o Paraná pôde disputar parcela das novas inversões o que, juntamente com as condições locais favoráveis, resultou no crescimento industrial do Estado na década de 70. Tão expressivo foi esse crescimento que indústria paranaense, nessa década, passa a apresentar um crescimento maior que a própria agricultura no Estado.

Durante a década de 80, a despeito da crise que configurou a economia brasileira, o processo de diversificação no aparelho produtivo do Estado não foi paralisado.

Apesar de não ter surgido novos ramos industriais no Estado na década de 1980, o mesmo conseguiu melhorar sua produção industrial no aspecto qualitativo, uma vez que, a presença ainda marcante da agroindústria a nível Estadual, embora bem menos do que nos anos 60, funcionou como barreira fazendo com que os efeitos negativos da recessão se manifestassem com menor intensidade no Estado do que no país como um todo e o PIB paranaense acaba crescendo mais que o brasileiro.

Além disso, já havia toda uma base industrial montada no Estado durante a década de 1970, que acabou proporcionando uma reprodução ampliada de investimentos na década de 1980, impedindo a paralisação do processo de diversificação da produção nos setores industriais existentes.

A década de 1990, por sua vez, voltou a apresentar um considerável desempenho da base econômica regional, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, mostrando que os efeitos da crise dos anos 80 parecem não ter sido sentidos, também nos anos 90 na economia paranaense, uma vez que o Estado ainda continuou com o processo de expansão e modernização da agroindústria e a expansão dos novos setores industriais, buscando, ainda, uma inversão da tendência de concentração industrial apenas na Cidade Industrial de Curitiba, mediante uma busca pela criação de novos pólos industriais no interior do Estado, mediante a dinamização e a nova organização de sua cadeia agroindustrial .

Logo, se ser um Estado periférico é não lograr o desenvolvimento de um parque industrial, é conformar-se em ser um fornecedor de matérias-primas e alimentos para o “centro” devido o seu próprio papel na divisão do trabalho no espaço nacional, é se dedicar apenas a produção de uns poucos produtos com custos baixos e ótima qualidade, para se firmar , ou seja, conquistar posição principal no mercado consumidor do centro, frente aos demais estado periféricos, o Paraná não pode mais ser visto nessa categoria depois da década de 70.

Deixemos aqui, para efeito de informação adicional, a relação alguns planos industriais para o Estado, tanto para as cidades do interior quanto para a região de Curitiba enfatizando o prosseguimento do processo de industrialização no

Estado e sua crescente interiorização, fatos que o distanciam cada vez mais da alcunha de periférico.²¹⁰

Em Cornélio Procópio, busca-se:

a)- Dar prosseguimento à agroindustrialização pela instalação de uma fábrica de café solúvel liofilizado da “Macsol” (pertencente à Companhia Iguazu e à Coca-Cola); e

b)- Consubstanciar o desejo de um micro-pólo de supridores da indústria automotiva instalada na Região Metropolitana de Curitiba, a partir da expansão da empresa “Tormec”, fabricante de tornos mecânicos e peças torneadas. Isso é reforçado pela proximidade com o interior paulista e pela expectativa de ampliação do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) na região, aprimorando os cursos de segundo grau e criando cursos de terceiro grau.

Em Apucarana, busca-se:

a)- A operação de um complexo calçadista e de transformação de outros subprodutos de couro, reduzindo a transferência de matérias-primas para outros Estados.

Em Maringá, busca-se:

a)- Refino de soja e fabricação de fios de algodão e de seda, conformando um pólo têxtil e de confecções e um pólo agroindustrial através da atuação da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (COCAMAR), e a possibilidade de uma maior sincronia com a área de influência de Campo Mourão, capitaneada pela Cooperativa Agropecuária Mourãoense (COAMO), abrindo espaço para a complementação das cadeias regionais da soja, milho, açúcar e algodão, especialmente na hipótese de duplicação da PR317. As expectativas do momento são a instalação de uma fábrica de margarina, um moinho de trigo, uma indústria de álcool anidro, uma unidade processadora de milho e uma indústria de açúcar.

No Noroeste do Estado como um todo, com sua base assentada na bovinocultura de corte e de leite, busca-se:

a)- O funcionamento de fábricas de farinha e de fecularias e no complexo sucroalcooleiro, implantado após o declínio da atividade cafeeira, e viabilizado com os incentivos do Proálcool, como forma de controle da erosão na área do arenito-caiuá;

²¹⁰ IPARDES: ANÁLISE CONJUNTURAL, V.20, N.1-2, P.2, FEV.1998.

b)- expansão da citricultura, incluindo a instalação de uma fábrica de suco concentrado, pela COCAMAR, em Paranavaí, além da instalação de uma usina de leite longa vida, também em Paranavaí, aproveitando as brechas potenciais do mercado externo; e

c)- A revitalização da sericicultura em Umuarama, através do acordo firmado entre o Governo do Estado, município de Umuarama e a multinacional japonesa “Kanebo Silk”, para a produção de casulos verdes e implantação de uma fiação.

Ainda, o grupo “Meneghette” está ativando projetos para a ampliação das usinas de álcool em Maringá, Paranacity, Tapejara e Ivaté.

Na Região Oeste do Paraná, como um todo, com sua base assentada no abate de animais e indústria e laticínios, busca-se:

a)- Implantar o projeto avícola aclimatizado da Cooperativa Agrícola do Vale Piquiri (COOPERVALE), no município de Palotina, e a construção de frigoríficos de bovinos e suínos, bem como a ampliação da capacidade do abatedouro de aves, promovido pela Cooperativa Agropecuária Cascavel (COOPAVEL). e

b)- Para o território abrangido por Foz do Iguaçu, pretende-se acentuar seu perfil comercial-turístico, através de inversões, para atendimento da demanda ampliada por serviços, predominantemente de hotelaria e, sobretudo, com a recuperação do turismo ecológico e de eventos (Projeto Costa Oeste) e a concretização da multimodalidade na área de transportes.

Na Região Sudoeste, pretende-se:

a)- A industrialização de carnes, que se favorece pela estrutura fundiária centrada em pequenas propriedades e a formação de um pólo eletrônico, sustentado pela atuação do CEFET e pela proximidade das hidrelétricas de Segredo e Caxias, multiplicadas pelo aparato tecnológico do Laboratório Central da COPEL (Companhia Paranaense de Eletricidade) – LAP.

Na região Sul, pretende-se:

a)- Além do potencial agropecuário (produção de leite e derivados) com tecnologia avançada e em base de cooperativas e maior capacidade de moagem de soja e fabricação de farinha de trigo, esse espaço tende a consolidar-se como pólo de derivados lácteos, de extração e transformação do xisto, expansão da indústria Metal-Macânica dedicada à fabricação de implementos agrícolas e expansão da

indústria de Papel e Papelão, abrangendo unidades em Telêmaco Borba, Arapoti e Jaguariaíva. Os dois últimos municípios estão concatenados com o interior de São Paulo pelo eixo viário.

Tais vantagens justificam, em grande proporção, as recentes implantações e expansão das empresas “Kaiser”, “Vapsa Alimentos”, “Santista”, “Teca”, “Witmarsum”, “Trutzchler”, “Klabin”, “Sadia” e “Batavo”.

A Batavo uniu-se com a Arapoti e Castrolanda (em fusão), objetivando ampliar escalas de produção; Essa união começou em 1996, com a aquisição da cooperativa catarinense Agromilk.

Hoje, a Batavo atende a 10% da demanda nacional de iogurtes contra 18% da Danone e 21% da Nestlé. Em 1997, a Cooperativa Central de Alimentos do Paraná foi criada através da fusão da Clac com a Witmarsum.

Na verdade, a intensificação dos processos de unificação de estruturas, fusões e incorporações com o avanço do capital multinacional, foram as formas adotadas pelas cooperativas para fazer frente aos padrões de concorrência impostos pela globalização e, mesmo, pelo Mercosul.

Desta forma, o Paraná não apenas desenvolveu os novos setores, a partir da década de 1990 mais dinamizados em termos de produção industrial, concentrados da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), como também busca gerar novos pólos industriais no interior do Estado, mediante a dinamização e a nova organização de sua cadeia agroindustrial.

Ainda, depois da década de 1990, o Paraná despontou como localização privilegiada para a desconcentração do pólo industrial brasileiro sediado em São Paulo, devido a uma posição geográfica estratégica em relação a São Paulo e Santa Catarina (importantes fornecedores de peças industriais) e ao Mercosul (um dos centros compradores da produção industrial paranaense)²¹¹ e a vantagens comparativas sistêmicas no que se refere à infra-estrutura. A partir de 1990 o Estado se voltou para montar uma extensão da Ferroeste até Guaira e Foz do Iguaçu,

²¹¹ Também cresce no Paraná um parque fornecedor local de peças, partes e componentes, desenvolvido por algumas grandes plantas industriais instaladas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), mais precisamente Volvo e New Holland, que galga patamares de escala econômica, padrões de eficiência e controle de qualidade que credenciaram-no a ingressar e atender em mercados externos (outros Estados Brasileiros e Mercosul).

ampliar os canais do Porto de Paranaguá, construir de novos terminais, reestruturar do corredor de exportações e reativar o Porto de Antonina, aumentar a oferta de energia elétrica, ampliar as redes de fibras ópticas e expandir a telefonia celular, além de duplicar as BRs 116, 376 e 101 e construir pontes sobre o rio Paraná.²¹²

Ademais, diante desse quadro de grandes e crescentes mudanças na estrutura produtiva do Estado que tivemos oportunidade de analisar, não nos resta dúvidas de que o Paraná num contexto geral, depois de 1970, vem atravessando uma fase sem precedentes em sua história econômica e sem paralelo no país, ensejando um maior adensamento de sua matriz produtiva agropecuária e industrial, rompendo com sua crônica condição periférica em relação a São Paulo.

²¹² Op.Cit.p.6, fev.1998.

BIBLIOGRAFIA

- AMIM, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Forense, RJ., 1976.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista: Estudo sobre a CODEPAR*. Ed. Símbolo, SP., 1978.
- BALHANA, Altiva Pilatti, MACHADO, Brasil Pinheiro e WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Paraná Cultural LTDA, Curitiba, 1969.
- BARTHELMESS, Arthur. *Estado do Paraná: Aspectos geo-econômicos*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico paranaense, vol. VII, fasc. 3-4, Curitiba, 1958.
- BARTHELMESS, Arthur. *Ocupação e organização do Paraná velho*. Boletim Paranaense de Geografia, Curitiba, mai./1962 n .7-8.
- BELOTO, Divonzir Lopes. *A criação da província do Paraná: A emancipação conservadora*. Diss. Mestrado, PUC-SP, s.n. , 1990.
- BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil*. Cultrix, SP., 1967.

CARMO, José Henrique. *O Paraná: Sua ocupação e o desenvolver de suas atividades econômicas*. Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba, BADEP, n.76, jul./set.1981.

CARNEIRO, Newton. *Um Precursor da justiça social*. S.C.P. , Curitiba, 1965.

CASAL, Pe. Aires de. *Coreografia Brasílica*. Instituto Nacional do Livro, Coleção de obras raras, RJ., 1945.

CHMYZ, Igor. *Contribuição arqueológica e histórica ao estudo da comunidade espanhola da Ciudad Real do Guayrá*. Revista de História, n.2, Curitiba, 1963.

CODEPAR. *Ação e Desenvolvimento*. Relatório n.1966, Curitiba, 1967.

CODEPAR. *O Paraná e a economia cafeeira*. Governo do Estado do Paraná, Secretaria da Agricultura, SPL, Serviços de Planejamento, Curitiba, 1963.

COPEL- Energia Elétrica do Paraná. *Subsídios ao Segundo Programa estadual de Eletrificação*., Curitiba, 1966.

COPEL.- *Relatório de Atividades*. Curitiba, 1966/67/68.

CORTESÃO, Jaime. *Os jesuítas e bandeirantes no Guayrá*. Biblioteca Nacional, RJ., 1951.

CUNHA, sieglinde Kindl da. *O papel das políticas e das instituições no desenvolvimento industrial do Paraná*. Revista de Economia, Curitiba, UFPR, V21, n.9.

FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*.Ed Civilização brasileira, RJ., 1973.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Fundo de Cultura, RJ., 1965.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Fundo de Cultura, RJ., 1959.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Nacional, SP., 1995.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Nacional, SP., 1967.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. Difusão européia do livro, SP., 1962.
IBGE- Anuário Estatístico do Brasil, 1920.

IBGE- Anuário Estatístico do Brasil, 1940.

IBGE- Anuário Estatístico do Brasil, 1960.

IBGE. Senso demográfico de 1980, RJ.

IPARDES- Análise Conjuntural. *Paraná: Desempenho recente e cenários de curto prazo*. Curitiba, Abr. 1991

IPARDES- Análise Conjuntural. *Adaptação Estrutural da economia brasileira e seus reflexos no Paraná*. Curitiba, jun. 1986.

IPARDES- Análise Conjuntural. *Conjuntura paranaense da década de 1980*. V13. n.7-8, jul./ago., 1991.

IPARDES- Análise Conjuntural. *Desempenho recente e cenários de curto prazo*. Curitiba, 8 (2), fev. 1986.

IPARDES- análise Conjuntural. *Expansão recente da indústria paranaense: Componentes estruturais e conjunturais*. Curitiba, V19, n.9-10, set./out. 1997.

IPARDES- Análise Conjuntural. *Oportunidades regionais no Paraná*. Curitiba, V20, n.1-2, fev.1998.

IPARDES. Paraná- Economia e Sociedade. *Paraná: Destaques econômicos*. Curitiba, 1982.

IPARDES. Senso agropecuário do Paraná, 1970-75, Curitiba.

IPARDES. *Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná*. Curitiba, 2 fase, 1978.

IPARDES-Análise Conjuntural. *O processo de industrialização do Paraná e suas perspectivas*. Curitiba, 9 (8) ago. 1987.

ITO, Oscar Hissao. *Os fatores que afetam o processo de industrialização do Estado do Paraná*. Diss. Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 1980.

LACERDA, Antônio Corrêa, BOCHI, João Ildebrando, REGO, José Marcio, BORGES, Maria Angélica e MARQUES, Rosa Maria. *Economia Brasileira*. Saraiva, SP., 2000.

LAUSCHNER, Roque. *Industrialização de produtos agrícolas*. Executivo, Porto Alegre, 4 (18), jul/set. 1978.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. *Guerra fiscal e industrialização do Paraná*. Curitiba, Fundação IPARDES, 1998.

MAGALHÃES FILHO, Francisco Borja Baptista de. *Evolução histórica da economia paranaense*. Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba, n.28. ja./fev. 1972.

MAGALHÃES FILHO, Francisco Borja Baptista de. *História do Paraná*. Rumo, SP., 1969.

MAGALHÃES FILHO, Francisco Borja Baptista de. *História Econômica*. Sugestões Literárias S^ª, 2 ed. SP., 1973.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Rumo, 2 ed., SP., 1939.

Mensagem do presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, ao Congresso Estadual, em 01 de fevereiro de 1925., Curitiba, 1925.

PADIS, Pedro Calill. *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná*. HUCITEC, Curitiba, 1981.

PASSOS, Carlos Arthur K. *As condições gerais que afetam a indústria no Paraná*. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, mar./abr. 1975.

PINHEIRO, Brasil et alli Machado. *Campos Gerais- Estruturas Agrárias*. Curitiba, FFCL-UFPR, 1968.

PORTOS DO PARANÁ (dados estatísticos). Cf. Administração dos portos de Paranaguá e Antonina., Curitiba, 1967.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense. 8ed. SP., 1965.

Relatório apresentado à Assembléia Geral do Paraná, por ocasião da instalação da segunda Sessão da 14 Legislatura, no dia 16/02/1881, pelo presidente Dr. João Pedrosa., Curitiba, TYP., Perseverança, 1881.

Relatório do presidente da Província, João José Pedrosa, à Assembléia Legislativa Provincial, em 16 de fevereiro de 1881.

RISCHBIETER, Karlos. *Incentivos à industrialização paranaense*. Revista paranaense se desenvolvimento. Curitiba, n.30, mai./ago. 1994.

SAGMACS. *Plano de Desenvolvimento do Paraná*., Curitiba, 1963.

SALOMÃO, Miguel. Artigo: *Paraná prospera no novo ciclo econômico*. Gazeta Mercantil. 09/08/2000.

SANTANA, Ana Lucia Jansen de Mello de. *Crescimento industrial do Paraná :1892-1918*. In: Reunião da sociedade brasileira de pesquisa histórica. Curitiba, 1990.

SANTOS, Theotônio dos. *The structure of dependence*. I: American Economic Review, may, 1970.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. CEN., SP., 1968.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. Atlas, 4 ed., SP., 1999.

SUNKEL, Oswaldo. *O marco histórico do processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento*. Paz e Terra, RJ., 5. ed., 1980.

TAMER, Alberto. *Paraná - as novas fronteiras*. Série publicada pelo jornal "O Estado de São Paulo" (9-17 de junho de 1972), compilada e publicada sob patrocínio do Governo do Estado do Paraná, Curitiba 1972.

TAUNAY, Affonso E. *História das bandeiras paulistas*. Ed. Museu paulista, SP., 1946.

TAVARES, Maria da Conceição e DAVID, Mauricio Dias. *A economia política da crise: Problemas e impasses da política econômica brasileira*. Vozes, RJ., 1982.

TRINTIN, Jaime Graciano. *Industrialização do Norte paranaense e a questão do bloqueio de desenvolvimento em regiões periféricas*. Diss. Mestrado, UFPE, Recife, 1989.

VERRI, Enio José. *Desenvolvimento recente da indústria paranaense*. UEM/ Maringá., Diss. Mestrado, 1998.